

TEXTOS & DEBATES

Nº 5

Revista de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima



ISBN 1413-9987

TEXTOS & DEBATES

Publicação semestral do Centro de Ciências Sociais e Geociências da
Universidade Federal de Roraima

REITOR PRO-TEMPORE DA UFRR

Prof. Leonardo Nunes da Cunha

DIRETOR DO C.C.S.G.

José Darcísio Pinheiro

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Ricardo Borges Gama Neto

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Raimundo Nonato de Sousa

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

Vladimir de Souza

TEXTOS & DEBATES

Campus do Paricarana - BR -174 S/N
Jardim Flores, Boa Vista, RR - CEP: 69.310-270
Fone: (095) 623.9072

TEXTOS & DEBATES

CONSELHO EDITORIAL

- Prof.^a Dr.^a Lígia T. L. Simonian*
Prof. Dr. Renan Freitas Pinto
Prof. Dr. Terrie Groth
Prof. Dr. Alberto Chirone
Prof. Dr. Manoel Soares Sarmiento Filho
Prof. Dr. José Carlos Rodrigues
Prof. Dr. Marcelo Ridenti
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros
Prof. Dr. Ervin Heinrich Frank

EDITORES

- Prof.^o Ms. Paulo Rogério de Freitas Silva (Editor Chefe)*
Prof.^a Ms. Carla Monteiro de Souza
Prof.^o Ms. Ricardo Borges Gama Neto

COLABORADOR

- Prof. Vinícius Lopes Passos*

EDITORIAÇÃO

- André dos Santos Vasconcelos*

CAPA

- Luciano Marco de Andrade*

SUMÁRIO

Roraima: do pára-qedismo político ao clientelismo Roberto Ramos Santos	07
As novas perspectivas da educação para o trabalho no Brasil Aná Lúcia de Sousa	20
O Turismo em Roraima: meio ambiente e cultura indígena Antônio Tolrino de Resende Veras Paulo Rogério de Freitas Silva Roberta Moreno Benedetti Matos	27
Fundamentos da ocupação da Amazônia Colonial Maria das Graças Santos Dias	33
O Comércio Informal de Boa Vista Alexandre Diniz Terezinha de Jesus Matos	40
Colônia Confiança III: uma aproximação da agricultura familiar roraimense Suênia Cibeli Ramos de Almeida Jane Maria Franco de Oliveira	52
(Des) territorialização e Conflitos Sociais na Luta por Espaço em Roraima France Rodrigues	60
O Partido Comunista do Brasil - a difícil tarefa de se colocar como vanguarda dos operários em Santa Catarina Jaci Guilherme Vieira	81

Roraima: do pára-queda político ao clientelismo*

Roberto Ramos Santos**

Introdução

Localizado no extremo norte do Brasil, em plena floresta amazônica, o estado de Roraima é pouco conhecido em sua matiz política. Sua localização “periférica” e marginalidade econômica, frente às unidades federativas mais centrais, e a pouca expressão de seus representantes no jogo político do Congresso, despertam pouquíssimo interesse de análise entre os cientistas políticos brasileiros. São minoria os analistas que conhecem o sistema político do estado ou aventuram-se a conhecê-lo. Em razão da ausência quase completa de estudos de natureza científica, este artigo, lançando mão de dados preliminares de pesquisa, pretende diminuir essa lacuna. É nosso objetivo mostrar a experiência, com partidos e eleições, do estado de Roraima, que até outubro de 1988, quando da promulgação da Constituição, era território federal. Tal tentame justifica-se quando observamos que, para conhecer a conjuntura brasileira, necessitamos de um entendimento mais especializado das experiências políticas dos estados emergentes em 1988. Experiências essas efetivamente significativas para a política nacional. Portanto, é intuito deste trabalho contribuir para o conhecimento da história eleitoral do Brasil.

O artigo divide-se em duas partes: a primeira mostra alguns aspectos demográficos e sócio-econômicos de Roraima, cujo objetivo é construir um quadro referencial, com características sociais e econômicas, da unidade federativa em foco, enquanto a segunda, contextualiza sua esfera político-eleitoral. Trata-se de compreender, analiticamente, as interconexões da política do estado através do uso da máquina pública com fins eleitorais, e o papel desempenhado pelos principais atores e partidos políticos no contexto social local.

1. Fatores demográficos e sócio-econômicos

Com área geográfica constituída de 225.116,1 quilômetros quadrados, Roraima faz divisa com os países Guiana e Venezuela e os estados do Pará e Amazonas. Sua extensão territorial é maior do que os estados do Amapá, Acre, Ceará, Rio Grande do

* Este trabalho é uma versão modificada do artigo: *Novos Atores e Velhas Políticas: o contexto Eleitoral de Roraima*, originalmente publicado na revista *Política Hoje*, da Universidade Federal de Pernambuco. Sou grato a Ângelo Pedro da Silva e Shyrlayne de Fátima Rodrigues, pela efetiva colaboração na coleta dos dados.

** Doutorando em Ciência Política na USP e professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRR.

Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Distrito Federal. Embora possua um espaço físico de tamanha proporção, sua população é rarefeita e relativamente pequena, quando comparada a esses e outros congêneres brasileiros. Segundo dados do IBGE, referentes a 1997, vivem no estado 247.699 habitantes, número que corresponde a 0,15 % da população nacional. O Ceará, por exemplo, com 146.348 Km², tem uma população que representa 4,34 % desse total e o Rio de Janeiro, cuja extensão é cinco vezes menor do que o estado de Roraima, tem uma concentração demográfica superior a 12 milhões, totalizando 8,72 % da população nacional.

A população de Roraima está distribuída em quinze municípios, sendo os maiores: Boa Vista, a capital do estado, que possui o maior número de habitantes: 154.166; Alto Alegre (13.855); Mucajaí (11.013); Caracarái (9.451); Rorainópolis (7.710); Cantá (7.110); Normandia (6.789) e Bonfim (6.178). Pela distribuição por sexo, existe uma relativa supremacia masculina: 51,5 % da população é composta de homens e 48,5 % de mulheres. Pelo levantamento do IBGE, Roraima é o único estado brasileiro que apresenta maior número de homens do que mulheres entre a sua população. Quanto aos dados educacionais, 23,1 % não sabem ler e nem escrever, 54,7 % não concluíram o segundo grau e apenas 1,3 % possuem nível superior. Por outro lado, 83,4 % têm casa própria e 94,2 % assistem televisão (PNAD 1995).

A economia do estado é pouco desenvolvida. O governo estadual sustenta-se com o repasse de verbas da União aos antigos territórios determinado pela Constituição de 1988. A arrecadação fiscal, em 1996, não ultrapassou a casa dos 320 milhões de dólares, enquanto as despesas esvaziaram os cofres públicos na cifra de 322 milhões¹. A população economicamente ativa (63,4 %) concentra-se no setor terciário (60,0 %). Os demais setores, primário e secundário, empregam 26,0 % e 14,0 % respectivamente. A agricultura, pouco mecanizada e voltada sobretudo para o mercado interno, produz arroz, milho, mandioca, feijão e frutas tropicais. A indústria, sem muita expressão e diversificação, concentra a maior parte de suas atividades na produção de alimentos e nos ramos madeireiro e mobiliário, que contam com forte potencial florestal na região. E o setor de serviços tem na administração pública o maior agente empregador (25,0 %), seguido do comércio (13,8 %). A participação do setor público na estrutura econômica do estado, como principal fonte de ocupação da mão-de-obra, define a economia local como de “contracheque”, que movimentava efetivamente o comércio na semana de pagamento do funcionalismo público. Na absorção da mão-de-obra disponível, a economia informal possui também um grande peso: em 1996, 29,4 % dos trabalhadores não tinham carteira de trabalho assinada, desenvolviam suas atividades profissionais na clandestinidade ou de forma autônoma. Quanto à distribuição por rendimentos, os dados do censo de 1991 revelam que 12,1

¹ Balanço geral do estado de Roraima - exercício 96. Dados da Secretaria Estadual do Planejamento, 1997.

% dos trabalhadores recebem até um salário mínimo, 23,2 % não mais de dois salários mínimos e apenas 5,9 % encontram-se na faixa de renda igual ou superior a dez salários mínimos.

De 1980 a 1996, a população roraimense cresceu aproximadamente trezentos por cento. Foi a unidade federativa que apresentou a maior elevação demográfica no país.² São notórios, nesse processo veloz de crescimento demográfico, a expansão e o surgimento de bairros menos abastados na capital, sem a menor infra-estrutura nas condições de moradia. A cidade de Boa Vista concentra mais da metade da população do estado, com bairros de periferia que chegam a superar a população encontrada nos municípios do interior: os bairros de Tancredo Neves e Jardim Equatorial são exemplos, ambos reúnem, separadamente, mais de treze mil habitantes.

O significativo crescimento populacional do estado, em função do *boom* do garimpo na década de oitenta e da migração presente nos anos 90 (induzida por alguns chefes políticos ansiosos em maximizarem suas bases de sustentação eleitoral³), ampliou sem medida a esfera de atuação tanto da máquina do governo quanto dos políticos assistencialistas. Em Roraima, o acesso ao sistema político é nitidamente um privilégio, o mercado político ainda é restrito e sua característica principal é a existência de um governo estadual vigoroso, com grande margem de autonomia frente a uma sociedade civil fraca e desarticulada. O cenário político local mostra a permanência de um Brasil arcaico, cujo povo, excluído do processo político, fica à espera das lideranças que controlam e usufruem dos benefícios do poder público. Como observaremos a seguir, o clientelismo e o paternalismo são as modalidades de participação e integração política da maioria da população.

Outro fator que chama atenção na análise da conjuntura do estado é a existência de políticos de *pára-quadras*, candidatos que pisam em Roraima somente nos períodos eleitorais, para disputar uma vaga para o Senado ou Câmara Federal. Esses políticos não apresentam compromissos com a base eleitoral, desenvolvem suas campanhas sem discurso político ou apelos programáticos espessos, fazendo uso apenas de recursos econômicos próprios, utilizados como moeda de troca na disputa por voto. Foi assim que, em 1990, o pai da Tereza Collor, o usineiro alagoano João Lyra, disputou uma vaga senatorial pelo PSC. Nesse mesmo pleito, Júlio Cabral, filho do então ministro da justiça e atual senador pelo estado do Amazonas, Bernardo

² Nos anos oitenta, a taxa de crescimento populacional de Roraima foi de 10,64 %, superando o estado de Rondônia que atingiu 7,87 % e que na década anterior apresentou a maior taxa de crescimento demográfico do país (IBGE 1991).

³ O bairro, em Boa Vista, denominado Piutolândia (referência ao sobrenome de Ottomar de Souza Pinto) e o município de Iracema, são exemplos de localidades formadas a partir da migração induzida. Os migrantes, em quase toda sua totalidade, pobres, de baixa escolaridade e provenientes do Maranhão, vieram para cá no início da década de noventa, incentivados por algumas lideranças políticas, com a promessa de ser Roraima uma terra de oportunidades.

Cabral, foi eleito deputado federal pelo PTB, com a terceira maior votação (2.875 votos).⁴

Nas eleições de 1994, Moises Lipnik, colombiano naturalizado brasileiro, radicado em São Paulo, filho de um banqueiro com residência nos Estados Unidos, chegou à Câmara dos Deputados pela coligação PTB/PSC/PRN. Com 14.349 votos, Lipnik foi, em 1994, o deputado federal mais votado no estado de Roraima. Nas eleições de 1998, Lipnik, condenado pelo Banco Central a pagar seis milhões de reais pela remessa ilegal de dólar, não se reelegera.⁵ Nessa eleição, os novos pára-queidistas foram: os empresários Juca Abdala (PTB) e Chhai kwo Cheng (PPS), ambos derrotados para o Senado.⁶

A intencionalidade do cálculo estratégico dos políticos *pára-queidistas* está na “despolitização” da região e no tamanho do eleitorado. São 143.421 eleitores reunidos no menor colégio eleitoral do país (TRE/RR 1997). Apesar da baixa magnitude do distrito para a representação na Câmara Federal⁷, parece ser mais fácil e vantajoso ampliar as oportunidades eleitorais, adquirindo um número moderado de votos, em localidades eleitoralmente super-representadas, menos urbanizadas e desenvolvidas, do que conseguir uma considerável soma de votos, em estados maiores marcados por organizações profissionais, conflitos e interesses de classes mais nitidamente definidos. Nunca é demais lembrar que a existência de políticos de *pára-queidas*, enfraquece ainda mais a estrutura da representação política no Brasil, mina os esforços de construção de uma representação efetiva do eleitorado e arraiga o caráter elitista e inexorável do nosso sistema político.

A despeito da experiência mais recente do processo de democratização da sociedade brasileira, que ampliou o exercício da cidadania, o padrão de representação encontrado no Brasil exibe um desinteresse, desconhecimento e forte distanciamento da maioria dos eleitos em relação aos seus representados, na arena do parlamento. O modo histórico da atividade representativa no país produziu, entre nós, uma exagerada diluição do vínculo entre representante e representado. A noção da responsabilidade dos parlamentares frente aos seus constituintes foi deixada de lado na hora de ouvir

⁴ A lista de políticos *pára-queidistas*, que pisaram no estado somente para fins eleitorais, inclui ainda, em 1990, o goiano Avenir Rosas, eleito deputado federal pelo PDC; o gaúcho João Batista Fagundes, eleito deputado federal pelo PMDB; o pernambucano Marcelo Luz, eleito deputado federal pelo PDS; o paulista Wagner Canhedo, suplente da senadora Marluce Pinto no seu primeiro mandato; o paraense Henry Kayath e o alagoano Mário Mello (primo do ex-presidente Fernando Collor), ambos candidatos derrotados à Câmara dos Deputados.

⁵ Ver o jornal O Estado de São Paulo, 08/10/98.

⁶ Juca Abdala, carioca, durante as articulações de campanha na busca de apoio local, retirou sua candidatura pelo PMN para ser suplente na chapa de Otilia Pinto, candidata do PTB ao Senado. O chinês Chhai Kwo Cheng, aliado a políticos e intelectuais locais, chegou no estado em plena disputa eleitoral e, no resultado do pleito, foi o segundo mais votado para o Senado.

⁷ Roraima elege oito deputados federais. Em circunscrições de baixa magnitude, o custo de adquirir representação no parlamento é relativamente elevado. Sobre esse assunto ver a análise de Nicolau (1996).

reivindicações e na prestação de contas das atividades legislativas à sociedade. Na próxima seção, apresentaremos mais em detalhe o contexto político de Roraima.

2. Contexto político: atores e partidos

As principais lideranças

A clivagem política em Roraima está dividida em torno de duas grandes lideranças: o atual prefeito de Boa Vista Ottomar de Souza Pinto e o senador Romero Jucá. Ambos apresentam um controle quase absoluto das bases eleitorais, distribuídas na capital e no interior do estado. Enraizados nas esferas municipais, Ottomar e Jucá caracterizam-se pelo modo tradicional de fazer política, com perfil próximo do que poderíamos definir, no contexto brasileiro, de clientelismo e forte personalismo. Essencialmente pragmáticos e raramente ideológicos, esses políticos fazem uso do estilo patrimonialista do bem público, adotam políticas como troca de favores e esperam nas eleições o imediato reconhecimento e lealdade de suas clientelas. O efetivo controle da máquina pública garante ao chefe político atender sistematicamente a rede de interesses que o cerca, podendo ser transformada em votos numericamente significativos para assegurar sua permanência no poder.⁸

Embora sejam de gerações diferentes (Ottomar é 23 anos mais velho que Romero Jucá), e ainda que o primeiro, no seu relacionamento direto, pessoal, com cada eleitor esteja mais claramente identificado com elementos populistas, essas lideranças têm a mesma formação política: o mandonismo nordestino. Nasceram em Pernambuco e, em função de suas ligações com o regime militar, migraram para Roraima no final do período autoritário, quando foram governadores biônicos no ex-território.⁹ Em 1990, confrontaram-se pela primeira vez nas eleições para o executivo estadual - as primeiras por voto direto. O resultado do pleito deu a vitória a Ottomar (PTB) no segundo turno, com 32.506 votos contra os 28.993 adquiridos por Jucá (PDS). Ottomar de Souza Pinto entrou para a história política local como o primeiro governador eleito no estado (TRE/RR).

Os partidos políticos

A autonomia política e o padrão clientelístico empreendido por Ottomar, Jucá e outras lideranças diminuem a presença das instituições partidárias no âmbito estadual. Elas atuam como simples figurantes no processo político. Os partidos não são elos de ligação entre cidadãos e Estado, com imagens nitidamente definidas, capazes de

⁸ Sobre a utilização e funções das máquinas políticas, ver Diniz (1982) e Merton (1968).

⁹ Ottomar foi nomeado governador do ex-território em 1979, na gestão do presidente João Figueiredo. Romero Jucá administrou Roraima em 1988, no governo José Sarney.

transformar demandas populares em políticas públicas, ou mesmo, organizações que competem por voto e que estão sempre sujeitas a conflitos internos, normalmente realizados pelos grupos que aspiram à hegemonia.¹⁰ A modalidade de atuação aqui é de partidos débeis, que atendem única e exclusivamente à vontade dos chefes políticos. Salvo as organizações de esquerda que contam nas suas hostes com um pequeno número de adeptos. Formam a esquerda local, a partir da militância, o PT, PC do B e PSTU. Quanto aos principais partidos - PPB, PFL, PTB, PMDB e PSDB - o quadro atual é característico e revela um arcabouço de domínio familiar, que parece fundir interesses pessoais, política partidária e bem público: o senador Romero Jucá e o ex-governador Getúlio Cruz dirigem a aliança PFL/PSDB, com a integração da esposa do senador, a ex-prefeita de Boa Vista, Teresa Jucá, o irmão do ex-governador, o deputado federal Salomão Cruz, e seu primo, o vereador Homero Cruz. O prefeito Ottomar dita as regras no PTB, que abriga também sua filha, vereadora Otilia Pinto. Sua esposa, a senadora Marluce Pinto, controla o PMDB. Neudo Campos, o atual governador e ex-afilhado político de Ottomar, é a única voz ativa no PPB, legenda da vereadora Maria Luíza Campos, sua cunhada. Alguns desses partidos, que certamente em outros estados são mais eficientes e programáticos na busca de votos, em Roraima não possuem recursos políticos¹¹, não mobilizam eleitores e, pelo grau acentuado de elitismo, estão distantes de estabelecerem vínculos com a sociedade.

Se no presente é visível a efetiva fragilidade dos partidos, no passado também não fôra muito diferente. O PSD, a UDN e o velho PTB, criados no quadro institucional brasileiro de 1945, e como todos sabem, de expressiva importância no interstício democrático entre a ditadura de Vargas e o regime militar inaugurado em 1964, tiveram, no antigo território de Roraima, as mesmas características inerentes às atuais legendas: exclusão social e inconsistência programática. Surgiram, como observa Castro (1995), sem que a população as conhecesse ou tivesse alguma forma de relacionamento. A despeito do perfil ideológico dessas agremiações no país¹², “o aparecimento das seções territoriais dos partidos foi o resultado de uma disputa rígida da pequena elite local, que competia a todo custo querendo governar o território ou assumir os cargos públicos” (Castro, 1995: 38).

Embora possamos, na análise desenvolvida aqui, estar considerando Roraima um estudo de caso dentro da política brasileira, sabemos que suas particularidades refletem, em grande medida, o subdesenvolvimento do sistema partidário nacional que, sob o envolvimento da contextualidade democrática atual, ainda não conseguiu um grau

¹⁰ Ver Kinzo (1993), Panebianco (1988) e Sartori (1982).

¹¹ Os recursos de um partido incluem sua máquina política com atividades burocráticas para o funcionamento da agremiação, lideranças, militantes, recursos financeiros e assessoria de imprensa, cuja atividade é mostrar a melhor imagem do partido.

¹² Sobre o comportamento do PSD, UDN e PTB, no quadro partidário entre 1945 a 1965, ver as obras de Hippólito (1985), Lippi (1973), Dulci (1986), D'Araújo (1989) e Benevides (1981 e 1989).

razoável de consolidação. No Brasil, o sistema partidário apresenta um baixo nível de institucionalização, os partidos não são predominantes na arena política, surgem e desaparecem com relativa facilidade, há uma excessiva volatilidade eleitoral e a maioria dos cidadãos não define o voto pela preferência partidária.¹³ Como ressaltam Mainwaring e Scully (1994:44), a institucionalização de um sistema de partidos tem papel fundamental no processo de consolidação democrática. A institucionalização restrita enfraquece “a perspectiva de emergência de uma democracia estável, legítima e eficaz”.

A prática clientelista

Ausente de ações voltadas para princípios doutrinários, a política roraimense é baseada no nepotismo e na utilização excessiva de recursos clientelísticos. Colocar parentes e amigos em posições de poder dentro do governo é prática comum nas gestões municipais e estaduais. Os governos de Ottomar de Souza Pinto e Neudo Campos podem ser tomados como exemplos: Ottomar, durante o período de sua administração, entre 1991 a 1994, colocou irmãos, filhos, genros, cunhados, sobrinhos e outras parentelas nas Secretárias da Saúde, Obras, Bem-Estar Social, na Companhia de Água e Esgoto, no Banco do Estado de Roraima, no Departamento de Estradas e Rodagens e na Companhia de Desenvolvimento do Estado. E Neudo Campos, na sua primeira gestão (1995-1998), possuiu mais de quinze parentes postos em cargos públicos relevantes, distribuídos nas Secretarias da Fazenda, Administração, Educação, Setrabes, no Hemocentro, Gabinete Civil, na Codesaima e na Coordenadoria de Turismo. Na Secretária de Estado da Fazenda encontrava-se o exemplo mais notório de favorecimento familiar: o secretário, Jair Dall’Agnol, casado com a sobrinha do governador, que também ocupava cargo de confiança na Secretaria de Educação, não possuía curso superior. Era o único no país a exercer a função de secretário da Fazenda sem a formação acadêmica devida.¹⁴ O nepotismo não é algo novo na história de Roraima e nem tampouco do Brasil.¹⁵ Freitas (1991:154) faz referências à sua utilização no antigo território, quando os vários governadores designados para essa região traziam montadas suas equipes de trabalho, compostas geralmente por parentes e amigos.

¹³ Vários analistas fizeram considerações sobre o sistema eleitoral brasileiro. Consultar, por exemplo, os trabalhos de Kinzo (1993) e o de Mainwaring (1991).

¹⁴ Ver no jornal O Diário (08/10/97 p 02) lista com os nomes e cargos dos parentes de Neudo Campos colocados no governo. O jornal também chama a atenção para a ação movida pelo Ministério Público do Estado contra o nepotismo em Roraima.

¹⁵ A República Velha é um bom exemplo da prática do nepotismo na política brasileira (ver a análise de Cintra 1974 e Soares 1973). No quadro recente, podemos observar sua inserção também em outros estados: no Rio de Janeiro, o braço forte do governador Marcelo Alencar foi seu filho; em Pernambuco, o neto do governador Miguel Arraes foi o responsável pela Secretaria da Fazenda. Exemplos como esses não faltam pelo país afora.

Na área do clientismo, os políticos de Roraima, na expectativa de ganhos pessoais, procurando conquistar e manter o poder, aliciam votos prestando assistência a todo tipo de clientela. Desde os despossuídos de recursos econômicos, ansiosos por qualquer benefício, até os que procuram favores específicos, cujas demandas são atendidas no âmbito da política do estado. O paternalismo permeia todas as camadas sociais, criando raízes nos quatro cantos da sociedade e estabelecendo vínculos que parece não ter fim. No vai e vem da política local, tudo se pede e muito se consegue. O empreguismo e a utilização de verbas públicas para a formação de clientelas são práticas comuns na capital e no interior. Os pedidos por benefícios materiais beiram aos extremos, vão do mais simples ao mais complexo, do mais barato ao mais caro, dependendo da necessidade e nível de conhecimento de quem os pede e o poder aquisitivo e prestígio de quem os doa. Ao lado dos pedidos tradicionais como: dinheiro, emprego público, remédios, roupas, óculos, redes, internações hospitalares e urnas funerárias encontram-se, também, televisor em cores, freezer, conserto de automóveis, auxílio casamento, passagem aérea e até uma solicitação no mínimo extravagante: lentes de contato coloridas. No interior, a máquina do governo, sempre identificada com a “generosidade” de seu titular, distribui gado, sementes, lotes de terras para produtores e para a população em geral. Na capital, além das cestas básicas, que em 1996 totalizaram 180 mil unidades¹⁶, distribuídas entre famílias mais carentes, há promoção de festas populares com participação de artistas nacionais e distribuição de presentes, como automóveis, geladeiras, ferros de passar, ventiladores, brinquedos e kits de material de construção, em datas comemorativas como dia das mães, dos pais, do funcionalismo público e das crianças.

Além de estabelecer uma política voltada para o nepotismo e o clientelismo de cunho pessoal, o governo estadual não tem sido capaz de fomentar o desenvolvimento regional. Mesmo de posse de ampla capacidade técnica e do controle dos principais recursos de poder, o estado, embora apresente algumas ações de infra-estrutura na malha viária e no setor energético, não possui uma política clara de desenvolvimento, capaz de criar um quadro favorável ao seu dinamismo e transformação econômica.¹⁷ A incapacidade do estado em estabelecer uma estratégia de crescimento econômico reside no desinteresse dos governantes em romper com práticas políticas viciadas no paternalismo, que condicionam a mudança econômica à satisfação e sobrevivência do chefe político no poder e de parte de seus aliados, agrupados na elite empresarial local. Os empresários, de um modo geral, não apresentam projetos autônomos de desenvolvimento e, também, sobrevivem agarrados à máquina do governo, esperando a distribuição de verbas públicas através de subsídios e inúmeros privilégios, em forma

¹⁶ Dados da Secretaria Estadual do Trabalho e Bem-Estar Social.

¹⁷ Até o presente momento, o governo estadual não colocou em prática nenhum projeto *modernizante* de incentivo e expansão da produção local. Uma política que contemple recursos para investimentos, capaz de dar ao setor produtivo de Roraima, condições para um período de crescimento econômico.

de contratos e prestações de serviços. A institucionalização do modelo *Estado intervencionista*, que caracterizou o Brasil desde os anos 30, sinaliza o descompasso da política local com a esfera federal. Enquanto o governo do estado reforça a dependência dos empresários, acostumados a viver sob o esquema estatal retirando do poder algum tipo de vantagem numa arena contextualmente distributiva, o governo federal condena, pelo menos em discurso, essa prática política estruturada na benevolência do estatismo. O atual presidente, Fernando Henrique Cardoso, tem procurado reestruturar o setor público brasileiro, no qual reduz drasticamente a função empresarial do Estado, estimulando a privatização de empresas públicas e a busca de competitividade das empresas nacionais no mercado internacional.

Como vimos acima, nada escapa ao modo paternalista de dominação no estado de Roraima, tudo passa pelo crivo estrito dos que controlam o poder público. A lógica da distribuição de favores opera a sociedade sem consolidar direitos, enfraquecendo instituições que se constituem em traços essenciais da democracia. Como ressalta Martins (1982), as instituições democráticas, nesse tipo de contexto, são preservadas na forma e destruídas no conteúdo. A começar pela importância e necessidade do voto. “De direito a ser livremente exercido, o voto se transformou em meio de pagamento, de tal modo que, ao entregar sua contraprestação, o pseudo cidadão não faz mais do que cumprir com um dever inculcado na relação clientelista” (Martins, 1982: 19).¹⁸ Desta forma, com base na utilização “natural” da política clientelista, é mais do que comum encontrar em Roraima o “eleitor sem voto”¹⁹, uma modalidade identificada em sua origem nos grotões do Nordeste, que fazem subsistir na cultura política regional traços do coronelismo, cuja preferência eleitoral é determinada pela estrutura sócio-econômica, ou seja, pelas péssimas condições de vida, associada ao uso da máquina pública e ao domínio econômico de alguns chefes políticos que colocam sob sua dependência a população pobre, sem recursos financeiros, sujeitos a uma interminável concessão de favores.

Presença popular e participação da esquerda.

Talvez pela própria formação social do estado e pelo tímido desenvolvimento econômico, não existe uma classe trabalhadora urbana politizada, nem tampouco movimentos rurais organizados, como o MST ou os que acontecem em alguns estados, com características próprias a partir de clivagens regionais, como os canavieiros em Pernambuco e os seringueiros no Acre. Os sindicatos, a maioria ocupando prédios públicos doados pelo governo, não possuem uma presença relevante na sociedade; desenvolvem suas atividades sem reconhecimento da maioria da classe trabalhadora e

¹⁸ Embora a análise de Martins refira-se ao Rio de Janeiro, sua abordagem pode perfeitamente ser enquadrada na realidade política de Roraima.

¹⁹ Sobre o eleitor sem voto no Nordeste ver a análise desenvolvida por Falcão e Lavareda (1986).

são privados da capacidade de exercer alguma influência sobre os rumos da política do estado. Os que conseguem eventual destaque são: o Sindicato dos trabalhadores em educação de Roraima, Sinter, que em 1995 deflagrou uma greve paralisando as escolas públicas por 45 dias; o Sindicato dos Servidores Públicos, Sindsep; o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Sintras, e o Sindicato dos Bancários. Essas três últimas entidades, embora tenham poucas adesões da categoria, estão sempre presentes nos debates políticos referentes às questões sindicais. Os estudantes apresentam-se amorfos à qualquer confrontação ideológica, não há movimentos organizados que demonstrem sua participação efetiva na política, mesmo com a presença no estado de uma Universidade e núcleos secundaristas. A estrutura de participação dos estudantes obedece a objetivos meramente instrumentais, um padrão de relacionamento que não ultrapassa o acesso ao paternalismo do estado. E as associações de moradores que, em geral, surgem das bases populares para reivindicar direitos - expressando sentimentos de insatisfação com os que administram a coisa pública e à espera de soluções para os problemas de infra-estrutura urbana criados com a expansão capitalista - aqui foram inauguradas por iniciativas dos chefes políticos, originalmente para garantir o controle nas comunidades e fortalecer suas condições de poder para um efetivo rendimento eleitoral. A maioria dos presidentes das associações de moradores ocupa o cargo de agente comunitário, uma espécie de representante subordinado ao governo, municipal ou estadual, que recebe remuneração pelos serviços diversos prestados à administração pública nos bairros. Qualquer movimentação contrária aos interesses clientelistas, entra em cena o esquema de cooptação política ou exclusão social como forma de solucionar o problema.

A única questão que chega a polarizar o centro do debate político em Roraima é a demarcação das terras indígenas concentradas em área contínua. A direita é radicalmente contra, não poupa esforços em defender publicamente o direito dos fazendeiros a ocuparem as pretensas e as já demarcadas reservas. Argumentos que demonstram a nocividade da política indigenista ao desenvolvimento econômico do estado são normalmente utilizados por políticos e empresários locais contrários à demarcação. E a esquerda, embora não se mantenha à margem dessa discussão, tem conseguido muito pouco, adquirir e tornar sua bandeira de luta, a agenda de reivindicação dos índios. Esses, através do Conselho Indígena de Roraima, o CIR, preferem o apoio da Igreja, por considerá-la um instrumento poderoso, na guerra ideológica contra os fazendeiros, os garimpeiros e o governo. Devido a sua tomada de posição, religiosamente explícita, a favor da demarcação das terras indígenas em área contínua, a Igreja²⁰ é geralmente acusada por políticos e meios de comunicação²¹, de

²⁰ Vasconcelos (1996) analisa a participação da Diocese de Roraima no processo de organização dos povos indígenas. Mostra que esta participação está relacionada à opção pelos pobres feita pela Igreja, a partir do Concílio Vaticano II (1962-65) e das conferências latino americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979).

promover a discórdia, insuflando os índios na região Raposa Serra do Sol, área de maior conflito ao norte do estado.

Quanto à participação da esquerda na política local, essa ainda não é consistente. Só nas eleições municipais de 1996 conseguiu eleger na capital seu primeiro vereador, o sindicalista, ligado ao segmento progressista da Igreja, Antônio Bezerra Marques, o Titonho, pelo Partido dos Trabalhadores. O fato de eleger um vereador sem uso de máquina política clientelista, faz o PT local apostar, superficialmente, na criação de fóruns populares para discutir os problemas urbanos de Boa Vista e a formação de oposição às atuais diretorias, “cooptadas”, das associações de moradores, como forma de provocar na sociedade civil algum tipo de mudança que evidencie sinais de rupturas nas amarras da dependência. Como ressalta Fontes (1996: 44, 46), “A identidade do movimento popular constitui um dos pilares básicos para a estruturação de sua capacidade de luta. (...) A atividade reivindicativa do movimento é instrumento importante para a promoção do sentimento de cidadania.” A possibilidade de autonomia dos movimentos sociais organizados de Roraima pode abrir espaço para novos canais de relacionamento entre sociedade e Estado, no qual o padrão de subserviência vigente possa ser substituído pela negociação e participação política nas decisões do governo.

Bibliografia

BENEVIDES, Maria Victória. (1981), *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1989), *O PTB e o Trabalhismo*. São Paulo, Brasiliense.

CASTRO, Mauro Silva de. (1995), *Política e População em Roraima (1943 - 1962)*. Monografia de Especialização, UFRR.

CINTRA, Antônio Octávio. (1974), “A Política Tradicional Brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia”. in BALAN, Jorge (org.), *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro*. São Paulo, Difel.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. (1989), *A Ilusão Trabalhista: o PTB de 1945 a 1965*. Tese de Doutorado, IUPERJ.

²¹ Ver moção de repúdio ao bispo D. Aldo Mongiano na Assembléia Legislativa do Estado em 15/02/95 e a opinião da Folha de Boa Vista (14/02/95) sobre o papel da Igreja no conflito Raposa Serra do Sol.

- DINIZ, Eli. (1982), *Voto e Máquina Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DULCI, Otávio Soares. (1986), *A UDN e o Anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG/PROED.
- FALCÃO, Joaquim e LAVAREDA, Antônio, (1986). “A Volta das Eleições para o Governo Estadual e a Vitória do PDS - 1982”, in Lavareda & Sá (orgs.), *Poder e Voto: luta política em Pernambuco*. Recife, Massangana.
- FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. (1996), “A Estrutura Organizacional das Associações Políticas Voluntárias”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32: 41-59.
- FREITAS, Aimberê. (1991), *Políticas Públicas e Administrativas de Territórios Federais Brasileiros*. Boa Vista, Editora de Boa Vista.
- HIPPÓLITO, Lúcia. (1985), *De Raposas e Reformistas - o PSD e a Experiência Democrática Brasileira, 1945 - 1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LIPPI, Maria Lúcia. (1973), *O Partido Social Democrático*. Dissertação de Mestrado, IUPERJ.
- KINZO, Maria D’Alva G. (1993), *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. São Paulo, Konrad-Adenauer-Stiftung.
- MAINWARING, Scott. (1991), “Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais: O Brasil numa perspectiva comparada”. *Novos Estudos*, mar.
- _____ e SCULLY, Timothy R. (1994), “A Institucionalização dos Sistemas Partidários na América Latina”. *Dados*, vol. 37. 1
- NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e Democracia*. (1996), Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- MARTINS, Carlos Estevam. (1982), “Prefácio”, in DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MERTON, Robert K. (1968), *Sociologia, Teoria e Estrutura*. São Paulo, Mestre Jou.

PANEBIANCO, A. (1988), *Political Parties: organization and power*. Cambridge, Cambridge University Press.

SARTORI, Giovanni. (1982), *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SOARES, Gláucio A. D. (1973), *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo, Difel.

VASCONCELOS, André dos Santos. (1996), "Diocese de Roraima: a participação da igreja no processo de organização dos povos indígenas do estado". *Textos & Debates*, 02: 53-64.

As novas perspectivas da educação para o trabalho no Brasil

Ana Lúcia de Sousa*

Podemos dizer que, no Brasil, até a década de 30 não existia, verdadeiramente, uma preocupação com a relação entre a educação e a produção econômica do país. Isto pode ser explicado, em parte, em função de que a economia do país era predominantemente agrária, atividade que, nas condições da época, não necessitava de qualificação da mão de obra. Com efeito, é somente a partir da década de 30, quando o país entra numa nova fase, decorrente da própria revolução de 30, e o desenvolvimento da produção industrial, que vem crescer, de forma significativa, a preocupação com a preparação da mão de obra para a indústria.

Buscou-se, então, estruturar o sistema educacional brasileiro - principalmente com medidas de ordem quantitativa -, tendo em vista as transformações ocorrentes na base do sistema produtivo, ao mesmo tempo em que se criava sistemas específicos de formação profissional:

“As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas”(ROMANELLI – 1978).

A partir de 1942, uma série de medidas foram tomadas no sentido de estruturar o ensino técnico-profissional. Através do recurso de decretos-leis, em plena ditadura getulista, foram instituídas as seguintes leis: Lei Orgânica do Ensino Industrial, em 1942; Lei Orgânica do Ensino Comercial, em 1943; e Lei Orgânica do Ensino Agrícola, em 1946.

É nesse contexto, e tendo em vista as novas exigências do setor industrial por uma formação mínima do operariado, que se deu a criação do SENAI, em 1942, através do Decreto-Lei 4.048. Analisando a atuação do SENAI, desde a sua criação até a década de 80, a SUDAM, num estudo sobre a Amazônia e a questão da qualificação da mão de obra, afirma que a atuação do SENAI, embora de evidente qualidade, teve pequeno alcance quantitativo frente à crescente demanda por uma formação profissional nas últimas quatro décadas, uma vez que a prioridade era dada ao *“aperfeiçoamento de trabalhadores já qualificados”*(SUDAM – 1990).

Tal análise faz referência às exigências de escolaridade, feitas pelo SENAI,

* Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRR e Mestre em Educação.

para realização de cursos no sistema¹. Essa crítica, na verdade, é feita não apenas ao sistema SENAI, mas a toda política de educação profissional desenvolvida no período.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 1967, analisando o crescimento econômico de países latino-americanos, afirmava:

“... É surpreendente ... o grau de desenvolvimento alcançado pelo setor industrial, apesar da escassez de mão de obra qualificada”(OIT – 1967).

Isso em função da ineficiência do sistema de ensino no período, seja no aspecto quantitativo, seja no aspecto qualitativo. Romanelli afirma que

“o que se verificou , a partir daí, foi o fato de a expansão do sistema escolar, inevitável, ter se processado de forma atropelada, improvisada, agindo o Estado mais com vistas ao atendimento das pressões do momento do que propriamente com vistas a uma política nacional de educação. É por isso que cresceu a distribuição de oportunidades educacionais, mas esse crescimento não se fez de forma satisfatória, nem em relação à quantidade, nem em relação à qualidade”(ROMENELLI – 1978).

Podemos afirmar, assim, que o desenvolvimento industrial, nesse período, foi possível em função de que a base técnica da indústria brasileira era de tal modo simplificada, que permitia a incorporação de indivíduos com pouca ou nenhuma escolaridade. Nesse sentido, a exigência do setor produtivo com relação à formação profissional acabava sendo, de modo geral, atendida pelo precário sistema de ensino. Cabe citar, assim, uma reinterpretação da atuação do SENAI, extraída do mesmo relatório da SUDAM, afirmando que este

“fora extremamente sensível às verdadeiras necessidades da indústria, no que se referia à mão de obra. Dedicando maior atenção aos cursos rápidos de “qualificação” de trabalhadores adultos, o SENAI estaria, de fato, respondendo positivamente à natureza da expansão da indústria que, por sua vez, continuava, mesmo num processo de modernização, adotando tecnologias passíveis de incorporar, predominantemente, trabalhadores de pouca escolaridade”(SUDAM – 1990).

Partindo do exposto, podemos concluir que a precariedade do sistema de ensino não entrou o desenvolvimento econômico.

A sustentação desse desempenho, hoje, porém, requer mudanças profundas na base produtiva do país. Requer que se acompanhe a dinâmica do mercado mundial, caracterizada pela introdução de elementos relacionados com o avanço científico e tecnológico. Elementos que, por sua vez, trazem a necessidade de uma “nova” qualificação, de mudanças na educação para o trabalho.

¹ Até a década de 70 era exigido o curso primário, e somente 18% concluía o curso. À partir daí a exigência passou a ser a 6ª série. Os 25% que chegavam lá, de modo geral, continuavam no ensino regular.

O vetor, portanto, das mudanças que se vêm buscando na educação para o trabalho, seja pelo Governo Federal, seja pelas agências de formação profissional, são as alterações que vêm ocorrendo na base produtiva do país, e vêm provocando impactos na organização industrial e na organização do trabalho.

Tais alterações se concretizam com a intensificação do uso de tecnologias com base na microeletrônica, na automação industrial, que vem redefinindo os rumos do processo produtivo. De tal forma, que o padrão de concorrência deixa de ser baseado na maior escala/menor preço para fixar-se na qualidade e diferenciação dos produtos, ou seja, a competitividade, normalmente definida na relação com o preço do produto, passa a ser definida na relação com a qualidade do produto:

1. COMPETITIVIDADE \Rightarrow PREÇO DO PRODUTO

2. COMPETITIVIDADE \Rightarrow QUALIDADE DO PRODUTO



Tendência crescente

O próprio marketing de algumas empresas, hoje, refletem esse novo padrão, essa tendência.

É preciso dizer que esse novo paradigma tecnológico não é uma totalidade, mas apresenta-se como uma tendência a se constituir na realidade brasileira.

Ocorre que essas mudanças no processo produtivo exigem uma mudança, também, no conteúdo da qualificação dos trabalhadores:

“ao invés da especialização - conhecimento profundo de um só ofício - os requisitos exigidos implicam na multiquificação, devendo o trabalhador possuir habilidades diferenciadas - raciocínio lógico, capacidade de julgamento para intervir no processo produtivo e conhecimento de microeletrônica e informática, por exemplo - associadas a um nível maior e mais amplo de educação geral” (SUDAM – 1990).

Ou seja, os atributos relevantes para os trabalhadores dentro desse novo processo são: raciocínio lógico, habilidade para aprender novas qualificações, conhecimento técnico geral, responsabilidade com o processo de produção, iniciativa para a resolução de problemas, concentração e disciplina. Atributos que estão relacionados com a educação geral e não apenas com habilitações específicas.

É fácil perceber, assim, porque a educação formal é, hoje, muito mais valorizada, assim como a formação profissional.

É nesse contexto que se insere a proposta do Governo Federal, com a gerência de Fernando Henrique Cardoso, com relação ao ensino técnico, exposta no documento “Reforma do Ensino Técnico”, elaborado em 1996 pelo MEC em parceria com o Ministério do Trabalho, que estudaremos em seguida.

Política para a educação profissional MEC/MTb

O documento elaborado pelo MEC em parceria com o Ministério do Trabalho, em 1996, tratando da reforma do ensino profissional (MEC/MTb – 1996) coloca claramente a educação profissional como estratégia para a promoção do desenvolvimento sustentado do país, uma vez que este desenvolvimento requer pessoal qualificado.

Nesse sentido afirma:

“A qualificação do trabalhador exige, hoje em dia, não apenas um treinamento específico para a realização de tarefas, mas uma base de conhecimentos, atitudes e habilidades que só podem ser obtidas através de uma sólida educação geral”(MEC/MTb – 1996).

A nova proposta de política de educação profissional do governo está articulada, portanto, com a perspectiva de desenvolvimento econômico e tecnológico do país e com a política educacional em geral.

Essa articulação demonstra, assim, a compreensão da necessidade dos conhecimentos obtidos no ensino básico - ensino fundamental e médio - para o desenvolvimento dessas habilidades.

Nessa perspectiva, a educação profissional se coloca como complementar à educação básica e alternativa à educação superior, embora com trânsito livre para este nível de ensino.

Deve ter como objetivo a “empregabilidade”, entendida como a *“capacidade não só de obter um emprego, mas de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação”*(MEC/MTb – 1996).

Para isso, é fundamental a educação contínua do trabalhador.

Trata-se, assim, de um programa de educação profissional permanente, desenvolvido de forma sistemática, focalizada no mercado, garantindo ao trabalhador chances de entrada e saída no processo de formação ao longo de sua vida profissional.

Esse processo deve ser desenvolvido tendo em vista três objetivos:

1. Formação de habilidades básicas, superando deficiências de escolarização anterior: “ensinar a pensar”, que requer leitura, escrita, raciocínio lógico (matemática).

“A educação profissional deve, quando necessário, oferecer suplementação ou reforço dessas habilidades”(MEC/MTb – 1996);

2. Desenvolvimento de qualificação profissional específica para grupos de ocupações, processos ou funções relativas a produção industrial, comercial, agrícola ou de serviços.

“Trata-se de atitudes, conhecimentos técnicos e competências que garantem a “empregabilidade polivalente e a longo prazo” do

trabalhador”(MEC/MTb – 1996).

3. Desenvolvimento de habilidades de gestão, porque o conceito de gerenciar tende a mudar com a inserção de tecnologia na economia:

“na empresa surge claramente a necessidade do trabalhador ter tanto a capacidade de co-gerir o processo de trabalho, quanto de gerir seu próprio tempo e sua relação com companheiros e chefes”(MEC/MTb – 1996).

Trata-se de desenvolver a capacidade de empreendimento.

A proposta de estruturação do ensino profissional, dentro desses objetivos, é de que esta se dê em torno de módulos, articulando conhecimentos teóricos com conhecimentos específicos para o desenvolvimento profissional.

Esses módulos devem constituir unidades pedagógicas autônomas e completas em si mesmas, podendo ter caráter terminal, de forma que a conclusão de um módulo dê condição ao aluno de se integrar na força de trabalho. A conclusão de todos os módulos de um curso dá direito ao diploma de técnico de nível médio.

A educação profissional se estenderá, ainda, ao nível superior - formando tecnólogos, engenheiros industriais, professores (para a área tecnológica) - e a cursos de pós-graduação na área tecnológica.

Dessa forma, a educação profissional, dentro dessa proposta, abrange os níveis: básico, técnico e tecnológico.

Para a implementação dessa política são definidas as instituições que devem atuar nesse ramo, são os “parceiros” do governo: agências formadoras, públicas e privadas, como instituições de formação profissional, as escolas livres, as ONG’s e toda a rede de ensino técnico, municipal , estadual e federal.

Tomando por base estas propostas, pode-se afirmar que, em tese, o governo federal está sintonizado, ao nível da educação profissional, com as mudanças que vêm ocorrendo nas relações de trabalho no país. Cabe perguntar, entretanto, de que maneira - e em que medida - estas idéias serão viabilizadas, e quais os impactos de sua implementação, seja nas instituições de ensino técnico do país, nos seus diversos níveis, seja na demanda por educação profissional, seja, ainda, na própria formação profissional a ser desenvolvida.

A nova LDB, no seu capítulo III da Seção V, trata da Educação Profissional, afirmando que esta deve estar integrada às diferentes formas de educação, à ciência e a tecnologia, deve estar articulada com o ensino regular ou outras estratégias de educação continuada; deve ter reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

A esse respeito Saviani afirma:

“Em verdade, esse capítulo parece mais uma carta de intenções do que um documento legal, já que não define instâncias, competências e responsabilidades.”

E questiona:

“A cargo de quem estará essa educação profissional? Da União, dos Estados, dos Municípios, das empresas, da iniciativa privada indistintamente? Localiza-se aí o chamado “sistema CNI”, isto é, o SENAI, o SESI? E também o SENAC, o SESC etc.? A nível da União o órgão responsável será o Ministério da Educação ou o Ministério do Trabalho? Ou ambos? A lei é omissa em relação a questões desse tipo.”(SAVIANI – 1998).

Se não podemos negar aspectos positivos nas propostas governamentais no que se refere à educação profissional, é inegável, também, a justeza da preocupação expressa por Saviani, considerando-se, principalmente, que existe uma distância enorme entre a retórica governamental com relação à educação, de modo geral, e a realidade vivenciada pelos diversos sujeitos que fazem a educação no país.

Preocupação que se torna tanto mais pertinente quando observamos que os planos educacionais brasileiros têm sido, de modo geral, elaborados nos gabinetes ministeriais, e a maioria deles vincula educação e desenvolvimento visando formar “recursos humanos”, “capital humano”, numa clara preocupação mercadológica.

Assim é que colocamos aqui a necessidade de luta e defesa de um Plano Nacional de Educação - PNE - que se contraponha a essa concepção, e entenda a educação como instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do país, na perspectiva da cidadania e da liberdade pessoal.

O conceito de liberdade pessoal é fundamental, uma vez que a educação, nesse contexto, vai dirigir-se ao ser humano integral, englobando todas as dimensões de sua relação com mundo. Isso envolve a elaboração de valores fundamentais, como solidariedade, justiça, honestidade, autonomia, liberdade, ou seja, envolve a construção de uma consciência moral, de uma forma de agir segundo padrões éticos.²

Referências Bibliográficas:

- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação média e tecnológica. Reforma do Ensino Técnico. Brasília, MEC/MTb. 1996. 34p.**
- Ministério do Planejamento e Orçamento – SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). **Macrocenários da Amazônia – 2010. Estudo**

² Esses conceitos estão presentes na proposta de PNE elaborada pelos diversos setores da sociedade civil organizada ligados à educação, à partir da realização de um amplo debate e realização de dois CONED's - Congresso Nacional de Educação. Tal proposta foi consolidada no II CONED, realizado em novembro de 1997 em Belo Horizonte.

básico Amazônia – A Crise Educacional Face aos Novos Requisitos de Qualificação de Mão de Obra. Belém, 1990. 57p.

- Organização Internacional do Trabalho – OIT. Formação Profissional e Desenvolvimento Econômico. In CEPAL, “Desenvolvimento, Trabalho e Educação”. Zahar, Rio de Janeiro, 1967.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 15ª edição. Petrópolis, Vozes, 1978.
- SAVIANI, Dermeval. A Nova Lei da Educação: Trajetória, Limites e Perspectivas. 4ª edição. Campinas, S. Paulo, Autores Associados, 1998.

Turismo em Roraima: meio ambiente e cultura indígena.

Paulo Rogério de Freitas Silva *

Antônio Tolrino de Resende Veras *

Roberta Moreno Benedetti Matos **

No fim do século XX - tempo cronológico - e diante das modificações impostas pelo processo de globalização - fato histórico -, a humanidade cria novas formas de sobrevivência. Vivemos um momento em que o cérebro humano ainda cria e comanda robôs, no entanto, o futuro nos prepara para uma transição onde robôs serão construídos por robôs, e novas formas de sobrevivência surgirão, assim como acontece hoje com o desenvolvimento de novos setores da economia, a exemplo do setor terciário. Este setor, terciário ou dos serviços, engloba finanças, comércio, educação, produção cultural, entretenimentos-turismo-lazer, etc., e surge como nova força de produção. Segundo Barros, (1998:92) “... *amplo e universal é o processo de expansão dos serviços nas sociedades contemporâneas maduras. As paisagens industriais foram se tornando mais e mais restritas ou em muitos casos foram removidas como entulho herdado da modernidade eletro-mecânica.*”

Referente ao setor de serviços, no Brasil a atividade turística ainda é pouco difundida, se comparado com outras regiões do mundo em termos de números de visitantes. Em 1998 o Brasil que ocupava até 1997 a 39ª posição no *ranking* dos quarenta principais destinos turísticos do mundo, subiu para a 29ª posição (Diário de Pernambuco, Recife, 19/05/199). Segundo pesquisas, o turismo internacional em lugares como o Caribe, se tornou a principal atividade da região. Aqui a atividade começa a se tornar importante em áreas específicas, como na região Nordeste e na Amazônia, como uma forma de melhor aproveitamento do espaço para outros fins, até então destinados à prática de atividades ligadas ao setor primário.

Nessas áreas, onde há uma ação ordenada dos setores públicos e privados, a atividade tem trazido resultados significativos, através das condições que o Estado oferece para a viabilização de investimentos no setor. Desse modo, promovem, constantemente, entre outras medidas, melhorias na infra-estrutura e nos serviços necessários ao bom andamento da atividade, além de realizarem grande trabalho promocional que tem se refletido na elevação de seus níveis de renda e emprego.

A Amazônia brasileira, por exemplo, possui condições de desenvolver um turismo ecológico-natural, baseado na prática de aventuras em seus rios e florestas. Segundo a Embratur, de acordo, com o número de estrangeiros que desembarcam em Manaus, a atividade na região parece estar se consolidando.

* Professores do Departamento de Geociências da UFRR.

** Graduada em geografia pela UFRR.

Inserido nesse espaço, o estado de Roraima procura desenvolver essa atividade, como uma saída para o seu desenvolvimento. Para Barros, (1998:17), “*No Estado de Roraima, por exemplo, os lendários e esquecidos campos do rio Branco (vegetação savanóide) que tiveram desde o século 19 e continuam tendo uma utilização pecuária, contendo também várias reservas indígenas (Barros, 1995), passaram a despertar vivo interesse nos setores públicos e privados (agência de turismo, grupos indígenas, cursos profissionais de turismo, etc.) para fins de utilização turística.*”

Mesmo com essa política o turismo é uma atividade de crescimento modesto, com fraca participação na formação da renda local. Existe deficiência em infra-estrutura básica adequada ao desenvolvimento do setor. Há carência de mão-de-obra especializada e de serviços de melhor qualidade, etc. Provavelmente, por falta de investimentos, não há uma política mais agressiva de divulgação do turismo local, quer por parte do poder público quer por parte dos empresários do setor privado. O que tem ocorrido, na maioria das vezes, são linhas de ações isoladas que, nem sempre, apresentam resultados satisfatórios.

Os novos tempos demandam que a ação governamental e empresarial se fundamentem no princípio da pesquisa e do planejamento. Com isso, imprime-se maior racionalidade ao processo decisório e condiciona-se a expansão do turismo ao equilíbrio ambiental e à preservação das manifestações culturais ampliando as possibilidades de compatibilizar o crescimento econômico – proporcionado pelo ingresso de divisas – com a conservação dos ecossistemas e do patrimônio cultural, matérias-primas do produto turístico.

O setor do turismo do estado de Roraima apresenta elevada capacidade receptiva, através da exploração dos atrativos naturais, que permitem ao visitante vivenciar experiências culturais da colonização pré-colombiana na Pedra Pintada, aventurar-se na prática de alpinismo e excursionismo no Monte Roraima, realizar atividades de lazer no rio Branco, cachoeira do Bem-Querer e lago Caracaranã.

Os agentes públicos e privados, responsáveis pela dinamização do setor no estado, devem procurar através de um esforço conjunto, lutar para dar ao turismo de Roraima, um lugar de maior destaque, pois seu imenso e diversificado potencial de recursos naturais credencia a região a se tornar um pólo de atração turística de maior relevância nos cenários nacional e internacional.

Destacando-se como um dos grandes potenciais para o desenvolvimento da prática do turismo em Roraima, o lago Caracaranã a partir da década de 70, transformou-se em alternativa econômica para os seus proprietários, já que se encontra dentro de uma área particular. O lago hoje possui um calendário de opções para todo o ano.

Mais recentemente, a cachoeira do Macaco, ao longo da BR-174 - Norte, surgia como uma nova alternativa de lazer, para a população. Com a demarcação contínua da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, esse atrativo e outros que se localizam no município de Uiramutã e Normandia, especificamente, precisam ser catalogados e

colocados como possíveis de serem explorados mesmo inseridos em áreas de proteção indígena. No entanto surge a necessidade de uma política entre os setores envolvidos a fim de chegarem a um consenso de que as áreas são indígenas, mas que podem ser exploradas racionalmente para uma atividade que possa contribuir para o desenvolvimento do estado. Não se admite que áreas sejam isoladas e cercadas sem objetivo nenhum. Na Venezuela áreas indígenas foram transformadas em parques para a prática do turismo internacional.

Conforme Rodrigues, (1998:244, 245) *“Há menos de duas décadas, com a transformação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Pemón em Parque Nacional, os indígenas, que até então viviam da agricultura, caça e pesca, mantendo praticamente original seu modo de vida tribal, deram início, a outra atividade para garantir sua sobrevivência no novo esquema que fôra imposto em seu território.*

“Foi a privilegiada geografia da região repleto de fantásticos atrativos, que levou algumas empresas a investirem no ramo, que hoje é sem dúvida uma das principais atividades econômicas rentáveis do Estado Bolívar, dentro do qual está o Parque Nacional Canaima.

Trabalhando principalmente como empregados e observando a ação dos agentes turísticos os Pemón venezuelanos constataram que poderiam adaptar-se facilmente àquelas tarefas que já desenvolviam cotidianamente, tais como: excursões pela savana, exploração de montanhas e rios, na produção e venda de artesanatos e comida típicas. E foi assim que a Nação Pémon enveredou pelo caminho do turismo.

Dessa forma, observa-se que, mesmo com a demarcação de áreas indígenas contínuas, explorar o espaço de forma organizada pode transformar-se em modo de sobrevivência para os grupos que ocupam a área. Os grupos indígenas principais que ocupam a região da Raposa - Serra do Sol: Macuxis, Taurepang,, Ingarikó e Wapixana, exploram o espaço apenas no aspecto agrícola, de forma bastante rudimentar, cultivando apenas para a sua sobrevivência. Existem políticas por parte de alguns grupos, como as ONGS nacionais e internacionais, a Diocese e conselhos ou organizações indígenas e etc., que projetam melhores condições de vida para esses grupos, através de incentivos para desenvolver pecuária, agricultura, educação, saúde, etc.

Observa-se que esses grupos vivem na atual época com resquícios de uma cultura anterior, residindo em casas simples em condições bastante rudimentares. Alguns hábitos alimentares são mantidos, mas a influência do homem branco já é presente. Ainda se mantém a tradição de se ingerir *caxiri* – bebida comum entre os indígenas.

Deve-se considerar que é preciso formar uma infra-estrutura que complemente o ambiente onde se deseja desenvolver a prática do turismo. Também, verifica-se que a atividade proporciona a oportunidade de empregos para um considerável número de mão-de-obra semi-especializada.

Não se pode esquecer que ao mesmo tempo que a atividade turística proporciona aspectos positivos, no que se refere à incrementação da economia do estado, ela também

poderá causar aspectos negativos, se não for planejada de forma clara, precisa e organizada.

Segundo Santos, (1998:242) *“Na maioria das vezes as atividades turísticas impõem certos custos sociais e ambientais às regiões turísticas e a sua população. É comum verificar nestas regiões a destruição dos recursos naturais e culturais da região, bem como uma queda na qualidade de vida de seus habitantes, tendo em vista o aumento dos preços de bens e serviços de primeira necessidade.”*

O turismo e seus investimentos trazem prejuízos irreparáveis quando não planejado. Tratando-se de uma área indígena com um potencial turístico viável, os setores envolvidos devem preservar os costumes da região a ser explorada, pois as relações nessas áreas devem ser harmônica, principalmente tratando-se de hábitos diários e costumes gerais. Koch-grünberg, (1979, vol. 1:46), relata um episódio, do ano de 1911, que alerta para a necessidade de respeito entre os grupos interligados. Um Tuxaua, conhecido por Ildefonso, *“...pelo seu contínuo trato com os brancos...” desmoralizou-se” completamente, como muitos de sua raça e, seduzido pelos brancos, comete toda classe de infâmias.” ...*

Falando especificamente dos espaços ocupados pelos Macuxis e Wapixanas, pode-se realizar um estudo sobre o potencial turístico da área, como também sobre os possíveis problemas que possam surgir com o aproveitamento turístico da área em foco. Baseado em dados bibliográficos, a seguir, o leitor poderá, ter um perfil da forma de organização social, cultural e econômica destes dois importantes grupos indígenas, que ocupam espaços do estado de Roraima.

O povo Macuxi vive atualmente nas áreas de lavrados e serras do Nordeste do estado de Roraima e na região noroeste da Guiana (ex-inglesa) que faz fronteira com o Brasil

Os Macuxis vivem em aldeias formadas de casas unifamiliares, localizadas geralmente perto de rios e igarapés. Não existem, pelo menos no Brasil, malocas desse povo no meio da mata. O antigo costume de viver em uma única maloca plurifamiliar está, hoje, completamente perdida e o termo “maloca” é usado para identificar a aldeia. A esse tipo de vivência em grupo precisa-se acrescentar, também, a presença, na área Macuxi, de famílias isoladas, que constituem unidades sociais quase auto-suficientes. (Índios de Roraima – Coleção Histórica Antropológica nº 1, p. 47 e 48).

Historicamente, as terras ocupadas pelos Macuxis foram invadidas mais tarde do que as dos Wapixanas do médio Rio Branco. É a partir dos anos cinquenta que acontece a invasão geral dessas terras – fazendeiros e garimpeiros – hoje demarcadas.

O povo Wapixana ocupa, atualmente, três áreas geográficas diferentes: Área Surumu – Cotingo, área Taiano – Amarajá e área Serra da Lua – Rupununi. A maioria dos Wapixanas vive, atualmente, em aldeias formadas por casas unifamiliares, espalhadas em um raio de três ou quatro quilômetros do núcleo central, geralmente seguindo o curso dos rios e Igarapés.

Toda área brasileira dos Wapixanas está invadida por fazendeiros e colonos. Nesses últimos anos, com a chegada de grandes capitais do Sul do Brasil, novos projetos são desenvolvidos e um novo tipo de invasão acrescentou-se às antigas. Hoje essas áreas fazem parte da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. (Índios de Roraima – Coleção histórica Antropológica nº 1, p. 71, 72 e78).

Com o capital natural existente nessas áreas indígenas e os interesses de diferentes setores surge a preocupação em criar meios reais para superar uma possível alteração advinda do gerenciamento turístico nessa área onde as comunidades indígenas seriam um referencial próprio do espaço a ser explorado.

A idéia é a de que um projeto, antes de seguir seu curso de implantação, deve ser avaliado quanto aos danos que ele causará ao meio ambiente, devendo o custo desse dano recair sobre a empresa e sobre o indivíduo que deseja modificar o ambiente natural através desse projeto. Procura-se também determinar se o dano ambiental a ser provocado seria compensado ou superado pelos benefícios sociais decorrentes da mesma ação. (Pearce, 1991^a: 71, 72 in Barros, 1998).

Conforme Barros, (1998:53), *“Todas essas questões e exigências precipitam um complexo processo de gestão e planejamento, negociações e flexibilizações.”*

Dessa forma, explorar áreas para o turismo requer um planejamento, para que delas se possa retirar um aproveitamento e que nelas se mantenha a forma original antes existente, seja natural ou cultural, desafio principal para desenvolver a atividade não só nessas áreas indígenas, como também nos mais variados espaços existentes. Embora o aspecto cultural exige discussão muito mais delicada.

Referências Bibliográficas.

ALVES, Claudia Lima Esteves. **Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças.** Boa Vista, 1998.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. **Manual de Geografia do Turismo: meio ambiente, cultura e paisagens .** Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. **Geografia do Turismo: contexto, conceito e práticas.** In ALVES, Cláudia Lima Esteves. (org) **Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças.** Boa Vista, 1998.

CIDR – Centro de Informação- Diocese de Roraima. **Índios de Roraima.** Coleção histórico-antropológica nº 1. Boa Vista – RR, 1989.

CIDR – Centro de Informação - Diocese de Roraima. **Índios e Brancos em Roraima.** Coleção histórico-antropológica nº 2. Boa Vista – RR, 1990.

MATOS, Roberta Moreno Benedetti. **O Turismo em Roraima.** Trabalho desenvolvido na disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia, sob a orientação do Prof. Antônio Tolrino de Rezende Veras. Boa Vista, 1997.

RODRIGUES, Shirlayne de Fátima. **A viabilidade da atividade turística explorada pelos indígenas de Roraima.** In ALVES, Cláudia Lima Esteves. (org) Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças. Boa Vista, 1998.

SANTOS, Edlamar Oliveira dos. **Exploração do Turismo em Roraima.** In ALVES, Cláudia Lima Esteves. (org) Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças. Boa Vista, 1998.

Fundamentos da ocupação da Amazônia Colonial

Maria das Graças Santos Dias *

A ocupação da região amazônica é um processo antigo. Quando os europeus chegaram no século XVI, a região já era habitada por um conjunto de sociedades hierarquizadas (povos indígenas), de alta densidade demográfica. O povoamento da região acompanhou os interesses da expansão do mercantilismo europeu, através dos núcleos de extração vegetal atrelados à economia primário - exportadora.

Em 1616, foi fundado o Forte do Presépio de Santa Maria de Belém, assinalando a partir desta data a presença de Portugal e dando início ao núcleo urbano, que viria a ser a cidade de Santa Maria de Belém. É evidente que foram razões políticas que nortearam a fundação desta cidade. Neste sentido, os portugueses não se limitaram a espalhar feitorias e missões, também lutaram para expulsar os invasores (ingleses, irlandeses, franceses e holandeses), a fim de garantir a posse do território. Os portugueses, que já possuíam vivência colonial formada na África e Índia passaram então a dominar os povos indígenas, fracamente organizados em termos de unidade política (SOUZA, 1994: 52/53).

Em 1621, foi criado o Estado do Maranhão e Grão - Pará com sede em São Luís. Como unidade administrativa separada do Brasil e subordinada à Lisboa, sofria dificuldades de comunicação e de transporte marítimo com a sede do Governo Geral do Brasil. A priori, esta separação foi meramente administrativa mas com o decorrer dos anos, veio a configurar uma profunda diferença entre as duas regiões, no âmbito político - econômico. A atenção dessa abordagem recai basicamente sobre o Grão - Pará, ainda que unido administrativamente ao Maranhão até meados do séc. XVIII, dele se diferenciou economicamente no decorrer dos anos. No Maranhão predominou a cultura do algodão, diferente do extrativismo reinante no Pará (FARAGE, 1991:23/24).

Neste contexto, nos primeiros tempos da colonização do Maranhão e Grão - Pará, a partir da segunda década do séc. XVII, foi tentado o sistema PLANTATION, de modo análogo ao das outras capitanias do Brasil. Mas vários fatores contribuíram para que a incipiente produção da região, basicamente o açúcar e o tabaco, não entrassem no mercado exportador. Apontamos como principal fator, a falta de capital, pois a burguesia mercantil estava voltada para a produção açucareira de outras regiões do nordeste brasileiro, que ofereciam lucros seguros. A agricultura termina por

* Mestra em História pela Universidade Católica Andres Bello - Caracas/Venezuela.
Professora assistente II do Departamento de História da UFRR.

ficar efetivamente no Maranhão e nas áreas mais próximas ao delta do Amazonas (FARAGE, 1991:24/25).

Urge a necessidade de uma atividade econômica rentável, para a conquista do vale amazônico, e foi na própria floresta que os colonos encontraram as “drogas do sertão”, que requeriam um investimento de capital menor e tinham bom preço garantido no mercado externo. Eis aqui uma tentativa de listagem das referidas drogas (BATISTA, 1976:101/106).

“ 1. ALIMENTOS: (maiúsculo ou negrito)

- Peixe de água doce, especialmente o pirarucu.
- Gordura de tartaruga
- Caças diversas
- Cacau (*Theobroma cacao* L.)
- Castanha – do – Pará (*Bertholletia excelsa*)

2. CONDIMENTOS

- Pimentas, em suas diversas variedades: malagueta, olho – de – peixe, etc
As pimentas do Brasil, especialmente as originárias da Amazônia difere da “pimenta negra” (*Piper Nigrum*), vinda da Índia.
- Baunilha (*Vanilla aromática*), usada especialmente em doces.
- Cravo (*Dicypellium caryophylatum*), usado como condimento, na medicina e perfumaria.
- Canela (*Cinnamomum zeylanicum*)

3. MODIFICADOR DA APRESENTAÇÃO DOS ALIMENTOS.

- Urucu (*Bixa Orellana* L. ,) o fruto dá uma coloração vermelha especial para alimentos.

4. REMÉDIOS DA FLORA

- Salsaparrilha (*Senilax Multifuga*) – óleo – resina balsâmica e cicatrizante de feridas.
- Casca Preciosa (*Aniba Canelilla*) se usa tanto em perfumaria como na medicina.
- Anil (*Indigofera anil* L.), corante.
- Quina (Género *Chichona*), antimalárico.

5. ALUCINÓGENOS

- Ipadu ou coca (*Erythroxylum coca* LAM.) cujas folhas são usadas para mascar, eliminando o apetite e aumentando a resistência do trabalhador.

- Iagê (*Prestonia Amazônica Benth*), principal propriedade é de provocar sonhos
- Paricá (*Anadenanthera peregrina*). As sementes são pulverizadas e aspiradas, estimulantes e produtores de efeitos mágicos.

6. GOMAS ELÁSTICAS E NÃO ELÁSTICAS

- Caucho (*Castilla ulei warb*), goma de menor elasticidade que a borracha recolhida intensamente no início deste século.
- Sorva (*Couma macrocarpa*), matéria - prima da goma de mascar.
- Massaranduba (*Manilkara truberi*), também usada na fabricação da goma de mascar.

7. ESTIMULANTES

- Guaraná (*Paullinia Cupana*).
- Catuaba (*Anemo palgrua miradum*)
- Xexuar (*Maythenus Guianensis*).

8. FIBRAS

- Piassava (*Leopoldina piassava*)
- Malva (*Panonia Malacophylla*)
- Cipó - titica (*Heteropsis s.p.*)
- Etc...

Foi neste contexto da extração das “drogas do sertão” que a Amazônia colonial encontrou sua base econômica. A mão - de - obra utilizada no vale amazônico era a indígena. A disputa ao acesso e controle desses índios marcou a história política de toda a região amazônica. Vários conflitos entre colonos e missionários foram inevitáveis pela disputa da mão de obra indígena. Diversas formas de recrutamento foram utilizadas para obter essa força de trabalho, tais como: 1- Resgate - Os resgates eram uma troca de objetos por índios ,mas só podiam ser resgatados índios de corda, isto é prisioneiros de uma tribo; 2 - Guerras Justas - Eram promovidas pelas tropas de guerra e consistiam na invasão armada dos territórios indígenas com objetivo de capturar o maior numero de índios, incluindo mulheres e crianças. Pela lei, podiam ser realizados contra índios que atacassem os portugueses ou impedissem difusão do santo evangelho. Os índios assim aprisionados eram conduzidos ao mercado de escravos, onde eram vendidos aos colonos, à Coroa Portuguesa e aos próprios missionários. 3 - Índios de Repartição - chamados também de índios “livres” em oposição aos escravos, eram todos aqueles que aceitavam ser “descidos” sem oferecer resistência armadas, desciam de suas aldeias de origem para os aldeamentos das

5. Reformulação e ampliação da incipiente máquina administrativa local e a transformação das antigas missões em vilas e lugares com novas denominações lusitanas.

6. Incentivo à miscigenação. Por lei de 1755, quem se casasse com uma índia teria benefícios, além de ficar livre de qualquer infâmia.

7. Maior integração com o Mato Grosso, garantindo a proteção à fronteira sul. Desde que, no século anterior, bandeirantes paulistas, à procura de ouro, por lá chegaram subindo afluentes do Amazonas, mantinham-se estreitas relações com essa região. Por ali saía o ouro de Cuiabá e do Tocantins e passavam os soldados que se dirigiam aos fortes de Príncipe da Beira e de Vila Bela, no Guaporé. Uma das formas de alcançar a Capitania de Mato Grosso, desmembrada de São Paulo em 1748, era através do Madeira e do Tapajós. O mesmo acontecia com Goiás, que podia ser atingida pelo Tocantins. Era necessário garantir a presença portuguesa nesse território, rico em ouro e pedras preciosas.

8. Criação do Estado Grão-Pará e Rio Negro em 1772, com sede em Belém, sem qualquer vínculo com o vice-rei do Brasil.

Evidentemente que as reformas aplicadas no Maranhão e Grão-Pará, visaram integrar a região com a economia colonial. Não obstante, interpretando a política indigenista adotada por Pombal observamos razões de outra ordem, a questão também parece ser política. A liberdade concedida aos índios foi analisada a partir de três ordens de considerações: os fatores que a determinaram, o processo pelo qual se realizou e os princípios ideológicos que a informaram. A questão dos fatores que a determinaram deve ser posta à luz da luta secular travada no Maranhão e Grão-Pará entre os missionários católicos, tendo à sua frente os jesuítas, e os colonos portugueses, já mencionados neste texto; luta cujo centro das divergências era o interesse em controlar a mão-de-obra indígena. Com relação ao processo podemos descrevê-lo em três etapas: 1) o Alvará de Lei, de 04 de abril de 1755, que em nome da necessidade de povoar os reais domínios da América, declarou que os vassallos do reino e da América que casassem com os índios, não ficariam com infâmia alguma, muito pelo contrário, o mesmo se aplicaria às portuguesas que se casassem com índios, proibindo-se que tais vassallos ou seus descendentes fossem tratados com nomes de “cabouclos”; 2) a Lei de 06 de junho de 1755 que restituiu aos índios do Maranhão e Grão-Pará a liberdade de suas pessoas, bens e comércio, criando um sério dilema aos jesuítas, uma vez que se, por um lado, acirrava a hostilidade dos colonos contra eles, tradicionais defensores dos índios contra a escravização pelos lusitanos, ao mesmo tempo por representar na prática uma denúncia e condenação do tipo de “liberdade” que eles, os jesuítas, julgavam adequada aos índios, obrigava-os à se colocarem contra ela; 3) A criação da Companhia Geral do Maranhão e Grão-Pará e o estabelecimento de uma administração laica para os indígenas: pelo Alvará de 07 de junho de 1755 fora chamada a atenção para a integral observância da Lei de 12 de setembro de 1613,

segundo a qual os índios do Maranhão e Grão-Pará são governados no temporal pelos governadores, Ministros, etc... com inibição da administração dos “Regulares”; em 1758, estabeleceu-se o Diretório nas povoações dos índios do Grão-Pará e Maranhão (FALCON, 1982: 397).

Os índios elevados a condição de colonos, uma mão de obra doméstica, politicamente eram eficazes na garantia da precária posse da colônia, pois Portugal não possuía documentos para reclamá-la. Recordamos que o Tratado de Madri, o primeiro intento, desde o de Tordesilhas, de delimitação formal das fronteiras luso – espanholas, se baseava no princípio da posse, “Uti Possidets”, estabelecendo que cada uma das partes ficaria com os territórios que até então haviam ocupado e povoado. Se tratava nesse momento de povoar “todas as terras possíveis”, o que indiscutivelmente envolvia a população indígena da colônia. O objetivo de tal política era inserir os índios na sociedade local e criar vilas e povoados com nomes portugueses, nasceram várias novas vilas, entre elas Macapá e Manaus. Dessa forma Portugal pôde executar seu domínio sobre a Amazônia.

Ao terminar o período colonial, o espaço político amazônico compreendia o Estado do Maranhão e Grão-Pará e onze capitanias: Maranhão, Pará, Cumá, Cabo Norte (Amapá), Caeté, Goiás, Mato Grosso, São José do Javari e São José do Rio Negro. A concepção política colonial de ocupação do espaço amazônico era a de descentralização administrativa. Das onze sedes de governos regionais, nove estavam subordinadas diretamente ao Estado do Maranhão e Grão-Pará; este, por sua vez, vinculado à metrópole portuguesa, portanto desligado do Governo Geral do Brasil (MATTOS, 1980:39).

Como se vê, em conclusão, predominou o interesse de Portugal em estender o domínio de suas fronteiras econômicas até as lindes amazônicas, resultando na conquista definitiva da Amazônia. A região teve sua base econômica, apoiada no extrativismo (drogas-do-sertão), que apesar de não ter contribuído para a restauração econômica de Portugal, motivou a penetração pela imensa área do vale amazônico, garantindo a posse do Território, e ao Marquês de Pombal, devemos a primeira estratégia para a ocupação da Amazônia brasileira.

Bibliografia:

- BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750/1817**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

- CARDOSO, Fernando E MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- ESTEVES, Antonio R. **A Ocupação da Amazônia**, São Paulo, Editora Brasiliense, Coleção Tudo é História, 1993.
- FALCON, Francisco José Calanzans. **A época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**, São Paulo: Editora Atica, 1982.
- FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FREIRE, Bessa (Coord.). **A Amazônia Colonial (1616 – 1798)**. Manaus: Metro Cúbico, 1991.
- LOUREIRO, Antônio. **Amazônia – 10.000 Anos**. Manaus: Metro Cúbico, 1992.
- MATTOS, Carlos M. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- PRADO, Caio Jr. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REIS, A. C. F. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- MIRANDA, Neto. **O Enigma da Amazônia: desafio ao futuro**: Belém: CEJUP, 1981.
- _____, **O Dilema da Amazônia**. 2^a ed.: Belém: CEJUP, 1986.
- SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

O Comércio Informal de Boa Vista

Alexandre Diniz*
Terezinha de Jesus Matos**

Introdução:

O setor informal urbano é um dos mais discutidos tópicos da atualidade. Especialistas apontam que as atividades informais são indicativas de grandes problemas estruturais no setor formal da economia (Teltscher, 1993; Laguerre, 1994). Em dezembro de 1997, estimava-se que o número de comerciantes informais em Boa Vista passava dos 2,000 indivíduos (Folha de Boa Vista, 1997). A atividade em si tem causado celeuma e muitos atritos entre camelôs, comerciantes formais, prefeitura e o público em geral.

A Empresa Municipal de Habitação e Urbanismo (EMHUR) alega que os camelôs ocupam o espaço destinado à circulação das pessoas e que além de criarem poluição visual, causam muita sujeira, dificultando os serviços de limpeza pública. Os comerciantes formais se queixam da concorrência desleal, já que os camelôs não pagam impostos e podem oferecer produtos a preços menos salgados. Os comerciantes também reclamam dos camelôs por eles ocuparem as calçadas em frente as suas lojas, dificultando o trânsito dos seus clientes e o acesso as suas vitrinas. Já o público em geral tem opiniões diversas. Alguns gostam dos preços dos produtos vendidos nas ruas, outros já são desgostosos com relação à baixa qualidade dos bens ofertados.

Apesar de pontos de vista divergentes, não se pode negar o fato de que esta atividade informal ganha novos adeptos a cada dia. Entretanto, pouco se sabe a respeito desta atividade. Quem são os camelôs de Boa Vista? Por que estão engajados nesta atividade? Quais são as características da atividade? O objetivo deste estudo é traçar o perfil do comerciante informal de Boa Vista, assim como buscar as raízes da informalidade entre os camelôs locais.

Revisão de Literatura:

Uma característica inerente ao setor informal é a sua complexidade e a variedade de atividades inseridas no seu contexto. Algumas destas atividades são facilmente observáveis, enquanto outras são menos conspícuas e praticamente impossíveis de serem aferidas. As aulas particulares ministradas por alguns professores nas horas vagas exemplificam a dificuldade de se aferir este fenômeno.

* Professor Assistente no Departamento de Geociências da UFRR, doutorando pela Arizona State University.

** Licenciada em Geografia pela UFRR.

Apesar da inexistência de uma definição universalmente adotada de economia informal, nós entendemos que esta parte da economia envolve a produção e a distribuição de bens e serviços que não são detectados pelas autoridades municipais, estaduais e federais, e que por isso não pagam nenhum tipo de impostos (Hart, 1973).

Até os anos 1970 pouco se falava sobre economia informal. Keith Hart (1973) foi o primeiro a apontar a significância e o tamanho do setor urbano informal nos países em desenvolvimento; daí a origem do termo “setor informal” ser atribuído a ele. Os teóricos em geral concordam que a raiz das atividades informais no Terceiro Mundo está na impossibilidade das instituições formais de proverem emprego a níveis satisfatórios. Como o setor formal não satisfaz a demanda de empregos, aqueles que são excluídos das atividades formais são forçados a improvisar (Yu, 1994). Assim o crescimento do setor urbano informal frequentemente atesta o crescimento da pobreza e também do excessivo processo de urbanização nas cidades do terceiro mundo (Teltscher, 1993; Laguerre, 1994; Lewis, 1954; Fei e Ranis, 1964).

Mazubar foi o primeiro a introduzir o setor informal em um modelo de migração. Para ele, a migração rural-urbana era caracterizada de dois tipos distintos de migrantes: migrantes temporários, que buscavam emprego no setor informal em função de seu desespero por uma atividade remunerativa; e por migrantes definitivos, que buscam emprego no setor moderno e que aceitam um período de desemprego. A tese principal é de que os migrantes rurais, ligados a agricultura de subsistência são atraídos às cidades na esperança de obterem um emprego no setor formal. Tendo suas expectativas frustradas, estes agricultores ficam relegados ao setor informal, que lhes oferece salários a nível de subsistência (Charmer, 1990).

Apesar de aparentar ser uma consequência de um excessivo número de trabalhadores em um mercado restrito, muitos dos que estão engajados em atividades informais o fazem por preferirem a relativa independência que as suas ocupações oferecem. Assim, muitos dos participantes do setor formal podem trocar os seus antigos trabalhos pela informalidade não porque estão desempregados, mas porque eles escolhem se auto-empregarem, utilizando às vezes até o treinamento e a experiência adquirida no setor formal para se estabelecerem como produtores e comerciantes independentes (Lubell, 1991). Assim é falacioso associar atividades informais exclusivamente à pobreza e ao desemprego (Charmes, 1990).

Comércio informal é parte do universo economia informal e é por nós entendido como aquelas atividades comerciais empreendidas em espaços públicos como calçadas, ruas, praças e avenidas. No Brasil, estes comerciantes também são conhecidos pelo epíteto de camelôs. Comércio informal é caracterizado principalmente pela facilidade de entrada dos indivíduos, já que requer baixo capital para início dos negócios e pouca ou nenhuma especialização. A atividade geralmente utiliza mão de obra intensivamente, absorvendo uma considerável parte dos desempregados (Bijlmer, 1985).

Os comerciantes informais podem ser classificados como ambulatórios ou estacionários. Bijlmer (1985) sugere uma tipologia baseada na estratégia de trabalho e na utilização do espaço público:

. vendedores estacionários - presos a um local fixo onde os seus clientes os procuram;

. vendedores móveis - operam regularmente em um número definido de localidades em um mesmo dia, atendendo aos clientes que os esperam nestes locais em horas específicas do dia. Um pipoqueiro que trabalha em frente a uma escola na parte da manhã, em frente a uma repartição pública na parte da tarde, e em frente a um cinema à noite constitui-se um bom exemplo deste tipo de comerciante informal; vendedores ambulatórios e itinerantes - não operam em nenhum local fixo.

Todos estes tipos de comerciantes informais estão presentes em Boa Vista, mas os vendedores estacionários tendem a predominar.

Boa Vista:

A economia de Boa Vista é baseada essencialmente na prestação de serviços e comércio. Por abrigar a sede estadual, a geração de emprego é realizada, sobretudo, pelo setor público, que abriga o maior contingente de trabalhadores, vindo a seguir o setor comercial. Os gastos públicos são também responsáveis por grande parte do montante de dinheiro circulando na economia, sendo o principal catalisador econômico do município. O setor industrial caminha a passos lentos, face aos problemas estruturais, especialmente a falta de energia elétrica. O setor secundário restringe-se à produção moveleira, construção civil e à pequena indústria de alimentação. Com exceção da pecuária e da cultura do arroz, a produção do setor primário é insuficiente para o abastecimento interno, sendo o extrativismo insignificante (SEBRAE, 1994).

Como o maior empregador e o maior responsável pela circulação de dinheiro na economia, é o setor público de Boa Vista. façamos uma breve análise dos recursos de que dispõe este setor. Os recursos financeiros do município são formados basicamente pelas seguintes fontes: receita própria (tributária e patrimonial), transferências (da união e do estado) e operações de crédito. Os maiores recursos vêm das transferências federais e estaduais, com destaque para o FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e a Cota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). O quadro abaixo indica o quão dependente de Brasília é o município de Boa Vista, sendo que quase 60% dos recursos financeiros de que dispõe são baseados em transferências federais (Tabela 01). O estado de Roraima também representa parcela importante no montante de recursos do município, contribuindo com quase 20% do total de receitas.

Tabela 01
Município de Boa Vista - Fontes de Receita 1993(*)

Fontes	%
Receita Própria	20,42
IPTU	8,32
ISS	5,87
OUTRAS	6,32
Transferências Federais	59,20
FPM	56,95
Outras	2,25
Transferências Estaduais	18,41
ICMS	15,05
IPVA	3,36
Outras Operações	1,97
Total	100

* Com base na execução orçamentária de janeiro à setembro de 1993

Fonte: SEBRAE 1994

Como dados relativos à questão do trabalho não estão disponíveis a nível do município de Boa Vista, utilizamos aqui dados referentes ao estado de Roraima como um todo. É bem verdade que isto pode introduzir algumas distorções na análise; entretanto, acreditamos que as discrepâncias entre os dados pertinentes ao estado e ao município de Boa Vista são irrisórias. Primeiro, porque Boa Vista é o maior polo econômico de Roraima e local onde se concentra o maior contingente populacional de trabalhadores. Depois, os dados apresentados a seguir são baseados em uma coleta de dados (PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) feita exclusivamente nas áreas urbanas, o que favorece ainda mais a consonância entre os dados do estado e do município de Boa Vista.

De acordo com a PNAD, uma parcela significativa da população economicamente ativa de Roraima encontrava-se desocupada nos últimos anos. A injeção do Real inverteu uma tendência de expansão do mercado de trabalho no estado, já que as taxas de ocupação que vinham crescendo, sofreram quedas significativas no período pós-1994. Em 1996 quase 12% da população economicamente ativa se encontrava desocupada, constituindo um total de 11,337 indivíduos sem emprego (Tabela 02). As altas taxas de juros diminuíram os investimentos no setor privado e endividaram uma miríade de indivíduos, causando diminuição nas taxas de crescimento econômico e causando uma retração na oferta de emprego.

Tabela 02
Taxas de Ocupação - Roraima

Anos	Ativos	Ocupados	Taxa de ocupação
1992	65841	61564	93,50
1993	66912	63357	94,68
1995	80853	69926	86,48
1996	94699	83362	88,02

Fonte: IBGE 1997

Entre os que estavam ocupados em 1996, 4753 (5,7%) desempenhavam atividades agrícolas, ao passo que a vasta maioria 78609 (94,3%) desempenhavam atividades não agrícolas (dados não apresentados). Em termos de categoria de trabalho, a maioria dos que se encontravam ocupados eram "empregados", totalizando 48264 indivíduos o que corresponde a 57,9% do universo dos ocupados (Tabela 03). Entretanto uma ínfima parcela tem carteira de trabalho assinada, 13165. É também significativa a participação dos trabalhadores por conta própria e os que produzem para o uso e consumo próprio (33,1%). Este fato, aliado ao grande contingente da população ativa fora do mercado de trabalho e ao grande número de empregados sem carteira assinada sugere a existência de um expressivo contingente de trabalhadores na informalidade.

Tabela 03
Distribuição da força de trabalho - 1996

Categoria	Total	%
Empregados	48264	57.9
Trabalhadores Domésticos	3289	3.9
Conta própria	24497	29.4
Empregadores	1097	1.3
Não Remunerados	3656	4.4
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	2194	2.6
Trabalhadores na construção para o próprio uso	365	0.5
Total	83362	100
Com carteira assinada	13165	15.79

Fonte: IBGE 1997

Metodologia:

Como informação detalhada sobre os comerciantes informais de Boa Vista

inexiste, dados para aferir os determinantes da atividade, assim como as características dos seus participantes foram coletadas *in situ*. Pesquisa de campo foi concentrada na confluência das Avenidas Sebastião Diniz e Sílvio Botelho no centro da cidade. Esta localidade foi escolhida porque representa o mais denso centro comercial de Boa Vista e também por ser a área de maior concentração do comércio informal do centro da cidade.

Depois de monitorar a área de estudo por alguns dias, detectamos que existia uma tendência entre os comerciantes informais de ocupar os mesmos espaços físicos ao longo das avenidas. Esta característica facilitou a execução de um recenseamento dos comerciantes informais que foi realizado entre os dias de 1/10/97 a 31/10/97. Neste recenseamento um questionário estruturado, que incorporava uma mistura de perguntas abertas e fechadas, foi ministrado junto a todos os comerciantes informais encontrados no período da pesquisa.

Resultados:

Um total de 86 comerciantes informais foi entrevistado, dos quais a maioria (58,13%) é do sexo masculino. No geral estes indivíduos possuem baixos níveis educacionais. A maioria (54,65%) não possui sequer o primeiro grau completo, ao passo que somente 10,46% terminaram o segundo grau (Tabela 04). Estes dados corroboram com os póstulos de Charmes (1990) e Fields (1990), que demonstraram que a maioria dos empresários e trabalhadores do setor informal possuem baixos níveis educacionais. Os comerciantes informais de Boa Vista são jovens com uma média de 28,81 anos. Vinte e quatro por cento tem menos que 20 anos de idade, enquanto que 44,17% dos entrevistados estão na faixa etária de 20-30 anos.

Tabela 04
Escolaridade

	Primeiro incompleto	Primeiro completo	Segundo incompleto	Segundo completo	Terceiro incompleto
%	54,65	18,60	15,11	10,46	1,16

Os migrantes dominam o comércio informal no centro da cidade, já que mais de 80% dos entrevistados nasceu fora do estado de Roraima. Os estados de onde mais originaram os camelôs são Maranhão (31.39%), Pará (22.09%), Ceará (12.73%) e Amazonas (5.1%). Estes dados confirmam a tendência geral das correntes migratórias para o estado de Roraima, nas quais predominam os Maranhenses, seguidos dos Paraenses, Amazonenses e Cearenses (Diniz, 1998).

Teóricos como Harris e Todaro (1970), Hart (1973), Mazumdar (1975), Charmes (1990) e Lubell (1991), postulam que a economia informal é a porta de

entrada dos recentes migrantes vindos das áreas rurais que buscam o emprego formal nas cidades. Estes teóricos acreditam que os migrantes recentes, uma vez que não conseguem trabalho no setor formal, são relegados ao setor informal que os fornece ganhos a nível de subsistência enquanto desempregados. Existe evidência para estes póstulos. De acordo com os depoimentos dos entrevistados, parte significativa dos camelôs afirma ter chegado a Boa Vista com grandes sonhos de melhoria de vida. Entretanto, estes indivíduos tiveram suas expectativas frustradas e se depararam com problemas de desemprego e a falta de melhores oportunidades de trabalho. Depoimentos como estes são comuns: “Aqui em Boa Vista não tem opção de emprego. Lá fora, o que falam é uma coisa e quando a gente chega não encontra outro trabalho melhor do que esse” .”Foi o único que consegui”. “A gente sai da nossa cidade que já é ruim de emprego, chega aqui e é do mesmo jeito”.

Quantidade expressiva dos trabalhadores informais desempenha estas funções há menos de um ano, ao passo que parcela significativa desempenha as mesmas funções há menos de 3 anos (Tabela 05). Estes resultados são testemunho da crise de emprego que assola o país, tendo empurrado vários trabalhadores para a informalidade. Estes números também sugerem uma rotatividade dentro da atividade, com novos adeptos sempre dando entrada na atividade, ao passo que existe sempre gente deixando a atividade. Confirmando assim as expectativas de Harris e Todaro (1970), Hart (1973), Mazumdar (1975), Charmes (1990) e Lubell (1991).

Tabela 05
Tempo na atividade

	<1 ano	1-3 anos	3-5 anos	>5 anos
%	40,7	30,3	17,4	11,6

É importante frisar que a maioria dos camelôs entrevistados vive em Roraima há mais de 5 anos, tendo chegado ao estado nos fins dos anos 1980 e início dos anos 1990. Esta época coincide com o *boom* dos garimpos e os resultados das entrevistas informais apontam que parcela significativa dos camelôs trabalhou de alguma forma ligada aos garimpos. Mas com o fechamento dos garimpos, o comércio informal passou a ser uma estratégia de sobrevivência, uma alternativa à clandestina atividade garimpeira. Dos entrevistados mais de 53% disse que depois de chegar a Boa Vista sempre estiveram ligados ao comércio informal. Estes números são ainda maiores entre os migrantes recentes. Dos que tiveram outro emprego antes de se dedicarem ao comércio informal, 60% desempenharam outro tipo de atividade informal, especialmente o garimpo.

A vasta maioria dos vendedores informais de Boa Vista trabalha por conta própria (86%), ao passo que uma minoria considerável (35%) é constituído por

empregados de camelôs. De acordo com estes dados, ficam patentes dois fatos: primeiro o comércio informal é fonte de emprego não só para os donos das bancas, mas também para uma parcela significativa da população; segundo existe uma hierarquia econômica entre os próprios vendedores informais existindo os “empresários” (camelôs autônomos) e os trabalhadores e/ou ajudantes de camelô. Parcela expressiva dos entrevistados se dedica exclusivamente ao comércio informal (93%), enquanto apenas 7% desempenham outra atividade econômica. Estes 7% utilizam o comércio informal como fonte suplementar de renda.

Assim como indicaram Moser (1984), Bromley and Gerry (1979), Bromley e Birkbeck (1988), Lubell (1991), e Laguerre (1994), o comércio informal do centro de Boa Vista tem forte ligação com o setor formal da economia. Numerosos comerciantes adquirem os produtos que revendem diretamente de atacadistas em Manaus com nota fiscal, prática que embute impostos. Também, grande parte deles utiliza como forma de pagamento e recebimento cheques, sobre os quais incidem os encargos de CPMF. Enquanto alguns comerciantes efetuam suas compras diretamente em Manaus, outros utilizam-se de amigos e parentes que habitam na capital do Amazonas para efetuarem as compras e enviarem as mercadorias para Boa Vista. Outros ainda são procurados por representantes de fábricas e fornecedores que entregam a mercadoria no próprio local de trabalho dos camelôs.

Os comerciantes inquiridos revendem essencialmente produtos industrializados, sendo que poucos se especializam no comércio de produtos específicos. Sete por cento dos entrevistados vendiam exclusivamente brinquedos; 5,81% revendem relógios, 16,6% vendem aparelhos eletrônicos, 16,27% vendem fitas; enquanto que a maioria opta por vender mercadorias variadas (54,32%) em seus estandes (Tabela 06). Existe uma certa homogeneidade quanto aos preços de mercadorias similares entre os camelôs. Uma fita cassete pirata, por exemplo, custa em média dois reais entre os comerciantes observados. Apesar deste “tabelamento”, ou acordo de cavalheiros, a diferença de preços é conseguida através da pechincha. Dá-se um desconto para as compras mais expressivas e negociam-se prazos e parcelamento. Esta flexibilidade agrada muito a clientela.

Tabela 06

Mercadorias Comercializadas

Produtos	%
Brinquedos	7.00
Relógios	5.81
Aparelhos Eletrônicos	16.60
Fitas Cassete	16.27
Mercadorias Variadas	54.32
Total	100

Através de observações diretas no local de trabalho dos comerciantes informais, verificamos como é desgastante a luta diária pela sobrevivência. Os camelôs trabalham mais de oito horas por dia, alguns chegando a trabalhar até 13 horas sem intervalo para as refeições (Tabela 07). Estes almoçam no próprio local de trabalho, pois acham muito dispendioso ficar montando e desmontando as barracas e também porque o movimento de transeuntes, clientes em potencial, durante o horário de almoço é grande.

Tabela 07
Jornada de trabalho

Jornada	% dos camelôs
6:00 às 18:00	6,6%
7:00 às 18:00	53,3%
8:00 às 18:00	26,6%
8:00 às 19:00	13,3%

Entre as principais dificuldades vivenciadas pelos camelôs estão a inexistência de um abrigo permanente. Os camelôs trabalham baseados em precárias instalações. Suas barracas são montadas e desmontadas todos os dias e as mercadorias têm de ser armazenadas e colocadas à exposição com a mesma frequência. Muitos comerciantes são obrigados a transportar as barracas e mercadorias entre o depósito, que é geralmente sediado em suas próprias casas, e o mercado, uma vez que não têm como guardar a sua parafernália nas proximidades do centro da cidade. Expostos ao sol, chuva, poeira e poluição, os comerciantes também se queixam da falta de infraestrutura associada à atividade. Um agravante é a falta generalizada de instalações sanitárias, estando os comerciantes informais à mercê da caridade dos donos de bares, restaurantes e lojas. É consenso geral que a construção de um camelódromo, como o realizado em outras capitais brasileiras como a solução para os problemas estruturais.

Tabela 08
Rendimento Mensal

Rendimento	Percentual
< 2 salários mínimos	11,64%
2-3 salários mínimos	52,32%
3-5 salários mínimos	36,04%

Tabela 09
Moradia

Tipo de Moradia	Percentual
Própria	63,95
Alugada	31,39
Cedida	4,65

Apesar de todas as dificuldades listadas acima, uma parcela expressiva dos entrevistados (65%) disse estar muito satisfeito com a atividade e que não gostaria de mudar de profissão ou mesmo de obter um outro emprego no setor formal da economia. Quando inquiridos sobre a razão de estarem no comércio informal, os camelôs apontaram a liberdade conferida pela atividade como o principal atrativo (46,5%). "Apesar do trabalho duro, ser dono do próprio negócio é muito melhor do que ser empregado dos outros. Aqui eu mando e faço o que quiser na hora que eu quiser", respondeu um camelô. Outros 15% apontaram a oportunidade de aumentar a renda como o maior atrativo à atividade, já que ser camelô confere à grande parte dos indivíduos um razoável padrão de vida. Parcela expressiva dos entrevistados tem rendimentos mensais acima de dois salários mínimos ao mês (88,36%) e grande parte mora em casa própria (63,95) (Tabelas 08 e 09). Entretanto, 38,37% dos entrevistados entrou na atividade porque não encontraram outro tipo de emprego.

Conclusão:

O presente trabalho elucida uma série de questões relacionadas à atividade informal em Boa Vista. Os camelôs no geral apresentam baixos níveis educacionais, e são na maioria jovens do sexo masculino. Entre eles é forte a presença dos migrantes, principalmente os recém-chegados ao estado, que utilizam o comércio informal como porta de entrada ao mercado de trabalho da cidade. Existem também, entre os camelôs, migrantes que chegaram ao estado há mais tempo, e que apesar de terem desempenhado outras atividades econômicas, utilizam o setor informal como válvula de escape para as dificuldades inerentes ao atual mercado de trabalho. Descobriu-se que a atividade dos camelôs, apesar de informal, tem espasmos de formalidade. Parte das mercadorias adquiridas para a revenda são compradas com nota fiscal e várias transações comerciais são efetuadas através de cheques sobre os quais incidem impostos.

É falacioso pensar que o comércio informal de Boa Vista é reduto exclusivo dos desempregados e dos materialmente desprovidos. Existem três tipos de camelôs: os que apesar de terem tido empregos no setor formal buscam a liberdade relacionada a atividade informal e a oportunidade de serem seus próprios chefes; os que preferem trabalhar no comércio informal em função dos melhores ganhos; e outros ainda que

materializam o estereótipo associado aos camelôs e estão na atividade por falta de outra opção de emprego.

A globalização dos mercados, o baixo ritmo de crescimento econômico fomentado pelas exorbitantes taxas de juros, as maciças migrações interestaduais, o fechamento da fronteira agrícola e a monotonia da economia local têm provocado aumento significativo no comércio informal em Boa Vista. Os camelôs ocupam um espaço público indevidamente, poluem visualmente o centro da cidade e sonégam impostos. Entretanto, é preciso levar em consideração o fato de que apesar de representar um incômodo para a sociedade, o comércio informal cumpre um importante papel social, já que face a dificuldades econômicas evita que número expressivo de indivíduos ingresse na marginalidade para sustentar suas famílias.

Apesar das ameaças de remoção e transferência, os camelôs estão aí para ficar. Eles são ubíquos, não adianta simplesmente aumentar a fiscalização ou ainda tentar retirá-los de uma parte da cidade, pois fatalmente deslocar-se-ão para outra. Necessita-se de um maior entendimento entre o poder público e a própria sociedade para tratar a questão, pois enquanto o quadro de baixa oferta de trabalho e parcos salários perdurar no setor formal, muitos continuarão a recorrer a formas alternativas de subsistência. Torna-se imperioso a regularização da atividade para que possamos minimizar os problemas associados ao comércio informal.

A construção de um camelódromo nas proximidades do centro da cidade, como advogado por vários entrevistados, melhoraria a situação de todos. Os camelôs dispormiam de um local com infra-estrutura e não estariam mais expostos ao tempo. Os comerciantes teriam a frente de suas lojas desocupadas. A sociedade em geral se beneficiaria duplamente, pois além de manter a concorrência entre comerciantes e camelôs, o que faz com que os preços baixem, também teria o problema da poluição visual e a dificuldade de locomoção no centro da cidade resolvidos. O poder público também colheria dividendos com o camelódromo, pois passaria a ter um maior controle da atividade, além de minimizar os prejuízos da evasão fiscal através da cobrança de uma taxa mensal dos camelôs que utilizassem as novas instalações.

Referências bibliográficas

Charmes, John. 1990. Critical Review of Concepts, Definitions and Studies in the Informal

Sector. **The Informal Sector Revisited**. Paris, OECD. Turnha, Bernard and Schwarz (Editores).

Diniz, Alexandre 1998. Tendências Migratórias Atuais. Revista Textos e Debates n° 4 Boa Vista, 1997.

- Fei, J. and G. Ranis. 1964. **Development of the Labor Surplus Economy: Theory and Policy II.**
- Folha de Boa Vista, 1997. **Acordo prorroga retirada de camelô.** Caderno Cidade - pagina 6 de 20/11/1997.
- Hart, Keith. 1973. Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana, **The Journal of Modern African Studies** 11 (1): 61-89.
- Harris, J. e Todaro Michael, 1970. Migration, Unemployment and Development: A two-sector analysis. **American Economic Review**, March. 126-142.
- IBGE, 1997. PNAD de 1996. Rio de Janeiro, IBGE.
- Laguerre, Michael. 1994. **The informal City.** MacMillan Press, London.
- Lewis, W. 1954. Economic Development with Unlimites Supplies of Labor, in Agarwhala, A.N. e Singh, S.P. (Editores) **The Economics of Underdevelopment.** London, Oxford Press.
- Lubell, Harold. 1991. **The Informal Sector in the 1980s and 1990s.** Development Center of the Organization for Economic Cooperation and Development, Paris.
- Mazumdar, D. 1975. **The Theory of Urban Underdevelopment in Less Developed Countries.** World Bank Staff Working Paper # 198.
- SEBRAE, 1994. **Diagnóstico Microregional do Município de Boa Vista.** SEBRAE/RR, Boa Vista.
- Teltscher, Susanne. 1993. **Informal Trading in Quito, Ecuador: Economic Integration, Internal Diversity and Life Changes.** Verlag Breitenbach Publishers, Fort Lauderdale.
- Yu, Sandra. 1994. **Supporting the Informal Sector, Cases of NGO Assistance Programs.** Pagsusuri Ukol Sa Lipunan, Simbahan.

Colônia Confiança III: uma aproximação da agricultura familiar roraimense

Suênia Cibeli Ramos de Almeida *

Jane Maria Franco de Oliveira **

A estratégia utilizada pelo Estado brasileiro para desenvolver o espaço agrário amazônico privilegiou basicamente dois tipos de estruturas, a saber, a grande exploração mineradora e a pecuária, sendo intensificada nos anos áureos do regime militar através de fortes subsídios destinados a estas estruturas, reproduzindo assim, o modelo de ocupação de terras, historicamente adotado na formação da economia nacional (Campos, 1996).

Arelado a estas estruturas, na maior parte do território, desenvolveu-se o campesinato brasileiro, dependente destas e totalmente excluído das políticas públicas. No caso específico da Amazônia brasileira, tais estruturas, ocuparam e desenvolveram-se nos projetos de colonização oficial, junto aos conflitos de terra com as populações caboclas e os grandes projetos.

Para o caso de Roraima em particular, considerado entre os estados amazônicos brasileiro, um dos últimos a sofrer as pressões advindas das diferenças sociais gritantes encontradas nos demais estados da federação em função dos conflitos com a grande produção, a agricultura camponesa desenvolveu-se principalmente, nos projetos de colonização patrocinados a partir da década de 50 pelo Estado com a criação de três colônias agrícolas oficiais: Fernando Costa, Brás de Aguiar¹, mais conhecida como Cantá, e Coronel Mota, popularizada de colônia do Taiano.

Mas, foi na década de 80, no contexto do POLORORAIMA que os projetos de colonização oficial tiveram grande impulso. Exemplo disso, foi a criação dos Programas de Assentamento Rápido (PAR) e os Programas de Assentamento Dirigido (PAD) nas regiões leste, sul e sudeste do Estado. Rapidamente, estes espaços foram ocupados por migrantes vindos de quase todas as regiões do país, com predomínio da nordeste. Homens e mulheres, com histórias e caminhos diversos e que, muitas vezes se cruzaram antes de aqui chegarem. Estes, foram e são os personagens principais que estruturaram e estruturam a agricultura familiar roraimense.

Segundo Barbosa (1993), 96% dos migrantes que chegaram em Roraima neste

* Enga. Agra., MSc Extensão Rural, na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa-Roraima.

** Enga. Agra., MSc Fitotecnia, pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa-Roraima.

¹ Fernando Costa, hoje município de Mucajaí e Brás de Aguiar, município do Cantá.

período tinham como destino a zona rural. Entretanto, as estatísticas mostram que foi neste mesmo período que se assistiu ao crescimento da taxa da população urbana, chegando a 10,8%, enquanto a da população rural alcançou 2,66%. Para este autor diversos fatores contribuíram para a produção desta realidade, dentre estes a distância do único mercado consumidor – Boa Vista; a especificidade do ecossistema amazônico e o abandono dos agricultores pelo Estado. Desta forma, a política de desenvolvimento adotada pelo Estado, contribuiu para a formação da miséria e da pobreza nos bairros periféricos da capital, fenômeno típico das grandes metrópolis brasileiras; no processo de concentração de terras e no acirramento dos conflitos pela posse das terras indígenas (Barbosa, 1993).

Apesar desta realidade muitos destes agricultores permanecem nestas colônias. Alguns, capitalizados, conseguiram superar tais dificuldades; outros, por acreditarem que às condições na capital não garantirão a reprodução de sua família e outros, ainda, por não terem outras formas de sobreviverem.

A colônia Confiança III, na região do igarapé Cachorro no município do Cantá, foi gestada e produzida neste contexto, representando uma destas realidades. O presente texto pretende descrever um olhar sobre esta realidade.

Um olhar sobre a Confiança III

A colônia Confiança III é composta de 11 vicinais e de um novo prolongamento denominado Estrada Nova, que liga o estado de Roraima ao Amazonas, pela RR 170. Possui ainda 4 vilas, a principal, que é chamada vila Central, localizada próximo ao igarapé Cachorro: vila Santa Rita, localizada no entroncamento entre as vicinais 3 e 6; e as vilas Félix Pinto, localizada no entroncamento entre a 4 e a 9, e Vila União, na vicinal 9.

Em quase duas décadas de existência, o projeto Confiança prossegue histórias bem próximas dos projetos de colonização antiga da Amazônia brasileira, onde a pequena produção se responsabiliza pela abertura das áreas de mata e implantação de pastos para os animais. Aqui, o processo se intensifica na década de 80, quando a maior parte dos agricultores se instalam nos lotes. Para o caso da Confiança em particular, os anos de 1982 e 1991 foram significativos para a colonização deste espaço, pois, neste período o projeto recebeu o maior número de agricultores. É bem verdade que muito dos agricultores que aí se instalaram nesta ocasião, já se foram, ou venderam os seus lotes nas primeiras vicinais e foram habitar outras mais longínquas, abrindo novos picadões na mata.

A trajetória das famílias que colonizam o projeto da Confiança III tem ligação direta com o local de origem. Os agricultores maranhenses, na sua grande maioria, vêm do seu Estado direto para a colônia. Estes fizeram parte dos migrantes que foram trazidos financiados pelo Governo do estado de Roraima. Nos seus relatos, alguns

contam que muitos dos que hoje são seus vizinhos iam ao Maranhão buscá-los patrocinados pelo governo. Outros nordestinos, de vivência mais antiga na Amazônia, percorreram os estados do Maranhão, Pará, Amazonas e Rondônia.

Os agricultores vindos do sul do país, principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina têm passagem obrigatória pelo Paraná, que nos anos 70 expandia suas fronteiras agrícolas e assim, muitos agricultores gaúchos foram a procura de melhores condições de vida neste Estado.

A grande maioria saiu dos seus estados em busca do que ali não possuíam, terra para trabalhar. Filhos de agricultores, viviam como arrendatários ou posseiros, vindos para cá motivados pelas propagandas patrocinadas pelo governo roraimense nos seus estados. Partiram em busca de melhores condições de vida e com a esperança de possuírem terra para produzir. Alguns vieram a procura da riqueza que possivelmente seria obtida com os garimpos.

A composição do núcleo familiar que hoje vive na colônia bem como, a idade em que se encontra os seus membros é fator preponderante para o desempenho destas unidades produtivas. Pois, são estes que provêem a mão-de-obra das atividades aí desenvolvidas e apenas eventualmente, é que recorrem a trabalhadores fora da propriedade, sendo este recurso utilizado apenas para as atividades de derruba, limpeza de juquirá e colheita de arroz.² Alguns agricultores utilizam o sistema de ajuda entre vizinhos, conhecido como troca-troca. Tem ainda, mas são casos raros entre estes agricultores, aqueles que trabalham sozinhos e ou contratam trabalhadores permanentes.

As famílias que atualmente compõem a colônia estão estruturadas em um núcleo familiar composto de 5 a 8 pessoas, o casal e filhos. A faixa etária desses agricultores varia em torno de 30 a 50 anos, considerado uma população jovem quando comparada com outras realidades rurais encontradas no país.

Poucos agricultores freqüentaram os bancos da escola formal ou sabem assinar o nome, sendo a mulher a figura do casal que prosseguiu por mais tempo na escola.

O cultivo do arroz, representa a principal atividade agrícola na colônia, seguido da mandioca, que, após processada, é comercializada como farinha e goma. O milho, apesar de reconhecerem a exigência nutricional deste e a pobreza dos solos da região, representa um dos cereais mais cultivados, constituindo-se na principal fonte de alimentação para os pequenos animais e algumas vezes é comercializado.

Em seguida, vem o pasto, que cultivam para valorizar a propriedade. Alguns dos agricultores vivem apenas do aluguel deste, não possuindo gado, observamos este fato principalmente nas primeiras vicinias da colônia, onde concentra-se o maior número de fazendeiros com grandes áreas de pastagens.

Possuir um pequeno sítio ao redor da casa é muito comum, atividade que vem

² Geralmente são contratados para pagamentos em diárias ou empreitadas.

sendo desenvolvida por alguns como estratégia na substituição da exploração das culturas temporárias, especializando-se no cultivo de algumas espécies frutíferas para processamento e produção de polpa dirigida para atender o mercado local, tornando-se uma atividade lucrativa. Entretanto, para a grande maioria as culturas permanentes, representadas aí principalmente pelas fruteiras, são destinadas quase que exclusivamente para o consumo da família. Observamos que explora-se muito pouco as frutas da região, com exceção do cupuaçu que ocupa o quinto lugar na relação das fruteiras que são cultivadas por estes agricultores (ver gráfico em anexo). No entanto, a laranja, a banana, a manga e o coco, respectivamente, aparecem entre as mais citadas. As duas primeiras geralmente, são comercializadas e possuem um número de plantas significativo, o que não acontece com as duas posteriores.

Outra estratégia, é o cultivo de hortaliças, como a tomate e a melancia, praticada por poucos agricultores pois, é uma atividade exigente em mão-de-obra, escassa na região, sendo necessário o uso de irrigação no período seco.

A criação de pequenos animais representa outra fonte de ingressos extra, sendo as aves um dos principais criatórios. Os agricultores comercializam principalmente ovos. Contudo, o destino principal é o autoconsumo.

A criação de porcos também vem sendo desenvolvida e alguns agricultores estão se especializando nesta atividade. A piscicultura é outra atividade que começa a ser desenvolvida na colônia, principalmente entre os agricultores de maior poder aquisitivo, que conseguem com recursos próprios a construção de pequenos açudes para a criação de espécies como tilápia, tambaqui e curimatã.

As relações com o mercado local ainda são tímidas, sendo que a grande maioria tem como objetivo primeiro a subsistência, comercializando apenas o excedente. Nesta direção, é que tentam garantir a produção da maior diversidade possível de produtos na propriedade, tendo que adquirir poucos produtos fora de seu espaço produtivo. Aquelas famílias que necessitam adquirir no mercado os produtos básicos para alimentação da família, são as que se especializaram em alguns produtos, tais como as produtoras de hortaliças e as que desenvolveram um pomar.

A caça e a pesca é uma atividade que faz parte da rotina da maioria destes, representando uma fonte de alimentação importante para estas famílias.

O manejo empregado nos cultivos vem sendo realizado manualmente, pois a maioria não tem acesso a mecanização, nem a tração animal nem tão pouco a máquinas e implementos agrícolas. Alguns agricultores vêm abrindo novas áreas todos os anos; outros, utilizam as que são deixadas em pousio, durante períodos que variam de 2 a 3 anos, aproveitando assim as juquiras, o que dificulta tal prática é o trabalho da limpeza destas. Mesmo assim, eles vem reutilizando-as por períodos de 3 anos antes de introduzirem o pasto.

O processo para implantação de uma cultura é o mesmo utilizado em outras regiões da Amazônia brasileira, qual seja, broca, derruba e queima. As áreas novas são

sempre as mais férteis. Mesmo em áreas já utilizadas, não é comum a utilização de adubação, seja química ou orgânica, para as culturas do arroz, da mandioca ou do milho, que são as principais culturas destes agricultores. As exceções ficam com aqueles que destinam sua produção exclusivamente para atender o mercado, como é o caso dos que cultivam tomate e fruteiras.

O primeiro cultivo quase sempre é o milho, seguido do arroz e mandioca consorciados. Quando é introduzido o pasto este vem por último. O feijão é plantado em pequenas áreas para o consumo, sendo o seu manejo muito variado.

A maior parte destes agricultores possuem suas próprias casas de farinha, que representa uma das principais fontes de ingressos; há também aqueles que não as tem. Geralmente são os recém chegados, eles arrendam dos vizinhos, produzindo de meia, ou ainda, processam na casa de farinha da associação de sua vicinal.

A comercialização dos produtos é realizada quase que exclusivamente na feira do produtor e o transporte dos produtos realizado pelo 'caminhão da feira' que passa no intervalo de 15 dias, em quase todas as vicinais, nos dias de quartas e quintas-feiras, retornando com os agricultores aos sábados. Os agricultores relataram estar insatisfeito com esta situação pois, se perde dias de trabalho. Além disso, na feira do produtor concorrem com os marreteiros e, muitas vezes não encontram espaço para disponibilizar os seus produtos.

Poucos agricultores têm outras alternativas para comercializarem seus produtos, apenas os que possuem transporte particular usufruem dessa possibilidade. Alguns já nem saem de suas propriedades e vendem aí mesmo sua produção, mesmo que a preços inferiores aos comercializados na feira. Outros, conseguem vendê-los direto a CODESAIMA³, mas são todos esses casos, exceções.

Desenvolvem também outras atividades que complementam os ingressos para sobreviverem em suas propriedades, ou ainda, na tentativa de conseguirem recursos para financiarem os investimentos nestas. A primeira situação é a que predomina, sendo o famoso "bico", a atividade comumente praticada, estando aí incluída as atividades de pedreiro, carpinteiro, derrubadas, brocas, empleitas da limpeza das áreas de juquirá, etc., seguida de pequenos comércios, como tabernas na capital, na própria vicinal, comércio de madeiras, madeireiras nas propriedades, etc. Esta última, proporciona investimentos significativos na propriedade, representando muitas vezes o principal ingresso, ficando as atividades de cultivo apenas para a obtenção dos alimentos para o consumo da família.

Depois da agricultura, a atividade garimpeira, quando liberada, é a mais procurada por estes agricultores, seguida do emprego em diversos setores da economia, como por exemplo, gerente de máquinas pesadas em serrarias, vigilância, carpintarias, construção civil, etc. Outros executam ainda atividades de comerciantes,

³ Companhia de Desenvolvimento de Roraima.

caminhoneiros e agricultores que retiram madeira da mata. Muitas destas atividades ainda vêm sendo executadas conjuntamente com a agricultura.

A atividade da retirada da madeira, geralmente é realizada por agricultores que possuem mais recursos e têm caminhões. A madeira extraída é comercializada nas serrarias e madeireiras da capital.

As famílias com menos recursos têm a tendência de fixar moradia com todos os seus membros na colônia, o que não acontece com aquelas que se encontram em melhores condições financeiras. Com a facilidade na obtenção de moradias na capital, muitos agricultores passaram a adquirir casas na cidade, as quais, muitas vezes são alugadas ou mesmo vendidas, no intuito de investir na propriedade; ou mesmo, por não terem condições de permanecerem na cidade devido ao elevado custo de vida, então, optam pela vida na colônia. Muitos dos que não residem com toda a família na propriedade, principalmente com os filhos, buscam a continuação dos estudos dos mesmos na capital, o que não pode ser viabilizado em algumas dessas vicinais.

Apesar das dificuldades encontradas para continuar na colônia, encontramos muito dos agricultores que iniciaram com a abertura do projeto. Eles acreditam que aí poderão conquistar melhores condições de vida.

Conhecer o número de famílias que estão instaladas nestas vicinais se torna quase impossível, grande parte destas tem continuação com varadouros e picadões de quilômetros de extensão. Houve relatos que muitos agricultores estão perdendo sua produção dentro destes picadões, que foram abertos na perspectiva de rapidamente construírem a estrada. Entretanto, alguns destes já tem alguns anos de existência sem a menor infraestrutura. Os agricultores que aí produzem carregam sua produção nos ombros, para poderem viabilizar a sua comercialização, até onde podem alcançar o carro da feira.

Cada vicinal que compõe a colônia tem uma realidade muito particular e uma complexidade de problemas, que passa necessariamente pela falta de infra-estrutura oferecida para os agricultores que aí tentam sobreviver. Algumas possuem uma estrutura mínima. Todas elas são de grandes extensões, tendo uma população bastante variada, sendo nas últimas vicinais, principalmente a oito, a nove, a dez, a onze e parte da quatro, que se concentra o maior número de famílias.

As vicinais um, dois, três, parte da quatro, a cinco, a seis e a sete são quase que tomadas por capim e criação de bovinos. Percorrem-se quilômetros para encontrar algum agricultor cultivando outro produto que não o capim.

A estrutura mínima que é colocada a disposição dos agricultores se constitui de escola, que geralmente funciona até a 4ª série primária, um posto médico e uma associação de produtores.

Nas vicinais que contam com a estrutura das pequenas vilas e onde algumas propriedades ficam próximas, são oferecidas melhores condições, comparada à situação das demais.

Os agricultores se organizam em torno das associações. Em quase todas as vicinais, tem uma em funcionamento, apresentando quase sempre a mesma estrutura, variando apenas no tamanho do patrimônio. Tal patrimônio foi doado pelo governo estadual e por candidatos a cargos eletivos na Assembléia Legislativa estadual e no Congresso Federal, constituindo-se de trator, máquina para beneficiar arroz, casa de farinha, trilhadeira, forrageira, moto-serra, etc.

Algumas já tem mais de oito anos de existência. O funcionamento delas parece não apresentar variações, a não ser nos preços cobrados pelo uso das máquinas e serviços, que variam entre 5-12% do produto processado. A diretoria, em algumas delas é eleita a cada 2 anos. A maior parte dos agricultores estão associados, sendo geralmente através destas que eles conseguem financiamentos.

A associação da vicinal três possui caráter diferenciado das demais, denominada Sociedade Recreativa Desportiva Comunitária Confiança, foi criada em 1986 e está situada na Vila Santa Rita.

Algumas considerações

Impossível olhar tal realidade e não enxergar as necessidades gritantes vividas por estas unidades produtivas. Deficiências estruturais que praticamente inviabilizam a permanência dessas famílias no campo.

São condições mínimas de assistência a saúde; manutenção de estradas, que no período das chuvas tornam-se intransitáveis em algumas vicinais, ocasionando prejuízos de toda ordem.

Temos ainda a questão histórica da falta de políticas de financiamento dirigidas para este setor da agricultura. No entanto, a garantia de mercado para os seus produtos é a questão que mais preocupa os agricultores em virtude da concorrência com os produtores de arroz irrigado e ainda com os marreteiros que exportam farinha de mandioca para o Estado, desvalorizando um de seus principais produtos.

Nossos agricultores são tradicionais cultivadores, como vimos nesta pequena amostra, do arroz, da mandioca e do milho. Desenvolvem um pequeno sítio e não estão conseguindo garantir mercado para os seus produtos.

Algumas alternativas de sistemas de produção vem sendo gestada pela agricultura familiar em outros espaços amazônico muito próximo das condições dos nossos agricultores, visando a sobrevivência e superação dos diversos entraves que limitam a melhoria da qualidade de vida dessas populações. Uma amostra desse quadro é a substituição crescente, por agricultores familiares no estado do Pará, de cultivos temporários por culturas permanentes, procurando diversidade biológica através da combinação de diferentes espécies numa mesma área na busca de conquistar novos mercados e numa perspectiva clara de traçar novos rumos para os sistemas produtivos de base familiar.

Bibliografia:

- BARBOSA, Reinaldo I. Ocupação humana em Roraima II. Uma Revisão do Equívoco da Recente Política de Desenvolvimento e o Crescimento Desordenado. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: v. 9, n. 2 p. 177-197, 1993, (Série Antropol).
- CAMPOS, Hélio da Costa. **Notas sobre a ocupação de Roraima**. s/d, s/l. (mimeografado).
- CAMPOS, Índio. **Fronteira e campesinato no Trópico Úmido**. Papers do NAEA n. 60, Belém: NAEA/UFPA, 1996.
- RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DOS PEQUENOS PRODUTORES DA COLÔNIA CONFIANÇA III. Boa Vista (RR): Embrapa-RR,
- SILVA, José Rogério Arruda. **Ocupação e colonização em Roraima; a colônia da Confiança III em Bonfim**. Recife: UFPE, 1997. 177p. (Dissertação de mestrado).
- SILVEIRA, Isolda Maciel da. **Migração e Colonização**. s/d, s/l. (mimeografado).

(Des) territorialização e Conflitos Sociais na Luta por Espaço em Roraima

France Rodrigues*

A valorização dos recursos naturais, dentre eles os minerais, representou para Roraima, principalmente a partir dos anos 80, um acelerado processo de valorização da terra roraimense. Este processo vem aprofundando-se à medida que Roraima tem se configurado como a mais recente alternativa dentro da fronteira amazônica, ou seja, como um estado ainda com baixa densidade demográfica e recursos naturais quase inexplorados. As disputas entre grupos de pessoas para exercer o domínio sobre o lugar não são recentes.

Em Roraima, o que há de novo neste processo de valorização do espaço e acirramento dos conflitos é o grau e a forma como os grupos sociais vêm se articulando e se confrontando. Esse processo de articulação dos grupos sociais ocorre entre garimpeiros e fazendeiros, garimpeiros e empresários, índios e igrejas, índios e organismos internacionais. Isto porque a expansão do território, associado à idéia de domínio e gestão de uma determinada área, promove uma ampliação da territorialidade de alguns grupos, ao mesmo tempo que provoca a desterritorialidade de outros grupos sociais. O que acontece é que o fato de um determinado grupo social ter o domínio sobre um lugar, torna impossível o domínio sobre o mesmo lugar por outros grupos. É preciso considerar aqui também todos os jogos, negociações e lutas pelo domínio sobre um determinado espaço (BECKER, 1992).

Alguns grupos ou atores sociais, militares, índios, missionários, estiveram presentes no contexto sócio-político de Roraima desde o período colonial enquanto outros, fazendeiros/pecuaristas, garimpeiros, empresários e parlamentares não tão recentemente, emergiram no início do século e outros, organizações não-governamentais surgiram nos últimos anos. Todos esses atores vêm lutando para conquistar e garantir espaços no cenário roraimense. Tais lutas expressam-se neste processo de territorialização e desterritorialização de determinados grupos sociais.

Neste sentido, para tentar compreender esse processo de luta e a própria realidade de Roraima, é necessário colocar como central a análise da atividade de mineração, ou seja, a garimpagem como um fenômeno social. Ao mesmo tempo é necessário abordar o processo da formação e participação dos grupos sociais na conquista, defesa e disputa pelo espaço. Esta luta pela dominação do espaço físico é a luta para garantir poder e controle sobre um determinado território e,

* Ms. em Planejamento e Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA. Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRR.

consequentemente, poder impor uma determinada lógica de apropriação e utilização dos recursos naturais.

Militares, missionário e índios: cenário do fim do século XIX

A presença efetiva dos militares, verificou-se a partir da construção do Forte São Joaquim, em 1775, na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, vias de acesso às bacias do rio Orinoco (Venezuela) e Essequibo (República da Guiana) então territórios dos espanhóis e holandeses. O objetivo era garantir a posse do território através da ocupação e colonização utilizando-se da construção de fortes e do aldeamento indígenas. Depois, a partir do fim do século XVIII, a estratégia passou a ser a colonização através da pecuária.

Esta primeira fase de ocupação, cuja estratégia era a formação de aldeamentos indígenas para formação de uma espécie de “barreira humana” contra as invasões ao vale amazônico, foi entremeada de revolta e resistência por parte dos índios (FARAGE; 1991). Ocorreram grandes levantes dos índios aldeados em 1780, 1781 e 1790, esta última conhecida como a revolta da “Praia do Sangue”. Estes fatos determinaram a mudança de estratégia de ocupação.

Militares, missionário, índios, fazendeiros e garimpeiros: cenário do início do século XX

No início do século XX, os militares já dividiam a atividade de pecuária com os fazendeiros, alguns deles ex-militares, que estabeleciam os seus domínios e a ocupação das terras através da quantidade de boi que fossem capazes de controlar. Efetivaram sua ocupação expandindo suas terras, principalmente para o vale Tacutu, ao nordeste do estado e região onde residia a maior parte da população macuxi, hoje conhecida como região da Raposa/Serra do Sol.

No início deste século, os padres beneditinos² já haviam estabelecido sua Missão e iniciado o processo de catequização dos índios. Iniciaram também críticas aos métodos utilizados para os aldeamentos e ao sistema de controle e utilização da mão-de-obra indígena nas fazendas. Essas críticas desencadearam, num primeiro momento, conflitos com as autoridades civis, principalmente aquelas ligadas à maçonaria, lideradas por Bento Brasil, um dos maiores fazendeiros da região, cuja família seria uma das primeiras a investir na atividade de mineração (SANTILLI; 1994).

² Até 1780, existiam apenas dois missionários no vale do rio Branco. Um missionário carmelita residente no Forte e outro pároco capuchinho no aldeamento. A partir do final do século XIX, a Ordem de São Bento passou a atuar no rio Branco, pautando-se pela ênfase na educação como estratégia de catequização.

O processo de cooptação dos índios para a formação de mão-de-obra deu-se através das relações de compadrio³, adoção de crianças ou do casamento com índias por parte dos civis, principalmente, alguns fazendeiros, ou ainda, pelo processo de concessão de títulos honoríficos às lideranças indígenas, por parte do Estado. Estes processos possibilitavam a dissolução das diferenças sociais através de um certo controle, minimizando assim, aparentemente, os conflitos.

No início deste século, surgiu a atividade de mineração iniciada por um paraibano que se casou com índia macuxi. Somente a partir da descoberta do garimpo de Tepequém em 1937, é que foi ocorrer o primeiro fluxo migratório proporcionado por este tipo de atividade. Foi durante a década de 50, que ocorreu o primeiro conflito entre garimpeiros e empresa de mineração. A Empresa de Mineração Tepequém Ltda. foi fundada em 1948, pelo Sr. Adolpho Brasil e Leontino de Oliveira, vendida em 1952, a uma firma belga. Os constantes castigos e violências impostos aos garimpeiros que se recusavam a vender para a empresa o produto da atividade de mineração, culminou, em 1956, com a revolta de alguns garimpeiros e o assassinato do filho do dono da empresa, que fugiu em seguida deixando muitas dívidas.

Em meados deste século, a presença dos militares em Roraima foi mais uma vez ratificada através da criação do Território Federal do Rio Branco e a nomeação de militares para o governo. No final da década de 80, a presença militar foi intensificada pela implementação do Projeto Calha Norte que tinha entre seus objetivos a resolução dos conflitos em áreas indígenas.

A década de 60 e a militarização de Roraima: a ideologia do “espaço vazio”.

A idéia da Amazônia enquanto região inabitada vem desde a conquista e a ocupação pelos portugueses. Esteve presente no início da República e ganhou ênfase a partir da segunda metade deste século, principalmente no regime militar sob a égide da “Doutrina de Segurança Nacional”, que trazia intrínseca uma forte identidade entre povoamento, segurança e desenvolvimento. A primeira grande empreitada, nos anos 30, foi a “Batalha da Borracha”, cujos “soldados da borracha” eram nordestinos. Depois veio a “Marcha para o Oeste”.

A partir de meados dos anos 60, essa concepção da Amazônia enquanto “vazio” ganhou destaque e tornou-se parte preponderante em todos os projetos para a

³ A relação de compadrio se configurava como uma relação de aproximação entre indivíduos sem relações genealógicas. A relação de compadrio estabelecia uma relação de lealdade e ajuda mútua. As maiores expectativas por parte dos índios eram a possibilidade do compadre, geralmente fazendeiro, resolver alguns casos de pendência acarretadas principalmente pela invasão das roças indígena pelo gado de outros fazendeiros. Por parte do fazendeiro, as expectativas de ajuda relacionavam-se à possibilidade de requisitar mão-de-obra sem remuneração (SANTILLI;1994:57).

Amazônia. Isto fazia parte da concepção de geopolítica adotada pelo General. Golbery de Couto e Silva, e que prevaleceu durante os governos militares. A compreensão dos militares sobre o papel da Amazônia na viabilização do "Brasil Grande Potência" passava pela integração geográfica e econômica desta região ao restante do País e ao mundo. (COELHO;1996).

O projeto de modernização do Brasil, no qual a Amazônia estava inserida, principalmente a partir do Golpe Militar de 1964, concebia como estratégia a ocupação da Amazônia, em tempo recorde, apoiada na imposição de malhas de duplo controle: técnico e político (BECKER;1992:101). Todos os planos elaborados para a Amazônia traziam explícitos esta questão da ocupação como problema a ser superado. Isto é, tratava-se de uma área em que predominava o "espaço vazio" ou "espaço desocupado", que precisava ser ocupado ou integrado ao país ou à civilização. O mito do "espaço vazio" refletia a forma como os governos viam as elites e as populações locais da região, isto é, como obstáculos as suas concepções de desenvolvimento.

Na verdade, a noção de espaço vazio, notadamente para os governos militares, significava espaço improdutivo. Neste sentido, esta noção de "vazio" "configura-se como um conceito que é muito mais econômico que demográfico" (VAINER;1992:42).

Nos governos militares, a população apresentava-se como um elemento fundamental na formação de uma base produtiva na constituição do poder nacional. Nesta perspectiva, as populações indígenas, os ribeirinhos, os seringueiros, os coletadores, enfim, os denominados "povos da floresta", pouco representavam uma vez que não podiam ser convertidos em força de trabalho pelos protagonistas do novo modo de produção, que se pretendia estimular na Amazônia, com vista a sua inserção no novo contexto de acumulação capitalista mundial.

O mito de "espaço vazio" também refletiu-se nos discursos de governantes e políticos em Roraima, no passado e no presente. O deputado pelo ex-Território, Sr. Antônio Martins, em 1947, pronunciara-se na Câmara dos Deputados a esse respeito:

"Se já nos é juridicamente reconhecida a posse da área rio branquense agora territorializado, resta-nos somente **ocupá-la** em definitivo, impregná-la de uma consciência de brasilidade e procurar a **utilização de seu abundante espaço**, através de uma séria política de governo colonial e desenvolvimento econômico, pela utilização de suas indiscutíveis possibilidades econômicas" (grifo meu) (DIÁRIO DO CONGRESSO, In: GUERRA;1957:2).

O governador do Território do Rio Branco, no período de 1947-48, assim se expressava sobre a necessidade de resolver o problema da "escassez" populacional:

"Trata-se, não somente de **aumentar a população do território** como, sobretudo de eliminar os obstáculos de uma **rarefação demográfica (grifo meu)** nociva ao progresso regional.

Não se deve esquecer que o aproveitamento e a dinamização dos recursos naturais da extensa Guiana Brasileira resultarão em apreciáveis vantagens para toda a Amazônia, e, em consequência - para o Brasil - mas, dependem, fundamentalmente, da execução preliminar de uma série de medidas importantes no setor da política da população" (VALE DO RIO BRANCO, In: GUERRA;1957:13).

O plano de instalação do estado de Roraima, elaborado por uma comissão nomeada pelo primeiro governador eleito, Ottomar de Souza Pinto, referia-se "à pequena base populacional":

"Decididamente, a população roraimense incorpora fatores endógenos que obstaculam[sic] a demaragem imediata de um processo de desenvolvimento auto-sustentado, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de **vista cultural tecnológico**. Com base **populacional tão pequena**, o que exigiria mão-de-obra e quadros gerenciais com especializações escassas por aqui. Assim, **a geração de [populações] excedentes** com vistas ao crescimento econômico requer necessariamente a **expansão quantitativa e melhoria qualitativa da nossa população (grifo meu)** (SEPLAN; 1990:18).

Além dos discursos de que a "pequena base populacional" e a "rarefação demográfica" eram impedimentos para um certo tipo de desenvolvimento, desenvolvia-se um outro discurso, o da necessidade de "ocupar o extenso e abundante espaço". Não se consideravam os índios e nem a população não indígena que habitavam essa região. Deixavam transparecer um discurso eivado de preconceito em relação à capacidade "cultural-tecnológica" destas populações.

Quanto à política de integração através dos projetos de colonização em Roraima, sua implantação aconteceu mais tardiamente do que em outros estados e, conseqüentemente, seus reflexos também. Aos projetos de colonização do Governo Federal vieram somar-se os projetos de colonização e assentamento do governo estadual. Estes projetos se propunham a absorver os migrantes que acorreram para Roraima, pela facilidade de aquisição de terra e pelos garimpos que se constituíam, na verdade, no grande atrativo para este fluxo migratório. A atividade de mineração em Roraima funcionava também como um atrativo, contribuindo assim, para a diminuição do vazio demográfico. Neste sentido, o garimpo obteve mais sucesso, principalmente na década de 80, do que as estratégias governamentais anteriores.

Ao lado do mito do "vazio demográfico," outros mitos sedimentavam-se tais como os mitos de "terra abundante" e, conseqüentemente, o mito da "terra de oportunidades", da possibilidade do "enriquecimento fácil". Em um primeiro momento, as áreas de fronteiras se configuram como espaços de ascensão e mobilidade social. A fronteira é o espaço por excelência, de construção de uma nova realidade, de

uma nova maneira de viver. Portanto, a Amazônia viveu e ainda vive uma fase deste processo de expansão da fronteira. A primeira fase ocorreu na década de 40 e deu-se de forma a favorecer um processo de acumulação primitiva, através do crescimento do setor agrícola com baixos investimentos e mão-de-obra a baixo custo (BECKER;1982:128). A segunda fase iniciou-se a partir da década de 60 e principalmente 70, quando a Amazônica tornou-se fronteira de investimentos para a grande empresa, inclusive internacional. Este processo acarretou a valorização da terra e a intensificação da mobilidade regional entre outras coisas. Todavia, para muitos, a fronteira não mais configurava-se como “terra de oportunidade”. Trata-se, especificamente de uma terra de oportunidade para quem dispõe de capital ou tem acesso facilitado a ele. É nesta perspectiva que Roraima configura-se ainda como novo “locus” de expansão da fronteira.

O perigo mora ao lado?: a internacionalização de Roraima e os índios

As tentativas de inserção da Amazônia na economia mundial fazem parte do processo de “internacionalização da Amazônia”, através da apropriação e exploração de seus recursos naturais por outros países, remonta à ocupação e colonização, ainda no século XVI⁴.

Mas a aceleração do processo de “internacionalização da Amazônia” está diretamente relacionado ao movimento de globalização⁵ do capitalismo, principalmente, a partir da II Guerra Mundial. Este processo de globalização conduziu a uma nova divisão internacional do trabalho, que requereu uma redefinição da participação dos países periféricos enquanto fornecedores de matéria-prima e de recursos naturais considerados estratégicos como os minerais.

A estratégia para inserir os países latino-americanos na nova divisão internacional do trabalho iniciou-se ainda na década de 40, com a instalação de siderurgias modernas no Brasil, Chile e Colômbia com financiamento norte-americano. Na Amazônia o reflexo deste novo contexto foi a concessão, em 1947, das jazidas de manganês do Amapá à Bethlehem Steel Co-USA através da sócia majoritária, Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) até o ano 2003 (OLIVEIRA;1991:16).

⁴ A concepção de internacionalização decorre da compreensão do processo de mundialização da economia. O processo de internacionalização ou mundialização da economia teve início no século XVI, com a expansão do comércio através da expansão marítima e, foi consolidada no século XIX.

⁵ O processo de globalização da economia pode ser entendido como o estágio atual do sistema capitalista que sempre foi um sistema mundial (AMIN;1980 In: SANTOS;1994). O processo de globalização está associado à evolução das forças produtivas, principalmente, a partir da II Grande Guerra Mundial, caracterizada por uma revolução científico-técnica. Este processo que se acentua a partir da década de 70, com o surgimento de revolução industrial, comandada pela ciência e suas descobertas nos ramos da informática com aplicações nos mais diversos setores, das comunicações, dos transportes entre outros (SANTOS;1993).

Os governos brasileiros e principalmente os governos militares, favoreceram e até facilitaram este processo de internacionalização. Além dos projetos de desenvolvimento diretamente voltados para a formação de infra-estrutura básica para o capital internacional, fechava-se os olhos para as falcaturas e corrupção endossado por um regime ditatorial. Um dos casos de maior repercussão desta “internacionalização permitida” resultou em 1968, na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a ação de grandes grupos internacionais, na compra de terras na Amazônia brasileira.

Dentre os diversos casos apontados, no relatório final figurava o caso dos norte-americanos Stanley Amos Selig e Ben Selig, que ficou conhecido como o “caso Selig”. Esses dois americanos através de vários “testas-de-ferro” adquiriram mais de 20 milhões de hectares de terras para fins especulativos, inclusive em Roraima, onde foram compradas 232.914 ha em nome de James Bryan Choate. James Wilmer Crews (rio Tacutu) e João Inácio também compraram terras para os “Selig’s”, embora o relatório não tenha precisado a quantidade total das áreas em questão (OLIVEIRA;1991:42).

Em Roraima, o discurso e a preocupação com “processo de internacionalização” ganharam força na década de 80, fundamentalmente após a descoberta e exploração de ouro em áreas indígenas por garimpeiros. Isto provocou o aumento de pressões, tanto nacional quanto internacionalmente, para a demarcação das áreas indígenas e, conseqüentemente, levando a expulsão dos garimpeiros.

O discurso de “internacionalização de Roraima” foi apropriado, de forma contundente, pelos vários atores sociais, como forma estratégica da defesa de seus interesses. A concepção de internacionalização não assumiu, em Roraima, o entendimento deste processo a partir do predomínio do capital internacional, mas sim, no sentido de uma concepção conspiratória. Há, em quase todos os discursos, uma conotação de defesa da soberania nacional e do temor de uma apropriação das “riquezas nacionais” por “estrangeiros inescrupulosos” ou “falsos missionários”, onde os brasileiros natos estariam excluídos do usufruto de suas riquezas.

Em 1985, Eloisa Machado, esposa do líder empresário de garimpos Sr. José Altino Machado, ao defender a invasão da Serra do Surucucus pelo seu esposo, dizia que:

“não somos irresponsáveis. Se os estrangeiros vão lá e tiram tudo o que querem, porque nós, brasileiros, não podemos fazer o mesmo? (...) Não estamos espalhando guerra, mas **brigamos pelo nosso solo**”[grifo meu] (A CRITICA;16/02/85).

Em pronunciamento na sessão da Câmara de 22 de abril de 1986, o então Deputado Federal Alcides Lima, lançava uma alerta à Nação:

(...) sobre as ações desenvolvidas em nossa região, por grupos e instituições nacionais e estrangeiras, envolvendo os interesses das

comunidades indígenas. É inadmissível que entidades sediadas nos Estados Unidos e em países da Europa venham exercer ingerência em nossos assuntos sob o falso pretexto da primazia na defesa dos índios e, inclusive, apresentando dados distorcidos, manipulados e até mesmo inventados em seus laboratórios de atuação política. Na verdade, a falta de uma política oficial bem definida para a questão do índio no Brasil **propiciou o ingresso em nossas fronteiras dessas instituições estrangeiras, cuja estratégia visa à internacionalização da Amazônia” (grifo meu) (CÂMARA DOS DEPUTADOS;1986:31).**

A campanha contra as igrejas e missões religiosas iniciou-se na década de 80. A medida que essas instituições assumiam a defesa dos índios, pressionavam e exigiam a demarcação das áreas indígenas. Posicionavam-se também contrários à mineração nestas áreas, conforme preconizava o Estatuto do Índio. Em Roraima, essa campanha radicalizou-se com a expulsão de missionários da Igreja Católica, em 24 de agosto de 1987, que atuavam na Missão Catrimani junto aos yanomami. A retirada dos missionários foi autorizada pelo superintendente da FUNAI, depois governador nomeado e, atualmente, senador por Roraima, Sr. Romero Jucá, após denúncias destes mesmos missionários dos conflitos que resultaram no assassinato de quatro yanomami e na morte de um garimpeiro (CONSELHO; 1988:15).

A perspectiva de um movimento conspiratório permaneceu forte e ainda é utilizada de forma contundente nos discursos e ações dos vários atores sociais. O Deputado Avenir Rosas do PDC/RR solicitou a instauração de uma nova CPI sobre a internacionalização da Amazônia, 23 anos depois da primeira. Em seu requerimento ao Presidente da Câmara dos Deputados o referido político justificava sua solicitação no sentido de:

(...) verificar a existência de aeroportos particulares clandestinos, construídos a mando de forasteiros que se dizem missionários e religiosos e que proíbem a respectiva utilização pelos brasileiros, bem como a ação das ditas missões, *religiosas*, que ocupam áreas brasileiras, junto às comunidades indígenas, provocando a internacionalização da Amazônia” (CÂMARA DOS DEPUTADOS;12/03/1991).

Em editorial do dia 13/11/91, o Jornal "O Diário de Roraima", de propriedade do governador Ottomar Pinto, reproduz a mesma preocupação em relação a possibilidade de invasão por estrangeiros dos territórios demarcados no Brasil e na Venezuela para os yanomami:

Sabe-se(...), existir uma preocupação grande com a demarcação das terras da área [yanomami], exatamente em razão da Venezuela se ligar ao pretendido *território* dos ianomamis (sic).

sendo, assim, uma brecha muito grande para o sistema de segurança brasileira. Como os nacionais vão e vêm percorrendo a área, nada impediria [que] o mesmo viesse a ocorrer com os estrangeiros, já aí, observada duas questões: a invasão propriamente dita, mesmo em caráter pacífico e o **saque às riquezas naturais existentes** [grifo da autora]. O problema envolve, assim, dois aspectos distintos: a soberania nacional e a defesa das riquezas nacionais.(...) Quem não estiver **agindo** ou atuando **emocionalmente**, certamente **pressionados pelos diversos movimentos em favor do índio**, há de estudar essa proposta dentro da realidade brasileira, isto é, o **Brasil não pode se expor, não deve se abrir, deixando um flanco à mercê de ações deletérias de estrangeiros inescrupulosos** [grifo meu]" (DIÁRIO DE RORAIMA: 13/11/91).

A impressão que têm esses atores sociais sobre a atuação das missões religiosas, da igreja católica ou de quaisquer organizações não-governamentais que lutam pela preservação de determinados recursos naturais ou pelos direitos territoriais indígenas, é a de ameaça à soberania nacional. Aliás, esse discurso também está presente nos planos do Governo Federal, entre eles, o Calha Norte, implementado durante o governo Sarney.

O temor da "internacionalização" de Roraima resultou na formação de um movimento formado basicamente por empresários, pecuaristas e fazendeiros ligados à União Democrática Ruralista (UDR), parlamentares e garimpeiros (USAGAL), denominado de movimento "*Pela não Internacionalização de Roraima*". Em dezembro de 1990, e janeiro de 1991, o movimento realizou passeatas em Boa Vista atacando e protestando contra a FUNAI e a Diocese de Roraima por "pretenderem transformar o Estado de Roraima numa reserva contínua de terras essencialmente indígenas" (FOLHA DE BOA VISTA: 24/01/91).

No entanto, a internacionalização de Roraima vem ocorrendo desde 1984, via acesso ao subsolo pelas grandes empresas internacionais de mineração tais como a BRGM- Bureau de Recherches Géologiques et Minières, empresa de capital francês, que solicitou permissão para pesquisa através da sua subsidiária Mineração Itajú. A Anglo American Corporation of South África Ltd é associada a outros grupos de mineração internacional como a BRGM e nacional com a Bonzano Simonsen, representada em Roraima pela Mineração Itanhaém Ltda e Mineração Vale do São João S.A. A Brascan (Canadense) e British Petroleum (Reino Unido) Associados estão representadas pela Matapu Mineração Ltda., Mearin Sociedade de Mineração Ltda, Iguape Sociedade de Mineração Agropecuária Ltda. Há ainda a RTZ- Rio Tinto Zinc Corp (Reino Unido) representada através da Empresa de Mineração Galesa Ltda.

Projeto Calha Norte: mineração e índios em Roraima

Em 1985, o governo de transição democrática, com nova roupagem reforça a presença militar na Amazônia através do "*Projeto Desenvolvimento e Segurança na Região Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas - Projeto Calha Norte*". Após tornar-se público em outubro de 87, e receber críticas de diversos segmentos da sociedade o General Bayma Denis, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional e Ministro Chefe da Casa Militar da Presidência da República, a defesa do projeto, afirmando que sua elaboração baseou-se na precariedade de ocupação do Brasil na fronteira e da necessidade de resolução dos problemas de segurança dos limites, contrabando, narcotráfico e proximidade de área com a guerrilha (OLIVEIRA; 1990:17).

Dentre os objetivos do PCN, encontram-se quatro questões que foram destacadas como prioritárias:

- a) aumento da presença militar na fronteira;
- b) ampliação das relações bilaterais;
- c) demarcação das fronteiras;
- d) política indigenista apropriada à região.

Oliveira (1990), analisa o Projeto Calha Norte-PCN, ressaltando suas especificidades e diferenças em relação aos outros projetos para a Amazônia. Entre essas especificidades estão: primeiro, o caráter sigiloso do projeto; segundo, a ausência de um foro definido para as tomadas de decisão. Isto diz respeito à dificuldade na interlocução entre planejadores/executores e populações afetadas com as medidas do Calha Norte; e terceiro, o fato de ser um projeto de impacto, ou seja, a maior concentração dos investimentos dar-se-iam- na fase inicial (OLIVEIRA; 1990:18-19).

Vainer (1990), embora concebendo que o PCN sinaliza uma "nova morfologia de intervenção" territorial do estado, segue uma outra linha de análise. Para ele esta nova morfologia não é específica do PCN, e está presente também "no conjunto de planos e projetos, concepções e estratégias que configuram, hoje, e já há algum tempo, os padrões de organização, gestão e controle de território" (VAINER; 1990:44). Ambos os autores convergem para a afirmação do PCN como um projeto de controle "essencialmente militar".

Uma questão que merece destaque no PCN é a análise das alternativas apresentadas para os problemas econômicos da região. Estas propostas estavam embasadas em avaliações anteriores, onde se evidenciava uma postura preconceituosa em relação às populações (indígenas, ribeirinha) e aos migrantes nordestinos, vistos como populações "de baixo nível". Outra concepção presente nestas avaliações era o de "vazio demográfico", ratificando, de certa forma, a exclusão destas populações de quaisquer projetos para a região. Os planejadores do PCN consideravam inviável um desenvolvimento baseado na agricultura.

Ao mesmo tempo que se contrapunham às atividades primárias como rudimentares, os planejadores do PCN indicavam o potencial mineral da região, mas pontuando como um dos fatores limitativos à localização das reservas indígenas. Fica evidenciada, assim, a continuidade da vinculação entre militares e a prospecção mineral, tal como nos projetos anteriores, sendo que o grande obstáculo a ser superado seria a conciliação da exploração mineral e interesses indígenas: "As pesquisas geológicas, realizadas pelo Projeto RADAM, confirmam a existência de consideráveis reservas minerais em diversas áreas da região em estudo. Mas, o grande problema da exploração mineral [principalmente] no Território de Roraima, bem como em outras áreas na Calha dos rios Solimões e Amazonas, reside no fato das regiões cadastradas como mais ricas em jazimentos minerais situarem-se em áreas indígenas, ou presumidamente indígenas, ressaltando-se a região habitada pelos índios Yanomami" (BRASIL; 1985: 7, In: Oliveira; 1990:25).

Principalmente, por esta problemática o PCN se propôs a elaborar uma nova política indigenista, capaz de facultar o empecilho à exploração mineral em áreas indígenas.

A Política indigenista no PCN e suas conseqüências para Roraima

A prioridade das questões indígenas seria dada ao ex-Território e atual estado de Roraima. Esta prioridade refletiu-se na distribuição dos recursos entre as áreas delimitadas no Projeto, em que Roraima recebeu quase 50% de todos os recursos da FUNAI e somente no primeiro ano de execução do Projeto, recebeu 56,5% deste total. Para Oliveira(1992), a "nova política indigenista preconizada pelo PCN era na verdade uma nova postura quanto à delimitação das terras indígenas e ao uso dos seus recursos naturais".

Neste sentido, o governo criou todas as condições para viabilizar a legalização da atividade de mineração em áreas indígenas. Este processo iniciou-se em novembro de 1983 com a assinatura do Decreto nº 88.985 e a regulamentação deste decreto através da portaria nº 01/87 da FUNAI/DNPM, assinada em 18.05.87, permitindo às empresas estatais, e em casos excepcionais, às empresas privadas nacionais, a mineração em terras indígenas. E ainda, o Decreto Presidencial nº 94.945 de 23.09.87 introduziu duas instâncias no processo de definição das áreas indígenas: o Conselho de Segurança Nacional - CSN e os órgãos fundiários locais com poderes para corrigir e retificar as delimitações consideradas "anômalas".

A portaria 160 reduziu em 13% do total a Área Indígena (AI) e criou dentro do Parque Yanomami duas Florestas Nacionais (FLONA) e um Parque Nacional (PN),

num total de 70% da terra indígena. Esta medida feria a Constituição Federal no seu dispositivo que garantia o usufruto exclusivo aos índios sobre os recursos naturais de suas terras (ALBERT, 1992:42).

Em 1987, o território yanomami foi invadido por mais de 40.000 garimpeiros, cujos empresários e lideranças organizaram um “lobby” junto ao Governo Federal, no sentido de reformular a portaria 160. Em resposta, o governo editou a portaria 250 que excluiu, de um lado, quaisquer referências sobre a posse indígena permanente da área total, restringindo sua posse às 19 áreas reportadas na portaria anterior; e de outro, o direito de uso econômico exclusivo dessas unidades pelos índios. Ainda nesta portaria é dada à FUNAI e ao IBAMA poderes para autorizar ou não o desenvolvimento de atividades econômicas não indígenas (ALBERT; 1992:45). Sendo assim, o Governo Federal conseguiu burlar os dispositivos constitucionais que exigiam autorização do Congresso Nacional e dos próprios índios para a decisão de exploração dos recursos naturais nessas áreas.

A vinculação entre prospecção mineral e militares é mais uma vez ratificada não só pelos decretos, exposições de motivos ou relatórios, mas pelas articulações e ações do governo, no sentido de excluir qualquer obstáculo à mineração em áreas indígenas. Desta forma, a questão mineral no PCN é posta como uma estratégia fundamental no “ordenamento territorial da região fronteira” e intimamente ligada à integração regional, sob prisma da Doutrina de Segurança Nacional que permeou todos os projetos para a Amazônia, mesmo em períodos de “transição democrática”.

A questão da mineração e os diversos atores na luta pela conquista ou garantia do território

O projeto de incorporação da Amazônia ao contexto da acumulação geral teve como primordial a “Operação Amazônia” e, mais tarde, o II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND. Todos os projetos editados durante o regime militar refletiam os objetivos de uma “modernização conservadora”, em que inseria a intensificação da exploração dos recursos naturais. Dentre os recursos naturais, os recursos minerais colocavam-se como estratégicos para os países desenvolvidos e, em especial, para os Estados Unidos (LEAL; 1986:293).

A estratégia de abrir acesso aos recursos naturais da região Amazônica aos grupos econômicos nacionais e internacionais exigiu a implementação de algumas medidas. Entre elas estavam o novo Código de Mineração, criado em 1967; a criação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/CPRM em 1969; o Projeto RADAM, em 1970. Para concluir o círculo estratégico, em 1975, o governo lançou o II PND que, entre outras medidas, criava os pólos de desenvolvimento agropecuários e agrominerais, priorizando 15 áreas na região da Amazônia Legal. O Programa de

Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA, tinha a finalidade de “promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agro-industriais, florestais em áreas prioritárias da Amazônia” (Decreto nº 76.607 25/09/74).

O POLAMAZÔNIA/Roraima restringiu-se a algum incentivo para a pecuária, para a mineração resultou apenas a diretriz de realizar estudos nas áreas de ocorrências detectadas pelo RADAM (MINTER; 1976:113). O POLAMAZÔNIA/Roraima foi apenas um projeto, que, na prática, refletiu a pouca importância de Roraima no contexto da Amazônia e conseqüentemente do Brasil.

A questão da mineração em Roraima

A questão mineral em Roraima se traduz em “questão garimpeira”, ou seja, em garimpos em áreas indígenas, em conflitos com os países limítrofes e num acelerado processo de crescimento do contingente populacional.

Desde a divulgação do Projeto Radam-Brasil, em 1975, revelando a existência de minerais estratégicos em áreas yanomami, garimpeiros tentam explorar esta área. Ainda em 1975, durante oito meses, os garimpeiros exerceram intensivamente a atividade de mineração para a extração de cassiterita. Depois foram retirados da área pela Polícia Federal.

Novamente, em fevereiro de 1985, um grupo de mais de 400 garimpeiros, liderados por José Altino Machado invadiu a Serra do Surucucu, localizada em área indígena yanomami. Este movimento foi denominado de "Operação Surucucu" e contou com o apoio de fazendeiros e políticos da região⁶, além de ter sido financiada por "donos de garimpos" do rio Tapajós⁷. O objetivo central da "Operação" era criar um "grande problema social para que o próximo Presidente da República, Tancredo Neves, não [tivesse] condições de retirar os garimpeiros", numa tentativa de imitar o ocorrido em Serra Pelada (A CRÍTICA; 13/02/85).

Apesar da prisão do líder "Zé Altino" e da apreensão dos aviões e equipamentos, o movimento não parou e a invasão à área intensificou-se em 1987.

⁶ Segundo denúncias do então deputado Mozarildo Cavalcanti que denunciou o envolvimento do ex-Governador Ottomar de Souza Pinto e a vereadora Lourdes Pinheiro, cuja propriedade na região de Mucajaí serviu de base à "operação"(Jornal do Comércio; Manaus,16/02/86). O CIMI publicou nota denunciando o envolvimento do deputado federal João Batista Fagundes e do Diretor - presidente da Gold Amazon, empresa de mineração ligada ao grupo Parapanema, Tomé Mestrinho irmão do ex-governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho.

⁷ Em seminário organizado pela Associação Comercial de Roraima para debater o tema "A problemática da exploração mineral em Roraima, o Sr. José Altino Machado entre outras coisas diz que "a[sic] caixa da "Operação Surucucu" é forte e pode chegar a Cr\$ 1 bilhão de cruzeiros mensais, sendo mantido por garimpeiros de oito garimpos do rio Tapajós (O RORAIMA; Boa Vista:21/04/85).

Nesta data os garimpeiros já somavam 25.000⁸. Em meio às operações de retiradas de garimpeiros da área yanomami por policiais federais e em meio às denúncias de conflitos entre índios e garimpeiros, o governador de Roraima, o Sr. Romero Jucá, apresentou o "Projeto Meridiano 62" que chegou a ser aprovado pelo Ministério de Minas e Energia. A finalidade deste projeto consistia, dentre outras, em "preparar as condições básicas estruturais à consecução dessa meta de governo, ou seja, a criação de um pólo minero-metalúrgico basicamente orientado ao mercado externo" (RORAIMA;1989:9). O projeto propunha a transferência para o governo estadual de todos os títulos de requerimentos e alvarás de pesquisa, bem como o bloqueio da área para novos pedidos de requerimentos (RORAIMA; 1989:11).

Este projeto tornava evidente a defesa e prioridade do governo do estado à grande mineração. Como forma de "conduzir o desenvolvimento harmônico da região", o governo propunha ainda no "Projeto Meridiano 62" a criação de reservas garimpeiras em áreas de maior concentração de garimpeiros, permitindo a atividade por dois anos. A atividade garimpeira marcaria "sua prioridade na Floresta Nacional de Roraima, naquelas áreas onde atualmente se desenvolve[sic]" (RORAIMA; 1989:11). Após esse prazo, a grande mineração assumiria a atividade de exploração mineral.

Esta medida foi ovacionada por quase todos os interessados na mineração. Desde as grandes mineradoras, comerciantes, empresários, até os garimpeiros que aclamaram em praça pública o governador Romero Jucá como o "salvador dos garimpeiros"⁹. Assim, o governador de Roraima conseguiria atender de uma só vez os interesses das mineradoras e dos garimpeiros, à medida que criava as reservas garimpeiras de Santa Rosa, Tepequém, Surucucu e Catrimani/Couto de Magalhães dentro do Parque Indígena Yanomami.

No entanto, as fortes pressões de organismos e governos internacionais fizeram com que o governo federal não chegasse a aprovar este Projeto. Em 1996, o ex-governador e atual senador Romero Jucá apresentou no Congresso Nacional um projeto de Lei regularizando a atividade mineral em áreas indígenas, projeto esse que foi aprovado pelo Senado Federal. Neste projeto, a grande empresa de mineração é a única com permissão para exercer esta atividade.

Os diversos atores sociais e a mineração em Roraima

Os atores sociais tratados aqui referem-se a todos aqueles que têm as atividades de mineração como o centro dos seus interesses ou que se relacionam

⁸ As informações sobre a quantidade de garimpeiros na área variam: Para a Funai e a Igreja eram 25.000 em 1987, 30.000 em 1988 e 40.000 em 1989, segundo o DNPM.

⁹ Este fato ocorreu numa manifestação pública no centro de Boa Vista, onde os garimpeiros espalhavam faixas e cartazes com esses *slogans* e outras frases de apoio ao governador.

Magalhães; Federação do Comércio (FECOR), o presidente é o ex-vice governador e empresário Airton Dias. Todas essas entidades defendem a liberação da garimpagem em áreas indígenas.

Grupos políticos – são os parlamentares, ex-parlamentares, políticos e autoridades locais. Os que se destacam por sua atuação ofensiva são: o *senador Romero Jucá*, ex-dirigente da FUNAI (1987), ex-governador (1988/89), autor do "Projeto Meridiano 62 (1987)" que criava reservas garimpeiras em áreas indígenas e do Projeto de Lei que regulamenta os Artigos, 176 e 231 da Constituição Federal; *senadora Marluce Pinto*, ex-primeira dama (1983-86), relatora do Projeto de Lei de autoria do *senador João França* que regulamenta o Artigo 231 da Constituição Federal; deputados federais - *Salomão Cruz*, um dos parlamentares mais atuante na questão da mineração em Roraima, ex-diretor do DNPM-RR e relator da proposta de emenda à Constituição no. 133-A de autoria do Deputado Nicias Ribeiro- PA, que modifica o Artigo 231 da Constituição Federal, suprimindo a competência do Congresso Nacional para autorizar a exploração econômica em áreas indígenas e introduzindo a necessidade de audiência nos estados no processo de demarcação das áreas indígenas; *Elton Ronhelt*, ex-diretor da CODESAIMA e da Companhia de Energia de Roraima(CER), proprietário da empresa Gold Amazon associada à Paranapanema;

Igrejas e missões religiosas – *Igreja Católica*, que defende a manutenção e a demarcação das áreas indígenas em áreas contínuas e o cumprimento da Constituição. Exerce atividade de apoio à organização dos índios; *Missão Evangélica da Amazônia (MEVA)*- atua junto aos índios e defende a demarcação das áreas indígenas, mas não em área contínua, diferentemente da Igreja Católica. Presta assistência médica aos índios.

Empresas mineradoras e comerciais – são todas as empresas constituídas legalmente como tais, ou empresas constituídas para a comercialização do minério, tais como: casas de compra e venda de minérios e diamantes.

Organizações não-governamentais – Comissão para a Criação do Parque Yanomami-CCPY; Médicos sem Fronteira e Médicos do Mundo.

Há entre os diversos atores sociais apresentados uma multiplicidade de interesses. Porém, há situações em que apesar dos conflitos, varios grupos unem-se em favor de determinadas causas que incluem geralmente a defesa ou conquista de territórios.

A escala de atuação de cada ator social é variada. Há atores como a OPIR, de atuação localizada, portanto mais restrita. Há atores como os grupos políticos, entidades organizativas dos garimpeiros e do empresariado em geral que articulam o local/estadual com o regional e o nacional. Mas há outros como as organizações não-governamentais e igrejas que são bem sucedidas em articularem o local diretamente com o internacional.

Os atores sociais que defendem a mineração em Roraima articulam-se em nível de Congresso Nacional e com poder federal para modificação da legislação, principalmente, em relação à questão da demarcação das áreas indígenas e da exploração da atividade de mineração nestas áreas.

Os governos municipal, estadual e federal são pressionados pelos mais variados agentes sociais podendo encampar interesses diversos, dependendo da correlação de força na escala de suas atuações. Os governos municipal e estadual tendem a ser capturados pelos agentes sociais mais poderosos, exercendo gestões não democráticas dos seus domínios. Todavia, face à dependência ainda expressiva da União, estes governos tornam-se subjugados às decisões dos atores sociais e políticos federais. Estes últimos, por sua vez, sofrem pressões tanto de atores locais, estaduais e regionais quanto de atores políticos e financeiros externos ao país. Isto explica, por exemplo, suas ações contraditórias com a desterritorialização de um mesmo grupo social. Este fato pode ser ilustrado pelas inúmeras ações contraditórias do Exército, da Polícia Federal, da FUNAI e Ministério da Justiça para citar alguns, nos conflitos entre índios, garimpeiros, fazendeiros e empresários.

Quanto a demarcação das áreas indígenas não há um consenso entre os representantes indígenas e seus defensores. Há um grupo majoritário que defende a demarcação das terras indígenas em áreas contínuas (CIR, OPIR). Estes grupos recebem o apoio da Igreja Católica e organizações não-governamentais. Há outro grupo que defende a demarcação das áreas indígenas em forma de "ilhas" (ARICON) e recebem o apoio da Missão Evangélica da Amazônia (MEVA).

Os atores sociais que advogam a favor da demarcação das áreas indígenas defendem a territorialização dos índios, mas nem todos são contrários à exploração mineral em áreas indígenas. Advogam também o direito de decisão dos povos indígenas sobre a forma de utilização e exploração dos recursos minerais. Este grupo de atores sociais articulam-se predominantemente com grupos de pressão externo ao País e ao estado.

Esta problemática da mineração tem sido o pano de fundo do desencadeamento dos conflitos em Roraima, nos últimos 20 anos. Tais conflitos refletem a luta pelo espaço envolvendo habitantes locais e migrantes (agricultores, garimpeiros, fazendeiros e mesmo empresários). Dentre os empresários estão os que residem no estado ou em outras áreas da Amazônia e empresários extra-regionais. Portanto, a compreensão destes conflitos implica na análise da sociedade local e da totalidade amazônica. Realidade que apresenta Roraima como uma fronteira, ou seja, "como um espaço não plenamente estruturado, gerador de realidades novas e dotada de elevado potencial político" (BECKER;1988:67). Dentre esse novo potencial político configura-se um Estado que tem sua especificidade nas múltiplas fronteiras: geográfica, demográfica, econômica e étnica.

Além disto, possui uma cultura de colonização centrada na atividade de pecuária, uma relação histórica e econômica muito forte com a atividade de garimpagem. A garimpagem deixou marcas culturais não desprezíveis no estado. Pode-se atualmente falar de uma cultura garimpeira relevante na sociedade roraimense, assim como em outras áreas da Amazônia, como do Tapajós e no sudeste do Pará, nas vizinhanças de Serra Pelada. Tudo isto traduz hoje a realidade do estado de Roraima, que só poderá ser compreendida a partir de uma análise da atividade de mineração enquanto um fenômeno social, que se manifesta nos embates e na correlação de força dos diversos grupos sociais para garantir ou conquistar o “lugar”. Esta concepção da mineração enquanto fenômeno social se constitui na chave para explicar o significado político dos conflitos sociais e, conseqüentemente, a realidade roraimense.

Referência bibliográfica

- ABERS, Rebeca. LOURENÇO, Alberto. Gold, geopolitics and hyperurbanization in the Brazilian Amazon: The case of Boa Vista, Roraima, In: FADDA, Giulietta (ed.) **La Urbe latinoamericana ante el nuevo Milenio**. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica Venezolana, 1991.
- ALBERT, Bruce. Terras Indígenas, política ambiental e geopolítica militar no desenvolvimento da Amazônia: a propósito do caso Yanomami. In: LÉNA, Philippe, OLIVEIRA, Adélia(orgs). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*, Belém: CEJUP/MPEG, 1992. p. 37-58.
- ANDRADE, Manuel Correia. Territorialidade, desterritorialidades, novas territorialidades: Os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton et. alii (orgs). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994. p213-220.
- BECKER, B. K. Significância Contemporânea da Fronteira: Uma interpretação Geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, Catherine (org). **Fronteiras**. Brasília: Editora da UNB, 1988. p.60-89.
- _____. Os significados da Defesa da Amazônia: Projeto Geopolítico ou Fronteira Tecno(eco)lógica para o século XXI? *Antropologia e Indigenismo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, n. 1, p.99-108, 1990.
- _____. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- _____. Gestão do território e territorialidade na Amazônia. In: LENA, Phillippe, OLIVEIRA, Adélia. **Amazônia: Fronteira agrícola, 20 anos depois**. Belém: CEJUP/MPEGI, 1991. P. 333-350.
- _____. **Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- _____. MIRANDA, M, MACHADO, L. O. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do Território**. Brasília: UNB/UFRJ,1990.

- BRASIL. Ministério do Interior. SUDAM. Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia. **POLAMAZÔNIA-RORAIMA**. Belém: Sudam, 1976.
- _____. CÂMARA dos Deputados. **Requerimento do Deputado Avenir Rosa solicitando instalação de CPI para verificar a existência de Missões Estrangeiras**. Brasília: 1991.
- CÂMARA instalará CPI sobre internacionalização da Amazônia. **Correio Braziliense**. Brasília, maio. 1991. Caderno.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Em Defesa do Povo Yanomami**. Brasília: CIMI. São Paulo: CEDI/CONAGE, 1988.
- COELHO, Maria Célia N. **A CVRD e a (Re) Estruturação do espaço geográfico na área de Carajás (Pará)**. Belém: 1994. (mimeo).
- _____. **O mundo Amazônico**. Belém: 1996. (mimeo).
- _____. N. COTA, Raymundo G. **Desenvolvimento e Meio ambiente: Um arcabouço teórico para o estudo da Amazônia**. Belém, 1990. (mimeo).
- IGREJA CATÓLICA. Arquidiocese de Roraima. Movimento pela não internacionalização de Roraima rasga a Constituição brasileira. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 31 de Janeiro, 1991.
- IGREJA CATÓLICA. Arquidiocese de Roraima. Movimento pela não internacionalização de Roraima rasga a Constituição brasileira. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 31 de Janeiro, 1991.
- FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: ANPOCS, 1991. 197p.
- GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Rio Branco**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- INTERNACIONALIZAÇÃO de Roraima: empresários e agropecuaristas se manifestam. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista: 24.jan., 1991.

O Partido Comunista do Brasil - a difícil tarefa de se colocar como vanguarda dos operários em Santa Catarina

Jaci Guilherme Vieira *

“Quando não conseguimos entender um provérbio, uma piada, um ritual ou um poema” e ainda podemos acrescentar, um projeto político de um partido - “temos a certeza de que encontramos algo”.

Robert Danton
(citado por Eduardo Silva)

Estudar a história do Partido Comunista do Brasil - PCB não é coisa do passado como muitos possam pensar, principalmente depois da crise dos Regimes Comunistas no leste europeu. O que vamos analisar aqui é uma corrente ideológica dentro de um regime capitalista, na tentativa de colocar uma proposta de organização e atuação junto às classes trabalhadoras, no Estado de Santa Catarina.

Pretende-se aqui contribuir, com este artigo, para a história dos movimentos sociais, resgatando tão somente a evolução do PCB de Santa Catarina, particularmente em áreas onde ele teve uma maior penetração. É nesse sentido que este trabalho caminha: levantar a história do Partido desde suas primeiras tentativas com a construção da ponte Hercílio Luz, conjuntamente com os estivadores, no período de 1922 a 1926, sendo que sua organização propriamente dita aconteceu em 1939; outro aspecto a ser focado é a repressão ao Partido que não só aconteceu com mais profundidade na década de setenta, como consequência do golpe de 64, mas ficou evidenciado que os órgãos de repressão do Estado tinham eleito os comunistas por um longo tempo como alvo, principalmente a partir de 1935, depois do levante, fracassado, liderado por Luiz Carlos Prestes.

A respeito da questão metodológica é necessário um esclarecimento sobre o uso das fontes. Deixa-se claro que a documentação primária é mínima, pois não foram encontradas atas de fundação, de reuniões ou publicações próprias do Partido no Estado. Ficou evidente que a falta de documentação esteve colocada durante o desenvolvimento da pesquisa em duas questões básicas: em primeiro lugar, o Partido passou por várias fases, em algumas totalmente disperso, sem qualquer atividade; em segundo lugar, esta falta de documentação está colocada dentro de um contexto maior que seria o medo da reação, haja vista que o Partido no Estado, como em nível nacional, somente teve dois anos de legalidade, de 1945 a 1947. Esse medo da reação e da repressão fez com que toda a documentação da seção catarinense ficasse dispersa,

* Professor Assistente do Departamento de História da Universidade Federal de Roraima.

estando bem evidenciado no período aqui estudado. Para suprir a falta da documentação escrita, recorreu-se à Técnica da história oral.

Por outro lado, este artigo busca dar algumas respostas a uma dezena de questionamentos sobre a atuação do Partido em Santa Catarina, entre os quais destacam-se: qual a origem do PCB do Estado? onde o Partido Comunista obteve uma maior penetração? quais as formas que os militantes comunistas usavam para melhor organizar a classe trabalhadora? e qual o comportamento desse Partido no período de legalidade - 1945 a 1947?

Origem do Partido Comunista do Brasil em Santa Catarina

Muito embora alguns autores, como Carlos Alberto Silveira Lenzi (1983), afirmem que o Partido Comunista do Brasil - PCB em Santa Catarina tenha sido fundado conjuntamente com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 12 de março de 1935, percebe-se que tal afirmação não tem base sólida e carece de um estudo mais aprofundado. Em seu trabalho, o autor não apresenta qualquer documento para dar comprovação ao que afirma, isto é, um relato de um militante, uma nota de jornal ou nem mesmo uma bibliografia específica. (Lenzi – 1983)

Ao contrário do que Lenzi afirma, o PCB em Santa Catarina se constituiu como tal em 1939 e, por sua vez, só conseguindo registrar seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral - TRE em 1941, segundo um dos seus fundadores, Manoel Alves Ribeiro, mais conhecido como “Seu Mimo”. Ele relata que um grupo em Santa Catarina, mais precisamente em Florianópolis, teve uma breve participação na formação e divulgação das idéias da Aliança Nacional Libertadora, no ano de 1935, não em caráter de partido, pois o mesmo só organizou-se a partir de 1939.

Ao fazermos um breve estudo dessa agremiação política em âmbito estadual, percebeu-se que a mesma não nasce como se fosse inspiração de alguns operários ou mesmo alguns intelectuais da sociedade catarinense. Ao contrário do que se afirma na historiografia corrente, a idéia inicial de se fundar o PCB em Santa Catarina data das primeiras duas décadas do século XX, mais precisamente no início da construção da ponte Hercílio Luz em Florianópolis. Na construção desta ponte reuniram-se operários de vários municípios do Estado, de outros Estados e até mesmo de outras nacionalidades que, conjuntamente com os operários da estiva, fizeram os primeiros contatos para a fundação do “Socorro Vermelho”, um dos embriões do PCB em Santa Catarina, que teve como objetivo arrecadar fundos em forma de colaboração espontânea para mandar à União Soviética. Essa colaboração era enviada através da Marinha Mercante do Brasil, o que pode vir a comprovar a hipótese de que os primeiros contatos com os grupos comunistas em Santa Catarina foram feitos através dos portos marítimos, e isso não só em Florianópolis, como também nos municípios de São Francisco do Sul e Itajaí.

Porém, numa série de recortes de jornais catarinenses, como também em bibliografias específicas e revistas consultadas sobre a construção da ponte Hercílio Luz, em nenhum momento fala-se da formação de um partido ou agremiação política dos trabalhadores, o que dá a entender que qualquer organização operária era feita por um grupo muito restrito de operários.

Muito antes da fundação propriamente dita do PCB no Estado foi criada a “União Operária” que tinha como um dos objetivos trabalhar em prol do “Socorro Vermelho”, apoiando algumas greves que surgiam e fazendo pequenas passeatas e alguns comícios. Desta forma, já havia um grupo que se reunia em Florianópolis, intitulado-se Comunista, entre os quais destacavam-se: Porfírio Gonçalves, militar; Manoel Alves Ribeiro (*Mimo*), eletricitista; Álvaro Ventura, estivador; Hipólito do Vale Pereira, contador; Mustafá, comerciante; João Bruggan, militar. Este era um pequeno grupo que fazia parte da direção da União Operária que, por sua vez, já conseguia reunir em torno de si vários operários como pedreiros, serventes de pedreiros, estivadores, padeiros, garçons, etc.

Segundo Manoel Alves Ribeiro, era já na União Operária que distribuíam um jornal, vindo de São Paulo, de orientação anarquista chamado a *Plebe*, feito de papel de seda, pois caso a polícia tomasse conhecimento, ficaria mais fácil engoli-lo. Esses jornais eram recebidos por Álvaro Ventura que já possuía ligações com um grupo de anarcosindicalistas de São Paulo e eram enviados através dos navios do Loyd que aportavam constantemente em Florianópolis, onde a maioria da tripulação já militava em movimentos sindicais.

Caminhando a passos muito lentos, esse grupo que intitulava-se Comunista, no início da década de 30, não possuía nenhum contato com o Comitê Central - CC do Rio de Janeiro, pois deu total apoio a Getúlio Vargas na Revolução de 30. Como se sabe, a orientação do CC era a de que os Comitês estaduais ficassem à parte desse movimento.

Aliás, o PCB, nacionalmente, demonstrou um sectarismo enorme nessa questão, perdendo com isso grande chance de alargar várias conquistas sociais para a Classe trabalhadora e, conseqüentemente, levá-las mais adiante. No Estado de Santa Catarina, como não havia essa ligação com o Comitê Central, o grupo de orientação comunista apoiou incondicionalmente a Revolução de 30, achando que o programa da Aliança Liberal traria algumas vantagens para a classe trabalhadora como leis trabalhistas, o voto secreto, e outras. Dessa forma, segundo Seu Mimo, foram realizados comícios, passeatas, além de alguns integrantes terem pego em armas para apoiar o movimento no Estado.

Após a Revolução de 30, surgiu, em 1931, a Lei Sindical, e o grupo citado anteriormente, promoveu várias campanhas para a organização dos sindicatos, mesmo não havendo indústrias em Florianópolis, pois a grande maioria só estava instalada no Vale do Rio Itajaí e norte do Estado. Mesmo com essa variante foram fundados os

pixações e manifestações de rua contra o imperialismo.

Com o fechamento da AL em 1935 e a revolução comunista fracassada no mesmo ano, Santa Catarina perdeu alguns dos seus já escassos militantes, pois o Governo federal usou de uma violenta repressão aos simpatizantes e filiados ao Partido. Em Florianópolis foram efetuadas as prisões de Álvaro Ventura, José Rodrigues da Fonseca e do sargento Humberto Froind. Este último teria sido assassinado pela polícia de Getúlio, dificultando o avanço que já era progressivo da seção comunista no Estado, piorando ainda mais com o golpe de 1937.

Somente em 1939 esse grupo voltou a se reunir mais coesamente e fundou o Partido Comunista Catarinense. Foram seus fundadores: Manoel Alves Ribeiro, eletricitista; Álvaro Ventura, ex-Deputado classista e estivador; João Verzola, operário da construção civil; Oscar Ammon, comerciante; Sílvio de Oliveira Marques, funcionário da alfândega; Hipólito do Vale Pereira, contador; Hugo Rissi, marítimo.

A primeira sede do PCB Catarinense estava localizada perto do Palácio do Governo, hoje Museu Cruz e Souza, no centro de Florianópolis. O Partido, nessa época, dividia seu espaço físico com uma banda de música chamada “Comercial” da qual um dos seus membros, Hipólito do Vale Pereira, um dos fundadores do Partido, era seu presidente.

A fundação do Partido no Estado ocorreu no momento de crise do PCB nacional, isto é, com a repressão desencadeada via Estado Novo, já mencionada. Sobrou do PCB uma Comissão Nacional de Organização Provisória - CNOP, pois, ao mesmo tempo em que uma seção do Partido era fundada em Santa Catarina, toda a sua direção nacional caía nas malhas da repressão, questão que passará a ser rotina para os militantes e simpatizantes até a década de 80. Assim, o que restou ao Partido, no Estado Novo, foram algumas atividades isoladas e poucos militantes.

As primeiras atividades dos Comunistas Catarinenses fizeram parte de uma orientação nacional do Partido através da campanha pela anistia aos presos políticos (principalmente de Luiz Carlos Prestes), e para que o Brasil declarasse guerra ao Eixo e entrasse no conflito mundial. Essa campanha deu-se em vários municípios do Estado, mas teve uma maior repercussão em Florianópolis, devido a participação do Movimento Sindical e do Movimento Estudantil. É o próprio *Mimo* que relata essa passagem:

... “a primeira atividade nossa foi fazermos passeatas para conseguirmos do Governo naquela época que o Brasil declarasse guerra ao Eixo. Foi a primeira resolução que tiramos logo em nossa primeira reunião. Então, começamos a fazer passeatas. Na primeira, nós conquistamos um apoio muito grande por parte da população ... Nessa primeira passeata tivemos vinte prisões. A polícia prendeu vinte companheiros, alguns comunistas, outros não. A massa incendiou aquele clube

*alemão lá na Mauro Ramos (Tiro Alemão - Florianópolis).
Amarramos uma corda no pescoço da estátua de Carlos Hoepcke
e arrastamos pelas ruas”...*

Entretanto, em pesquisa realizada na imprensa catarinense da época, principalmente nos jornais O Estado, A Notícia e A Gazeta, constatou-se que o fato não foi divulgado pela mesma, o que provavelmente denota uma grande falta de interesse em não divulgar e, conseqüentemente, apoiar os movimentos que o Partido realizava no Estado. Por outro lado, quando divulgavam alguma explosão de civismo dos catarinenses, jamais era citado o nome do PCB como participante.

Como foi colocado no início deste artigo, é necessário que se faça uma análise mais criteriosa dos trabalhos que vêm sendo publicados ao longo desses anos sobre as origens do PCB em Santa Catarina, especialmente a dois deles: Silveira Lenzi, já analisado e, Yan Carreirão de Souza. Ao falarem da seção catarinense do PCB, não fazem nenhuma análise de cunho histórico, estudando esse Partido de uma forma abstrata, sem se darem conta de que há todo um processo de formação mais profundo, mais concreto, na construção desse Partido, e, principalmente, que foi esse Partido que ajudou a criar uma consciência política em algumas classes de trabalhadores em Santa Catarina, como é o caso dos Trabalhadores Portuários em São Francisco e Itajaí, na região de Criciúma com os mineiros, como, também, na Construção Civil em Florianópolis.

Para melhor situar essa questão da consciência de classe, é necessário que se tenha claro que a mesma é um pouco tardia no Brasil. Isto é, difere muito da classe operária dos chamados países clássicos, que tinham conhecido e passado por várias fases bem definidas. No Brasil, a questão é bastante diversa. A constituição dessa consciência deu-se dentro de um contexto onde já predominava a indústria, logicamente, vindo a prejudicar a organização operária.

... “a nossa classe operária reflete, na verdade, a contradição que caracteriza o nosso processo de industrialização; apesar de, em seu nascimento, não ter percorrido as formas de produção anteriores, ela não pode crescer normalmente, limitada que foi por uma industrialização que pagou alto preço ao latifúndio para poder desenvolver-se, ao mesmo tempo em que se encontrava nas condições de uma industrialização subordinada.”

Mesmo que precária, a documentação analisada leva a crer que a demora por parte dos comunistas catarinenses em formarem uma estrutura mais sólida, mais consistente na década de 40 - enquanto Partido de classe operária, enquanto vanguarda dessa classe no Estado, está relacionado a duas questões: primeiro, o proletariado catarinense era inexperiente quanto a organização política; em segundo,

a mais forte, é a de que houve uma dificuldade muito grande no Partido em penetrar e firmar suas bases no seio da grande colonização alemã e italiana em Blumenau, Joinville, Rio do Sul, Brusque e em alguns outros municípios de expressão menores, no Vale do Rio Itajaí. Nestas regiões, o PCB sofreu resistência em penetrar no setor industrial, como também no setor agrícola, pois estas regiões receberam grande influência do Integralismo. Na verdade, segundo René Gertz, não se tem uma causa principal que nos explique a entrada facilitada dos Integralistas nas regiões citadas acima. O que se pode mencionar é que essa corrente política era muito bem organizada, como qualquer outra corrente que queira chegar ao poder. O Integralismo possuía uma grande organização de imprensa e de quadros políticos, chegando a conquistar Prefeituras nas eleições municipais de 1936 e eleger vários vereadores.

Para Maria de Fátima Sabino Dias, os integralistas de Blumenau também eram fortes lideranças nos sindicatos e faziam resistente oposição aos comunistas. A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, que foi eleita em 1946, e que permaneceu até 1948, era simpatizante da corrente integralista, por exemplo.

Para Carlos Humberto Corrêa, a questão não é diferente:

... “o integralismo conseguiu conquistar grande número de adeptos alemães e italianos, em Santa Catarina. Isto se deveu principalmente à luta anticomunista de ambos, que os “camisas verdes” souberam explorar.”

Para concluir, percebe-se que os integralistas montaram uma estrutura muito sólida, ocupando os mais diversos espaços políticos, dificultando desta forma a entrada do PCB. Isto é o que se percebe no plano regional, tendo uma forte penetração no interior, enquanto o PCB catarinense agia mais coesamente no litoral, e com uma penetração mais acentuada no sul, como Criciúma por exemplo, que segundo Manoel Alves Ribeiro, neste município, os sindicatos, principalmente o dos mineiros, eram muito combativos na década de 40 e 50. Neles não haviam os “pelegos” e suas reivindicações eram quase sempre atendidas.

A mobilização do PCB pela legalidade (1943-1945)

A partir da Segunda Guerra Mundial, principalmente entre 1943 e 1944, iniciou-se a reestruturação do PCB nacional, com a realização da “Conferência da Mantiqueira” em 27 de agosto de 1943. Neste encontro, alinham-se as diretrizes políticas do Partido, isto é, a forma dele caminhar tendo em vista o Movimento Operário e a conjuntura política nacional e internacional, como esclarece Eliezer Pacheco.

“Nesta conferência é definida uma linha em concordância com a política de União Nacional que os comunistas já vinham

desenvolvendo, apoio integral ao esforço de guerra do Governo Vargas, luta pela anistia, contra a carestia, pelo aprimoramento da Previdência Social, pela legalização do PCB e, finalmente, o lançamento de uma campanha pela abertura da segunda frente de guerra.”

Na Conferência da Mantiqueira já houve uma efetiva participação do Comitê Estadual Catarinense. Álvaro Ventura, membro do Comitê Estadual, um dos fundadores do PCB no Estado, foi eleito para o Comitê Central do Partido. Dentro desse contexto, também reestruturou-se a seção catarinense do Partido, fundando-se diversos diretórios municipais, após o término da Segunda Guerra Mundial, em Concórdia, São Francisco, Criciúma, Lages, Tubarão, Mafra, Caçador, Laguna e Itajaí. Por outro lado, o Comitê Estadual do Partido estava constituído e estruturado da seguinte forma: Secretário Político: Oscar Manoel Ammon, brasileiro, casado, comerciário; Secretário de Organização: Sílvio Marques de Oliveira, brasileiro, casado, operário; Secretário de Divulgação: Álvaro Ventura, brasileiro, casado, operário da estiva; Secretário Sindical: Francisco Fernandes Gomes, brasileiro, solteiro, operário.

Segundo Eglê Malheiros, militante do Partido na década de 40, esses diretórios municipais funcionavam apesar da dificuldade de comunicação entre si e com o Comitê Estadual. Os principais objetivos desses comitês municipais era o de oferecer elementos para melhor conscientização da classe operária local, impulsionando vida aos sindicatos, fazendo um trabalho junto ao operário para que ele fizesse uso da Justiça do Trabalho. O comitê empenhava-se, também, na organização de palestras com o claro objetivo de desenvolver uma consciência política junto aos operários; porém ao que tudo indica, os êxitos foram mínimos, o que se pode verificar nas eleições de 45 e 47.

As eleições de 1945 foram convocadas no país tendo como principal objetivo restabelecer a democracia. O Brasil, desde 1937, com a instalação do Estado Novo, vivia sob um regime autoritário, tendo o Estado o controle total de todos os setores da vida nacional com o apoio das Forças Armadas.

As eleições foram realizadas após a deposição de Getúlio Vargas e conseqüentemente a queda do Estado Novo. Com a volta da democracia no país, era necessário preencher os cargos de Presidente da República, Senadores e Deputados Federais Constituintes e é nessas condições que o PCB obteve em 10 de novembro de 1945 seu registro legal.

De acordo com o jornal A Gazeta, o PCB demorou para lançar um candidato próprio à Presidência da República, apesar de já legalizado. No dia 11 de julho de 1945, num encontro que Luiz Carlos Prestes manteve com operários da construção civil no Rio de Janeiro, manifestou o desejo de apoiar um candidato da União Nacional ou apoiar um dos candidatos já existentes. Afirmou, também, para a

imprensa, que não pretendia, em nenhuma hipótese, indicar um candidato comunista.

Diante desta negativa, percebe-se que os comunistas não acreditavam que poderiam vencer as eleições. O próprio Prestes não colocou seu nome na disputa para concorrer ao cargo majoritário, o qual seria o mais indicado.

Por outro lado, a matéria do jornal A Gazeta, de Florianópolis, possui algo de contraditório, pois para o historiador e militante do Partido Eliezer Pacheco, nestas eleições, o PCB ficou numa posição um tanto complicada, porque não tendo estrutura suficiente para lançar candidato próprio, tentou fazer uma aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, lançando como candidato Prestes Maia, ex-prefeito de São Paulo. O PTB porém decidiu apoiar o General Eurico Gaspar Dutra. Já o PCB não poderia jamais apoiar o General Dutra ou o Brigadeiro Eduardo Gomes, não por serem militares, pois no Partido sempre teve espaço para quem vestia farda, mas, principalmente, por suas posições reacionárias.

Estudando melhor a análise feita por Eliezer Pacheco, percebe-se que a mesma possui muito mais seriedade do que a notícia veiculada pelo jornal local. Faltando aproximadamente quinze dias para a realização das eleições, finalmente foi lançado um candidato pelo Partido: Yedo Fiúza, desconhecido até mesmo dos militantes. Sabia-se dele somente que foi Diretor do Departamento de Águas da Prefeitura do Rio de Janeiro e que ocupou interinamente a Prefeitura de Petrópolis, município pertencente também ao Estado do Rio de Janeiro. Para Leôncio Basbaum, crítico de Luiz Carlos Prestes, começava ali o culto à personalidade de Prestes, pois a escolha de Yedo Fiúza foi uma escolha de Prestes e não do Partido, o qual foi uma grande surpresa para esse militante ativo na época.

Para a realização dessas eleições que ocorreram em 02 de dezembro de 1945, o Partido deu início à campanha em busca de recursos, não tendo condições financeiras, pois acabava de sair da clandestinidade, onde tinha permanecido desde 1926, no Governo Washington Luiz. Conseguiu levantar nessa campanha uma soma extraordinária de dez milhões de cruzeiros, o que era muito para a época, demonstrando uma grande força de mobilização por parte dos militantes em nível nacional. Ainda sobre estas eleições, Eliezer Pacheco esclarece, enfaticamente, algumas surpresas que as mesmas trouxeram para a política nacional.

“Realizado o pleito, duas foram as surpresas: a vitória do General Dutra sobre o Brigadeiro Eduardo Gomes e a votação de Yedo Fiúza, com cerca de 600 mil votos em um eleitorado de aproximadamente cinco milhões (...) conseguem ainda os comunistas, elegerem uma bancada Federal de 14 parlamentares e um senador, Luiz Carlos Prestes.”

Em Santa Catarina, num total de 214.688 votantes, foram os seguintes os resultados para a Presidência da República: Eurico Gaspar Dutra - 136.399; Eduardo

Gomes - 69.676; Yedo Fiuza - 1.802 votos.

Percebe-se, através dos resultados fornecidos pelo TRE, que a votação de Yedo Fiuza no Estado foi fraca comparando-se aos dois outros candidatos. Essa diminuta votação em Santa Catarina está relacionada a três fatores, segundo Eglê Malheiros (militante do Partido): Primeiro, o eleitorado percebeu que Yedo Fiuza não tinha reais condições de se eleger. Da mesma maneira que ele apareceu como convidado, também desapareceu. Em segundo lugar, no Estado, o Partido era muito fraco, isto é, havia alguns militantes com visão política bastante apuradas, mas em termos de número de filiados ou simpatizantes como também o domínio em Sindicatos o Partido tinha sérios problemas de estrutura. Em terceiro lugar, segundo ainda Eglê Malheiros, não havia um operariado já organizado nas indústrias catarinenses, como em São Paulo e em algumas cidades do Rio Grande do Sul, o que veio, conseqüentemente, a influenciar na baixa votação. Isso também se verificaria nos estados nas eleições de 1947 como se verá a seguir.

Nas eleições de 19 de janeiro de 1947 para Deputado Federal e Deputado à Assembléia Legislativa dos Estados, o PCB, no âmbito nacional, repetiu o resultado das eleições de 1945. Estas eleições deram mais dois Deputados Federais ao Partido (eleitos sob outras legendas), além de também elegerem 46 Deputados Estaduais e uma expressiva bancada de Vereadores em cidades importantes como Rio de Janeiro, Recife, Santo André e outras.

Em Santa Catarina, o PCB lançou, através do Comitê Estadual, vários candidatos. Segundo a Ata Geral de apuração do TRE datada de 15 de março de 1947, foram os seguintes os candidatos e sua respectiva votação para Deputados Federais: Álvaro Ventura, 895 votos; Luiz Carlos Prestes, 625 votos; Germano Donner, 256 votos; Hipólito do Vale Pereira, 52 votos; Severino Leite Sampaio, 40 votos; Edson Silveira Swain, 39 votos; Rita da Costa Ávila Malheiros, 36 votos; Sebastião Bousfield Vieira, 27 votos, e Manoel Alves Ribeiro, 8 votos. Na legenda votaram 34 eleitores totalizando 2.012 votos.

Luiz Carlos Prestes aparece nesta listagem, pois o artigo 4º, da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, assim o permitia. Qualquer candidato poderia concorrer simultaneamente para Presidente, Senador e Deputado Federal num mesmo Estado ou em mais de um.

Para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina somente cita-se os mais votados e suas respectivas votações sendo que, no total, foram trinta e quatro que disputaram uma cadeira. Germano Donner, 450 votos; Álvaro Soares Ventura, 203 votos; Cesar Augusto da Costa Avila, 187 votos; Carlos Valentim, 155 votos; José Martins Neto, 139 votos; Oscar Manoel Ammon, 137 votos; Sebastião Bousfield Vieira, 119 votos; Waldemiro Monguillhott Júnior, 116 votos; Miguel José Boabaid, 91 votos. Como metade dos votos conseguidos por outros vinte e quatro candidatos, o Partido obteve um total de 2.644 votos.

Desta maneira, o PCB, em Santa Catarina, não conseguiu preencher nenhuma das 37 vagas à Assembléia Legislativa, por insuficiência de legenda.

Ao analisar mais detidamente as eleições de 19 de janeiro de 1947, principalmente para a Assembléia Legislativa, percebe-se nitidamente que foram muito fracas em termos de votos, o que demonstra claramente a dificuldade que o Partido encontrava em se tornar uma alternativa política no Estado. O total de votos conseguidos pela legenda do Partido ultrapassou um pouco mais da metade do coeficiente eleitoral que era na época de 4.891 votos, sendo que o Partido conseguiu chegar a 2.644 votos. Essa pequena votação do Partido não se deu por causa de seus militantes, pois houve um esforço muito grande para que o eleitorado conhecesse os candidatos através de vários comícios realizados pelo Comitês Municipais.

Por essa época, o Partido, no Estado, já havia estruturado seus Comitês Municipais. Mesmo com esse dado, há uma debilidade eleitoral referente às seções dos demais Estados, onde a seção Catarinense só vai ficar na frente do Estado do Piauí, conseqüentemente, ficando atrás dos demais Estados da Federação.

Para se ter uma maior clareza da fraca votação do PCB de Santa Catarina nas eleições de 45 e 47, recorreu-se novamente a Eglê Malheiros que citou algumas questões importantes a esse respeito. Segundo ela, o Estado de Santa Catarina foi um dos Estados de maior força do Integralismo. Em decorrência disso, havia um preconceito anticomunista muito grande, principalmente dos habitantes do Vale do Itajaí. Conseqüentemente, a Ex-União Soviética representava o que de mais perigoso poderia existir nos planos político, social e econômico.

Além desse dado importante e da falta de quadros no Partido, já detalhados anteriormente, houve também um outro fato que se deve dar conta para explicar a baixa votação que o Partido obteve no Estado: a propaganda anticomunista. É importante destacar o fato dessa propaganda anticomunista dar-se após o fim da 2ª Guerra Mundial, onde criou-se o mito do perigo vermelho, tendo como resultado mais imediato, a guerra fria.

Remexendo-se em alguns jornais catarinenses da segunda metade da década de 40, percebe-se, claramente, que a propaganda anticomunista estava em alta. Nos jornais A Gazeta, A Notícia e O Estado, no período de janeiro de 1945 a outubro de 1947 (lembrando que este foi o período de legalidade do PCB), pode-se constatar inúmeros artigos da indústria anticomunista, de responsabilidade do editor do jornal, pois muito pouco desses vinham assinados. Esses artigos eram escritos para abalar e enfraquecer a possibilidade do PCB em Santa Catarina vir a fortalecer-se enquanto vanguarda da classe trabalhadora, vejamos alguns exemplos:

O jornal A Gazeta publicou:

“Um perigo a evitar

Os que pretendem criar a questão comunista no Brasil cometem

o ra de perigosíssimas conseqüências para a unidade política e social de nossa terra. Não há entre os problemas brasileiro, nenhum que demonstra recursos extremos para uma solução satisfatória, porque todos eles se enquadram no esquema normal da administração pública. Se há muita pobreza ou se a classe trabalhadora não dispõe de suficiente poder aquisitivo, o fato não se deve a uma luta entre capital e o trabalho mas antes a um desafio de educação social. O apelo ao comunismo seria um caminho errado visto que sua simples infiltração nas massas suscita hostilidades desnecessárias e estimula a lutas sem quaisquer proveitos para a nação e com reais prejuízos para o trabalhador”.

Percebe-se o anticomunismo desse artigo quando ele discorda da questão do poder aquisitivo que não estaria relacionado à questão entre o capital e o trabalho, mas sim ao problema da educação social.

Este outro ainda publicado por A Gazeta, de Florianópolis, é mais radical:

*“Eduquemos para impedir a expansão vermelha
O comunismo no Brasil não é uma questão de política nem de reação, não é também um fenômeno de posse e de miséria. O credo vermelho é como o capim cebola: tem que ser arrancado com raiz. E esta raiz mergulha fundo no analfabetismo onde encontra a seiva rica que o alimenta. Eles sabem que a doutrinação Marxista só frutifica bem entre as massas incultas, nos momentos de crise”.*

As notícias mais banais da época, que eram veiculadas nesses jornais, afundam cada vez mais a imagem do Partido. Na verdade os jornais são formadores de opinião publica enquanto meio de comunicação, pois em nenhum deles existe a neutralidade. Destaca-se mais um artigo do mesmo jornal:

*“Comunista Sacrílego
Chegou ao nosso conhecimento que o comunista ISAC, viajando no caminhão de sua propriedade em praias dos Ingleses, pretendeu realizar um baile num recinto sagrado da Igreja local. Não podendo entretanto realizar o intento, devido a ameaça enérgica udenista Elpidio, que como bom católico, interveio na conversa que Isac fazia a uma senhorita. Em Ingleses, a população irritada aguarda a volta de Isac”.*

São inúmeros artigos que a imprensa catarinense colocou no dia-a-dia com objetivo de abalar o Partido tanto Nacional quanto Estadual. Entretanto, no âmbito

Nacional foi o período que mais o Partido cresceu, apesar da campanha anticomunista em alta. O leitor não deve estranhar a posição do jornal A Gazeta, pois, quando da sua fundação em agosto de 1934, em Florianópolis, este jornal possuía uma coluna com exclusividade para lançar a ideologia da Ação Integralista Brasileira - AIB no Estado.

O fechamento do PCB

Durante o período que o PCB esteve legalizado, isto é, de 45 a 47, os analistas políticos como Francisco Weffort e os próprios militantes destacam que o Partido da "Ordem" adotou a regra do "apertar o cinto", em nome da democracia, batendo na tecla da União Nacional. Prestes dizia que era preferível apertar a barriga, passar fome do que fazer greve e criar agitações; porque agitações e desordens só interessaria ao fascismo.

Ao que tudo indica, não estava claro para os dirigentes de PCB a conjuntura nacional e internacional, como por exemplo o início da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a Ex-União Soviética. Desta forma, no governo de Eurico Gaspar Dutra o Partido assumiu desvios para a direita. É importante destacar que esses desvios fazem parte de uma resolução do PC da Ex-União Soviética, para preservar a paz a qualquer custo e consolidar os regimes comunistas implantados por ela depois da Segunda Guerra Mundial. Essa mesma fórmula foi implantada no Brasil, como se a paz mundial dependesse de nós, o que trouxe sérios problemas para alguns segmentos da classe trabalhadora que lutavam por reivindicações justas. Francisco Weffort faz uma análise do Partido nesse período que vale a pena destacar: apesar de ser um pouco longa:

"Partido da Ordem, porém, combativo pelo governo, a posição do PC era realmente das mais penosas. Já submetidos em várias partes do país a uma severa repressão aos comunistas, buscavam desesperadamente oferecer provas da boa vontade ao Governo. Assim, a propósito da repressão, havia contra o movimento de unificação dos trabalhadores - MUT ao mês de março de 1945, João Amazonas negava qualquer responsabilidade dos Comunistas pelas greves e declara seu apoio ao governo "porque sentimos que sem apoio de todas as camadas populares, jamais se poderá governar o Brasil e levar nossa Pátria para dias mais felizes"(Diário do Poder Legislativo, p. 378). No mesmo mês, já iniciada a campanha que deveria resultar na cassação do registro do PC, Prestes insistia em sua disposição de apoiar o governo e declarava "é contra a nossa vontade que atacamos o governo" Diário do Poder Legislativo, p.621). É na mesma linha que viria a manifestar-se, em maio, o representante comunista Osvaldo Pacheco em discurso que pronunciou sobre a

g rve dos estivadores de Santos em protesto contra Franco. ão as forças democratas que estão impedindo que este resolva o problemas que afligem o povo". Parece claro, portanto que os comunistas apoiaram naquele período a qualquer governo desde que integrado na política estabelecida pelos acordos internacionais".

A seção catarinense do Partido não fugiu à regra do Comitê Central. Nesse período, fundou-se um jornal denominado de *Folha Catarinense*, e foi feito um trabalho de recrutamento no meio sindical e estudantil. Entre 1945 e 1947 o Partido possuía 400 filiados.

Segundo Manoel Alves Ribeiro, durante a legalidade do PCB-SC, sempre procuravam comemorar as datas históricas como o 1º de maio, 13 de maio, 21 de abril, com passeatas e manifestações, além de terem realizado uma grande coleta de assinaturas pela paz e contra o uso da Bomba Atômica. Só em Florianópolis e municípios vizinhos, colheram mais de 100 mil assinaturas.

Em nível nacional e regional, o que se tem na história do PCB neste período é que o Partido deu um salto quantitativo embora tenha crescido com desvios para a direita. Por outro lado, não há um avanço em termos políticos. Em Santa Catarina, os militantes permaneceram com as mesmas táticas dos anos 30, como manifestações em forma de passeatas, comícios, sem exercerem uma influência maior dentro da Classe Operária Catarinense, mesmo durante o período de legalidade.

Mesmo com vacilos para a direita, não tardou muito para o governo de Eurico Gaspar Dutra, que aceitava a política dos Estados Unidos no início da Guerra Fria, arranjar inúmeras maneiras para jogar o PCB na ilegalidade. Em primeiro lugar, deuse o rompimento das ligações diplomáticas com a Ex-União Soviética, usando como pretexto dois elementos sem maior importância, como um artigo de uma revista que ultrajava a figura dos militares, e, em seguida, a prisão de um funcionário da Embaixada por motivo de embriagues e desordens.

Em seguida, a imprensa nacional explorou ao máximo uma resposta dada por Prestes quando este foi questionado no sentido de que em caso de uma guerra envolvendo Brasil e ex-URSS qual seria sua posição. Respondeu que, se o país fosse envolvido numa guerra imperialista contra o primeiro Estado proletário da história, sua posição seria a de lutar ao lado do proletariado. Para somar o número de pressões ao Partido, o Supremo Tribunal Federal, na figura de seus Ministros, classificou o Partido como uma organização estrangeira, por chamar-se Partido Comunista do Brasil e não brasileiro, o que para eles deixava claro sua condição de organização internacional.

Em 10 de maio de 1947, o Ministro da Justiça Benedito Costa Neto, determinou o encerramento das atividades do PCB. Todas as sedes do Partido foram fechadas e não houve nenhuma resistência a não ser no campo burocrático, pois ainda

restava a confiança da democracia do Presidente Dutra. O próprio exército surpreendeu-se com a atitude do PCB. O único trabalho de seus militantes foi o de retirar alguns papéis, panfletos e algumas máquinas dos comitês. Era uma atitude um pouco estranha para um Partido que possuía 130 mil filiados e um eleitorado de mais de meio milhão em todo o país. As notícias que chegavam de várias partes do país eram de calma.

Em Santa Catarina, o Comitê Estadual não poderia agir diferente dos demais, pois a cassação em 10 de maio de 1947 do registro do Partido, pegou os comunistas desprevenidos, isto é, não conseguiam articular nenhuma reação contra a arbitrariedade do ato. Segundo Manoel Alves Ribeiro, o Partido, estando organizado em células, nos bairros, nos distritos e em vários municípios, não pôde fazer absolutamente nada, a não ser esperar que lacrassem a sua nova sede que ficava defronte a Praça XV de Novembro, na Capital. Não houve prisões e em momento algum manifestação por parte da população, a não ser um “até logo” e “sejam felizes” de um capitão do Exército, homem designado para lacrar a porta da sede.

Atente-se para o fato de ter sido o Exército o responsável pelo fechamento das sedes do PCB nacional; responsável, também, pela perseguição de seus militantes. Segundo Manoel Elias da Silva, os membros da cúpula militar do Exército, criaram o estereótipo de que todas as manifestações e agitações políticas eram manifestações comunistas passíveis de punição.

Com relação ainda ao fechamento do PCB em Santa Catarina, este ato recebeu o apoio da Associação Têxtil de Blumenau, que se manifestou encaminhando telegrama ao Presidente da República tomando posição favorável ao combate à ideologia comunista no Brasil. Da mesma entidade foi enviado um outro telegrama ao Ministério do Trabalho, manifestando o total apoio da Associação às medidas de preservação das tradições cristãs e apoiando o Supremo Tribunal no cancelamento do registro do PCB.

Assim, percebe-se que não era gratuita a dificuldade encontrada pelos comunistas de penetrarem com seus programas nas classes operárias do Vale do Rio Itajaí. Além dessa região ser monopólio dos integralistas no período da qual já se fez menção, havia também um bom número de Sindicatos e Associações que apoiavam as medidas do Governo, principalmente aquelas que diziam respeito aos comunistas, os chamados “Sindicatos Amarelos”.

Após o cancelamento do registro do PCB, o Partido pouco se mobilizou. Todo o Comitê Central, inclusive Prestes, o Secretário Geral, passou a viver na mais absoluta clandestinidade. Segundo Eliezer Pacheco, durante nove anos o Secretário Geral do Partido viveu rigorosamente isolado, não só das massas como da própria direção, pois apenas um reduzido número do Comitê Central sabia seu endereço.

Em Santa Catarina, os comunistas tiveram que rever novas táticas de lutas, mergulhados completamente na ilegalidade. O trabalho dos militantes não paralisou,

apesar de ter desaparecido muito dos seus quadros. Nas datas de 1º de maio eram realizados comícios e manifestações. Para poderem dar em caráter legal, esses atos eram feitos através da antiga “Sociedade União Operária”, embrião do PCB-SC, e também dos Sindicatos, principalmente o da Construção Civil.

As fontes pesquisadas indicam que foi no período de ilegalidade que o PCB-SC teve um maior destaque do que no período de legalidade. Os comunistas catarinenses participaram em várias campanhas, destacando-se a Campanha do “O Petróleo é nosso”, pelo não envio de jovens a guerra da Coréia, além de promoverem discussões em bairros, morros, construções e participarem ativamente de campanhas salariais e do Movimento Estudantil através da União Catarinense dos Estudantes.

Segundo Manoel Alves Ribeiro, além do Partido ter participado em várias ocasiões da vida política nacional e estadual, também foi no período de ilegalidade que o Comitê Estadual financiou a vinda de intelectuais e militantes a Santa Catarina, com o objetivo de dar palestras nos Sindicatos e Associações, como foi o caso do historiador Nelson Werneck Sodré, Jucélio Santos e de Aparício Torelli, mais conhecido como o Barão de Itararé que escrevia no jornal “A Manhã”.

Em 1953 o PCB-SC lançou, no Estado, a Revista “Novos Dias”, cujo diretor era Mário Bastos. Por viver o Partido na ilegalidade, a revista não era declaradamente comunista e assumia mais um caráter de frente democrática.

Com uma política de vigilância acirrada do Estado sobre o PCB, um questionamento surge nesse momento, isto é, o que impediu realmente os comunistas de desaparecerem da cena Política Nacional, principalmente após a cassação de seu registro em 1947 e a perda dos mandatos parlamentares em 1948. Para se obter alguma luz a esses problemas pode-se observar o que um dos militantes e intelectual do Partido fala a esse respeito.

Para Moisés Vinhas, o que impediu o desaparecimento do PCB foi, provavelmente, sua participação nas campanhas pela paz, contra a Bomba Atômica, quando conseguiram milhares de assinaturas, e principalmente a atividade desenvolvida em defesa do monopólio estadual do Petróleo e da Construção da Petrobrás. Essas campanhas mantiveram a política do Partido ligada à realidade do país.

A campanha “O Petróleo é nosso”, em Santa Catarina, teve o apoio de Operários e do Movimento Estudantil, através da extinta UCE, como também de membros do Poder Judiciário, através do Desembargador José do Patrocínio Gallotti, chegando a muitos municípios onde realizavam palestras e comícios. Diretamente, o Partido mobilizou seus militantes, que à noite pichavam muros e calçadas com o *slogan* da campanha.

Ainda na década de 50, os militantes comunistas catarinenses eram muito vigiados. Não era raro a abertura de inquéritos de direção de estabelecimentos escolares no Estado, como a que ocorreu em 1952 no Instituto Estadual de Educação,

em Florianópolis, com a suspeita de que a antiga direção, do professor Milton Eduardo Sulivan, era condescendente com os comunistas, sendo substituído pelo Major Faustino da Silva, também professor da casa.

Por outro lado, a vigilância também era acirrada quando se tratava de algum material impresso e deixava margem a suspeitas quanto ao conteúdo, ainda que nesse período estivesse garantido a liberdade de imprensa pela Constituição promulgada em 1946. Esse fato ocorreu quando militantes comunistas de Florianópolis lançaram o jornal "Novos Rumos". A Secretaria de Ordem Política e Social foi informada e imediatamente solicitou informações de outros Estados como o Paraná sobre a propaganda comunista nos mesmos, o que deu margem a um grande "cerco" aos comunistas do Estado.

Entretanto, apesar de toda a vigilância dos órgãos de informação e repressão do Estado, o PCB conseguiu eleger na década de 50, dois vereadores para a Câmara Municipal de Florianópolis, através do PSP - Partido Social Progressista. Em 1953, foi eleito Genésio Leocádio da Cunha e, em 1959, o Partido elegeu Manoel Alves Ribeiro, o "Seu Mimo" bastante citado, que permaneceu na vereança até 1963.

Segundo este último, seu trabalho como vereador foi realizado em prol das reivindicações dos trabalhadores. No período em que exerceu a função, foram realizadas várias manifestações com cinco a seis mil pessoas em frente à Prefeitura Municipal de Florianópolis, contra a carestia e contra os aumentos abusivos das passagens dos transportes coletivos. Essas manifestações contavam com o apoio de vários membros do Judiciário Catarinense, simpatizantes do PCB-SC como Valdemiro Cascaes, Carlos Aduino Vieira, Mário Bastos, César Ávila e o desembargador José do Patrocínio Gallotti.

Assim, o que se depreende é que as décadas de 50 e 60 foram de intensa atividade para o PCB-SC, sendo que no município de Criciúma, segundo a Professora Luiza Maria Fernandes, esse crescimento não foi diferente principalmente nos sindicatos dos mineiros, onde, já citamos anteriormente, o PCB tinha uma grande influência.

"De acordo as entrevistas feitas com ex-dirigentes sindicais e pessoas ligadas ao Partido, a maioria dos mineiros era petebistas, sendo que por outro lado, a maioria dos dirigentes sindicais, de 1964 a 1973, eram do PCB. As diretorias eleitas nesse período, Antônio Parente, de 1957 a 1959 e reeleito para o período de 1959 a 1961, Manoel Ribeiro, de 1961 a 1963 e Jorge Feliciano, de 1963 a 1964, eram encabeçados por pessoas do PCB e comandaram muitos movimentos de paralisação seja por motivos salariais, seja por motivos de melhores condições de trabalho."

Para concluir, deixa-se claro que a proposta dos militantes do Partido sempre caminhou na perspectiva de construir uma sociedade mais justa para os trabalhadores no Estado de Santa Catarina. Foi, aliás, com essa determinação que o PCB surgiu no Brasil em 1922. Essa busca da organização dos trabalhadores num partido reflete para muitos uma necessidade da própria classe, do qual o anarcosindicalismo não dava respostas satisfatórias no início do século.

Essa proposta de organizar os trabalhadores, a exemplo da nacional, passou também a ser objeto de preocupação de vários grupos de trabalhadores, principalmente em Florianópolis: portuários, operários da construção civil, estudantes e de alguns profissionais liberais, e em Criciúma: mineradores. O mais importante a sublinhar é que essa incipiente organização deu-se quando do início da construção da Ponte Hercílio Luz, onde juntaram-se, principalmente, os estivadores e os operários da construção civil em 1922.

É importante também sublinharmos que o amadurecimento da proposta inicial só veio a ocorrer a partir de 1950, mesmo estando o Partido na ilegalidade. É nesse período que o PCB-SC tem uma produção intelectual importante no contexto catarinense, elegendo vereadores na década de 50 e 60 em Florianópolis, como também tendo uma participação importante nos grandes sindicatos da época. Avanço que desestruturou-se, mais uma vez, porém, com o golpe militar de 1964.

em Florianópolis, com a suspeita de que a antiga direção, do professor Milton Eduardo Sullivan, era condescendente com os comunistas, sendo substituído pelo Major Faustino da Silva, também professor da casa.

Por outro lado, a vigilância também era acirrada quando se tratava de algum material impresso e deixava margem a suspeitas quanto ao conteúdo, ainda que nesse período estivesse garantido a liberdade de imprensa pela Constituição promulgada em 1946. Esse fato ocorreu quando militantes comunistas de Florianópolis lançaram o jornal "Novos Rumos". A Secretaria de Ordem Política e Social foi informada e imediatamente solicitou informações de outros Estados como o Paraná sobre a propaganda comunista nos mesmos, o que deu margem a um grande "cerco" aos comunistas do Estado.

Entretanto, apesar de toda a vigilância dos órgãos de informação e repressão do Estado, o PCB conseguiu eleger na década de 50, dois vereadores para a Câmara Municipal de Florianópolis, através do PSP - Partido Social Progressista. Em 1953, foi eleito Genésio Leocádio da Cunha e, em 1959, o Partido elegeu Manoel Alves Ribeiro, o "Seu Mimo" bastante citado, que permaneceu na vereança até 1963.

Segundo este último, seu trabalho como vereador foi realizado em prol das reivindicações dos trabalhadores. No período em que exerceu a função, foram realizadas várias manifestações com cinco a seis mil pessoas em frente à Prefeitura Municipal de Florianópolis, contra a carestia e contra os aumentos abusivos das passagens dos transportes coletivos. Essas manifestações contavam com o apoio de vários membros do Judiciário Catarinense, simpatizantes do PCB-SC como Valdemiro Cascaes, Carlos Adauto Vieira, Mário Bastos, César Ávila e o desembargador José do Patrocínio Gallotti.

Assim, o que se depreende é que as décadas de 50 e 60 foram de intensa atividade para o PCB-SC, sendo que no município de Criciúma, segundo a Professora Luiza Maria Fernandes, esse crescimento não foi diferente principalmente nos sindicatos dos mineiros, onde, já citamos anteriormente, o PCB tinha uma grande influência.

"De acordo as entrevistas feitas com ex-dirigentes sindicais e pessoas ligadas ao Partido, a maioria dos mineiros era petebistas, sendo que por outro lado, a maioria dos dirigentes sindicais, de 1964 a 1973, eram do PCB. As diretorias eleitas nesse período, Antônio Parente, de 1957 a 1959 e reeleito para o período de 1959 a 1961, Manoel Ribeiro, de 1961 a 1963 e Jorge Feliciano, de 1963 a 1964, eram encabeçados por pessoas do PCB e comandaram muitos movimentos de paralisação seja por motivos salariais, seja por motivos de melhores condições de trabalho."

Para concluir, deixa-se claro que a proposta dos militantes do Partido sempre caminhou na perspectiva de construir uma sociedade mais justa para os trabalhadores no Estado de Santa Catarina. Foi, aliás, com essa determinação que o PCB surgiu no Brasil em 1922. Essa busca da organização dos trabalhadores num partido reflete para muitos uma necessidade da própria classe, do qual o anarcosindicalismo não dava respostas satisfatórias no início do século.

Essa proposta de organizar os trabalhadores, a exemplo da nacional, passou também a ser objeto de preocupação de vários grupos de trabalhadores, principalmente em Florianópolis: portuários, operários da construção civil, estudantes e de alguns profissionais liberais, e em Criciúma: mineradores. O mais importante a sublinhar é que essa incipiente organização deu-se quando do início da construção da Ponte Hercílio Luz, onde juntaram-se, principalmente, os estivadores e os operários da construção civil em 1922.

É importante também sublinharmos que o amadurecimento da proposta inicial só veio a ocorrer a partir de 1950, mesmo estando o Partido na ilegalidade. É nesse período que o PCB-SC tem uma produção intelectual importante no contexto catarinense, elegendo vereadores na década de 50 e 60 em Florianópolis, como também tendo uma participação importante nos grandes sindicatos da época. Avanço que desestruturou-se, mais uma vez, porém, com o golpe militar de 1964.

Bibliografia

1. FONTES IMPRESSAS

- PCB iniciou em SC com a revolução de 30. O Estado. Florianópolis, 28/03/82
- Declaração de Prestes sobre o momento nacional. Jornal A Gazeta, Florianópolis, 02 de julho de 1945,
- A luta do PCB através dos tempos. A classe operária. São Paulo, 23 de março de 1992
- Comícios Comunistas. A Gazeta, Florianópolis, 27/11/1945
- Um perigo a evitar. A Gazeta, Florianópolis, 19/09/1945
- Eduquemos para impedir a expansão vermelha. A Gazeta, Florianópolis, 07/06/1946
- Comunista Sacrílego. A Gazeta, Florianópolis, 10/12/1946
- Os três a dois cortaram a cabeça do PCB. Diário do Paraná. Curitiba, 09 de maio de 1947.
- PCB se estrutura no Período da Legalidade. O Estado. Florianópolis, 30/03/82

2. ARQUIVOS

- Serviço Eleitoral. Processo nº 289, TRE-SC 1945
- Tribunal Regional Eleitoral. 30 anos de justiça eleitoral. Florianópolis, SC
- Documentos dispersos nos arquivos do TRE de SC
- Secretaria de Ordem Pública e Social, Ofício 125, DPS, Florianópolis, 23 de março de 1953. Arquivo Público do Estado do Paraná.

3. ENTREVISTAS

- RIBEIRO, Manoel Alves. Entrevista concedida ao autor em 19 de junho de 1991
- MALHEIROS, Eglê da Costa. Entrevista ao autor em 14/03/1991

4. FONTES SECUNDÁRIAS

ANTUNES, Ricardo. Classe operária e sindicatos e partidos no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1982.

BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos (Memória). São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BRAGA, Hilda Soares. Sistemas eleitorais do Brasil (1921-1988). Brasília: Senado Eleitoral Federal, 1990

- CARREIRÃO, Yan de Souza. Eleições e sistemas partidários em SC (1945-1979). Florianópolis: Ed. UFSC, 1980.
- CORRÊA, Carlos Humberto. Um estado entre duas repúblicas. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.
- DIAS, Maria de Fátima. Sindicalismo e estado cooperativista. O caso do sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem -1941-1950. Programa de Pós-Graduação em História. (Dissertação de Mestrado, UFSC - 1985).
- FERNANDES, Maria Luiza. Partidos e sindicatos dos trabalhadores na indústria de extração do carvão em Criciúma. Florianópolis: (Dissertação de Mestrado) UFSC, 1992.
- GERTZ, René. O fascismo no sul do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- LENZI, Silveira. Partidos e políticos de SC. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983.
- PACHECO, Eliezer. O PCB 1922-1964. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- RIBEIRO, Manoel Alves. Caminho. Florianópolis: Gráfica Edene, 1989.
- SILVA, Elias Manoel. Os militares e o golpe de 1937. A estratégia do poder. Florianópolis: (Dissertação de Mestrado) UFSC - Programa de Pós-Graduação em História, 1991.
- VIEIRA, Jaci Guilherme. Estudo preliminar das origens e decadência do PCB. Florianópolis: (datilografado), 1990.
- VINHAS, Moisés. O partidão: a luta por um partido de massas: 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982.
- WEFFORT, C. Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil. A conjuntura após guerra. Estudos CEBRAP, Nº 4, abril a junho/1973.

TEXTOS & DEBATES

Instruções para envio de artigos

- 1 – Os trabalhos deverão ser de interesse acadêmico e tratar de temas sobre a realidade brasileira e latino americana.
- 2 – Cabe aos editores decidirem a publicação dos artigos e em alguns casos, onde se faça necessário, sugerir aos autores modificações na composição dos trabalhos.
- 3 – Os artigos devem ser apresentados em disquetes, acompanhados de uma cópia impressa.
- 4 – Os artigos não devem ultrapassar 20 laudas, digitados em espaço simples, no editor de textos Word for Windows, versão 6.0, fonte Times New Roman, corpo 12.
- 5 – As referências bibliográficas deverão se incorporadas no próprio texto. Ex.: SOUZA (1995:33). E as notas de rodapé reservadas para informações complementares: é necessário também encaminhar junto com o material um pequeno resumo sobre os trabalhos, além de dados sobre os autores (formação acadêmica, instituição onde trabalha, etc.)
- 6 – A bibliografia exposta no final do trabalho deve obedecer à seguinte forma:
 - a) Nome do autor;
 - b) Título da obra (**negrito**);
 - c) Local da publicação;
 - d) Nome da editora;
 - e) Data de publicação.

HARNECKER, Marta. **Para compreender a Sociedade**. São Paulo: Brasiliense. 1995.